Relatório e Contas | 2014

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

www.bca.cv



Índice

1 – ÓRGÃOS SOCIAIS....3
2 – CAPITAL SOCIAL....4
3 – PRINCIPAIS INDICADORES....5
4 – MENSAGEM DO PRESIDENTE....6
5 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL....10
5.1 – INTERNACIONAL....10
5.2 – NACIONAL....11
5.2.1– Dados Gerais....11
5.2.2 – Sistema Financeiro....13
5.2.3 – BCA no Sistema....15
6 – VISÃO ESTRATÉGICA 2014....16
7. – ACTIVIDADE COMERCIAL....18
7.1. – RECURSOS....18
7.2. – CRÉDITO....19
7.2.1 – Condicionantes da Actividade do Crédito....19
7.2.2 – Análise do Crédito Concedido....20
7.2.3 – Análise da Carteira de Crédito....21
8 – OUTRAS ACTIVIDADES....23
8.1 – RECURSOS HUMANOS....23
8.2 – ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL....25
8.3 – GESTÃO DE RISCOS....31
8.4 – COMPLIANCE....33
8.5 – ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO....33
8.6 – SUPORTE INFORMÁTICO....35
8.7 – MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS....36
8.8 – MEIOS E CANAIS....37
8.9 – SUPORTE OPERACIONAL....38
8.10 - INVESTIMENTOS....40
9 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA....41
9.1 – EVOLUÇÃO DO BALANÇO....41
9.2. – CONTAS de RESULTADOS....46
9.3 – ANÁLISE de RÁCIOS....49
9.4 – RÁCIOS PRUDENCIAIS....49
10 – APLICAÇÃO DE RESULTADOS....51
11 - LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES....52
12 – DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL....53
13 – ANEXOS....56

1 – ÓRGÃOS SOCIAIS

A Assembleia-Geral do Banco Comercial do Atlântico (BCA), realizada a 04 de Setembro de 2012, elegeu, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, os membros dos Órgãos Sociais cuja composição veio a ser alterada a 04 de Junho de 2013, ficando os órgãos sociais assim constituídos:

Assembleia-Geral

Presidente**:** Dr. Amaro Alexandre da Luz (em representação do Estado de Cabo Verde)

Vice-Presidente: Dr. David Hopffer Almada

Secretário: Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é nomeado pela Assembleia-Geral e é constituído por um Presidente e quatro Administradores, dois dos quais sem funções executivas:

Presidente Prof. Doutor António José de Castro Guerra (em representação da Caixa Geral de Depósitos)

Administrador Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda

Administrador Dra. Maria Eduarda Simões Lopes Branco Vicente (em funções até 30 Setembro 2014)

Administrador Dr. Francisco Pinto Machado Costa (em funções a partir de 17 de Novembro 2014)

Administrador Dra. Ana Isabel Pais Vinagre Tomázio

Administrador Dr. Avelino Bonifácio Fernandes Lopes

Fiscal Único

Efectivo: Deloitte& Associados, SROC S.A., representado por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Suplente: Carlos Luis Oliveira de Melo Loureiro

A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração e composta por três elementos:

Prof. Dr. António José de Castro Guerra – Presidente

Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda

Dra. Maria Eduarda Simões Lopes Branco Vicente (em funções até 30 Setembro 2014)

Dr. Francisco Pinto Machado Costa (em funções a partir de 17 de Novembro 2014)

2 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social do BCA ascende a 1.324.765.000$00 (mil trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e cinco mil escudos) e, em 31 Dezembro de 2014, era detido pelos accionistas constantes do quadro seguinte, em que se pode constatar que as participações do Agrupamento Caixa Geral de Depósitos, SA/Banco InterAtlântico, SA da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo-Verde, SA e do Estado de Cabo-Verde eram qualificadas:

Capital Social a 31/12/2014

CVE

Accionista	Valor	Percentagem
CGD/INTERATLÂNTICO	697.446.000	52,65%
CGD	89.504.000	6,76%
GARANTIA	76.322.000	5,76%
ESTADO	132.476.000	10,00%
ASA - AEROPORTO E SEGURANÇA AÉREA, SA	28.780.000	2,17%
TRABALHADORES	31.875.000	2,41%
OUTROS ACCIONISTAS	268.362.000	20,26%
TOTAL	**1.324.765.000**	**100,00%**

3 – PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Valores e Indicadores de Actividade e Resultados

Variáveis	Unidade	2013	2014	Variaçã
BALANÇO				
Activo Total	mil contos	70.327	74.801	6,4%
Crédito Total Líquido	mil contos	39.168	37.805	-3,5%
Passivo Total	mil contos	65.837	69.941	6,2%
Recursos De Clientes	mil contos	58.968	62.866	6,6%
Situação Liquida	mil contos	4.490	4.860	8,2%
CONTA DE EXPLORAÇÃO				
Margem Financeira	mil contos	1.913	1.831	-4,3%
+Margem Complementar	mil contos	719	759	5,6%
=Produto Bancário	mil contos	2.632	2.590	-1,6%
-Custos Administrativos	mil contos	2.113	1.998	-5,5%
=Cash-Flow de Exploração	mil contos	518	593	14,3%
+ Resultados Filiais Excluidas Cons. Assoc.	mil contos	40	78	96,1%
-Amortizações do Exercício	mil contos	192	187	-2,4%
-Imparidade/Provisões Líquidas do Exercício	mil contos	69	187	170,8%
-Impostos s/Lucros	mil contos	78	-	-100,0%
=Resultados Líquidos do Exercício	mil contos	220	297	35,4%
RÁCIOS				
Crédito Vencido/Crédito Clientes	%	14,8%	17,1%	
Crédito Vencido a + 90 dias/Crédito a Clientes	%	13,9%	16,3%	
Imparidade Crédito/Crédito Vencido	%	64,1%	62,6%	
Imparidade Crédito e Obrigações/Crédito Venci	%	67,1%	64,2%	
Crédito Clientes/Depósitos Clientes	%	68,2%	61,4%	
Resultado Líquido/Capitais Próprios (ROE)	%	5,3%	6,4%	
Resultado Líquido/Activo (ROA)	%	0,3%	0,4%	
Rácio Solvabilidade	%	13,27%	14,94%	
FUNCIONAMENTO				
(Cost-to-Income) com Fundo Pensões	%	87,6%	84,3%	
(Cost-to-Income) sem Fundo Pensões	%	72,8%	73,1%	
Activo Total /Total Empregado no Activo	mil contos	162	168	4,2%
Crédito e Depósito Total/Nº Empregados Activo	mil contos	223	225	1,3%
Crédito e Depósito Total/ Nº de Balções	mil contos	2.934	3.034	3,4%
Número Empregados Activos Totais	Unidade	435	444	2,1%
Número Empregados Activos do Quadro	Unidade	388	393	1,3%
Número de Balcões	Unidade	33	33	0,0%

4 – MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Accionistas, Clientes e Colaboradores

No ano de 2014, tal como em 2012 e 2013, a actividade do BCA desenrolou-se num contexto muito adverso: se o crédito em todo o Sistema Financeiro Nacional cresceu 9% em 2011, em 2012 cresceu apenas 0,3% e, em 2013, 2%, estimando-se que tenha decrescido 0,1% em 2014. Ao fraco crescimento/estagnação do crédito está associado um significativo nível de incumprimento.

O mercado do crédito em Cabo Verde continua a reflectir as condições pouco favoráveis da economia internacional e da envolvente nacional, as quais vêm impactando, de forma continuada e cumulativa, nas expectativas de todos os agentes económicos, afectando o comportamento do produto e do emprego. O PIB, após um crescimento de 4% em 2011, evoluiu a taxas decrescentes e pouco expressivas entre 2012 e 2014.

O PIB mundial, de um crescimento de 5,2% em 2010, apresenta, desde então, uma tendência de crescimento decrescente, fixando-se em 3,3% em 2013 e 2014. Neste período, os países das economias mais prósperas cresceram abaixo da média do crescimento mundial e, mesmo as economias emergentes e em desenvolvimento, incluso o conjunto das economias subsarianas, desde 2010 que desaceleraram os seus ritmos de crescimento.

A Zona Euro continuou a enfrentar uma conjuntura marcada pelos programas de correcção dos défices e dos níveis das dívidas soberanas em vários países, que impactaram muito negativamente no funcionamento do seu Sistema Financeiro, nas condições de financiamento das Empresas e das Famílias de um elevado número de Estados Membros, bem como nos respectivos níveis de produto e emprego.

Tudo aponta para que o ano de 2014 tivesse sido um ano de viragem, porquanto, neste ano, a Zona Euro cresceu cerca de 1% e as estimativas projectam taxas de crescimento de 1,5% para 2015 e de 2,1% em 2017. Na Zona Euro, num contexto de continuada baixa inflação, o crescimento é alavancado, por ordem de importância, pelas Exportações, pela Formação Bruta de Capital Fixo e pelo Consumo Privado. Vão no mesmo sentido as projecções de crescimento da Economia Mundial.

Nesta conjuntura, as performances das economias portuguesa e espanhola com as quais a economia cabo-verdiana está particularmente integrada traduziram-se em crescimentos negativos, respectivamente por três e dois anos consecutivos e, consequentemente, em níveis de desemprego muito elevados.

A boa notícia é que estas duas economias, em 2014, tiveram taxas de crescimento ligeiramente acima da taxa da Zona Euro e, para o horizonte de 2015-2016, prevê-se que cresçam a taxas crescentes, em linha com estimativas de crescimento da zona em que estão mais integradas. Três factores apontam para a sustentabilidade deste crescimento: a desvalorização do euro face ao dólar, a qual torna a Europa mais competitiva em relação aos mercados extra-comunitários; as recentes decisões do Banco Central Europeu

(BCE) e da Comunidade Europeia (CE), de combate à deflação e de promoção do investimento; a substancial descida do preço do petróleo.

A economia americana, depois de enfrentar um crescimento negativo em 2009, em linha, aliás, com a recessão enfrentada, neste ano, por todas as economias avançadas, depois daquele ano cresceu entre 1,8% e 2,4% até 2013 e, para o horizonte de 2016, estima-se que continue a crescer a taxas superiores: 3,6% em 2015 e 3,3 em 2016, respectivamente.

Com os seus principais parceiros económicos em recessão, ou com ritmos de crescimento mais reduzidos, até final de 2014 a economia de Cabo Verde foi particularmente penalizada em termos económicos e nas suas condições de financiamento –quebra tendencial do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e das taxas de crescimento das remessas dos emigrantes, redução das transferências unilaterais, crédito internacional em condições menos favoráveis – que impactaram negativamente no crescimento do PIB. Com efeito, entre 2012 e 2014 a economia de Cabo Verde cresceu apenas cerca de 1,0% em média anual, apesar da política orçamental anti-cíclica.

A política orçamental, expressa numa ambiciosa política de investimentos públicos para reduzir o défice de infra-estruturas do País, não compensou suficientemente os efeitos negativos da envolvente internacional, que impactaram negativamente no crescimento do PIB, em particular no investimento privado e no consumo das Famílias e, por outro, nas receitas fiscais e outras e, consequentemente, nos níveis da dívida pública.

A política monetária, prioritariamente orientada para a manutenção da paridade do Escudo Cabo-Verdiano em relação ao Euro, no final de 2011 e durante parte do ano de 2012 traduziu-se na redução da liquidez do Sistema Financeiro, uma situação que conduziu os Bancos à adopção de medidas de protecção da sua base de depósitos, através de uma subida significativa das taxas de juros passivas nos prazos de maior maturidade.

Em 2012 e 2013, os recursos dos clientes no Sistema cresceram 5,6% e 20%, respectivamente e, para 2014, os dados disponíveis continuam a apontar para o crescimento dos mesmos. Contudo, face à contracção da actividade económica mas, sobretudo, à quebra das expectativas dos agentes económicos –já com níveis de alavancagem significativos–, a procura de crédito diminuiu, o que, se por um lado, aliviou as restrições de liquidez dos Bancos a partir do segundo semestre de 2012 e durante todo o ano de 2013, por outro, teve efeitos negativos na margem financeira, também agravada pela evolução dos níveis de incumprimento da carteira de crédito.

A partir do 2º semestre de 2012 e durante todo o ano de 2013 e 2014, a procura da liquidez disponível nos Bancos não se fez sentir na quantidade e na qualidade desejada e as alternativas de aplicação dos recursos, nomeadamente os títulos do Banco Central e do Tesouro, com taxas decrescentes de fecho das sucessivas emissões, também contribuíram para a contracção da margem financeira.

As medidas de política monetária tomadas em Março e Outubro de 2014 para incentivar os Bancos a conceder mais crédito à economia, não produziram o efeito desejado. Isto porque, a elevada alavancagem da economia, a quebra de confiança dos agentes económicos e ainda o elevado nível do custo médio do *funding,* inibiram a eficiência dos mecanismos de transmissão da política monetária, que se queria expansionista. Porém, o BCA, indo ao encontro das orientações do Banco Central, no final do 3º trimestre lançou uma linha de crédito de 1 milhão de contos para Pequenas e Médias Empresas (PME's), com taxas de juro mais reduzidas e destinadas a novos investimentos.

A contracção da procura de crédito, a par de um excesso de liquidez no Sistema, aumentou o poder negocial dos melhores clientes e conduziu à sua disputa por todos os concorrentes do mercado, reduzindo a diferença entre taxas de juro activas e passivas. Em consequência, no BCA, a margem financeira caiu de 10,6% em 2013 e de 4,3% em 2014, fixando-se em 1,91 e 1,83 milhões de contos, respectivamente.

A margem complementar também caiu de 3,5% em 2013, porém, em 2014, cresceu de 5,6%. Do efeito combinado das duas margens resultou um nível de produto bancário ligeiramente mais baixo, que se fixou em 2,63 milhões de contos em 2013 e em 2,59 milhões de contos em 2014.

A percepção antecipada do Conselho de Administração relativamente à dinâmica do mercado, conduziu a uma focagem em quatro objectivos estratégicos:

-Reforço do controle sobre a qualidade da carteira de crédito, antecipando reestruturações e concedendo mais crédito, com redobrada atenção ao risco específico de cada operação;

-Maior atenção aos riscos operacionais e aos mecanismos de controlo interno;

-Melhor qualidade do serviço e desempenho dos Colaboradores, através da qualificação e motivação dos mesmos;

-Protecção da rentabilidade do Banco, assente em iniciativas de melhoria do produto bancário - margem financeira e margem complementar -, de controlo de custos e de melhoria dos rácios de eficiência.

Com estes enfoques estratégicos e a melhoria da envolvente internacional e internacional, antevemos como provável uma sustentada inversão de tendência em relação aos resultados líquidos e, por outro, uma melhoria da situação líquida do Banco.

Com efeito, apesar do reforço continuado das imparidades, os resultados líquidos de 2014 cresceram 35,4% em relação a 2013, fixando-se em 297 Mil contos. A solvabilidade do Banco continua bem acima dos rácios fixados pelo Banco Central: se o rácio de solvabilidade evoluiu de 11,78% em 2012, para 13,27%, em 2014 atingirá o valor de 14,94%. Uma evolução necessária para o BCA continuar a enfrentar uma conjuntura

adversa, cuja evolução não controlamos, por depender criticamente de factores da envolvente internacional e nacional em que operamos.

Se os sinais da economia internacional são positivos, porquanto se espera que, finalmente, a Zona Euro comece a crescer de forma sustentada, no plano interno, a politica monetária e a politica orçamental divergem ente si quanto aos sinais que transmitem à economia: à luz das recentes decisões do Banco de Cabo Verde (BCV), a política monetária é de incentivação do crédito, porém, a politica orçamental, na sua componente fiscal, pode desacelerar o almejado crescimento para a economia doméstica. Esperamos, apesar de tudo, que a economia de Cabo Verde possa crescer a taxas superiores às do último triénio.

Após três anos consecutivos de uma conjuntura muito adversa, a melhoria do desempenho do BCA, em várias dimensões, só foi possível devido ao profissionalismo e à dedicação dos quadros directivos do Banco e das suas equipas, pelo que lhes é devido, nesta sede, o merecido reconhecimento e agradecimento. Estamos certos de que continuaremos a contar com a dedicação e profissionalismo dos nossos quadros, na superação dos desafios que temos pela frente.

Nesta oportunidade, em nome do Conselho de Administração do BCA, também manifestamos o nosso agradecimento e apreço a todos os Accionistas, à Mesa da Assembleia Geral, ao Fiscal Único, ao Banco de Cabo Verde, à Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, à Bolsa de Valores e ao Auditor Externo, por toda a colaboração e competência prestada no acompanhamento da gestão corrente do Banco.

Aos Clientes, que são a nossa razão de ser, agradecemos o privilégio da sua confiança e reiteramos todo o nosso empenhamento na satisfação das suas expectativas na relação com o BCA, através do reforço da nossa proximidade e da disponibilização de produtos e serviços compatíveis com os seus interesses e necessidades, reforçando laços de fidelização, na base da confiança, respeito e interesses recíprocos.

5 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

5.1 – INTERNACIONAL

Com base nas estatísticas disponíveis observou-se uma recuperação moderada da actividade económica global em 2014 e alguma melhoria das condições nos mercados financeiros. De acordo com o Banco de Cabo Verde no seu relatório de política monetária de Novembro, o desempenho das economias avançadas ainda estão muito condicionadas pelos legados do ciclo de boom económico que antecedeu a crise financeira, e as economias emergentes e em desenvolvimento, por seu turno, continuam a impulsionar o crescimento global, apesar do ajustamento da sua performance a um potencial de crescimento mais contido e mais centrado na procura doméstica.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos principais indicadores macroeconómicos internacionais.

Evolução dos Indicadores

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2013	2014p	2013	2014p	2013	2014p
EUA	2,2%	2,2%	1,5%	2,0%	6,7%	5,6%
Zona Euro	-0,4%	0,8%	1,3%	0,5%	11,9%	11,6%
Portugal	-1,4%	0,9%	0,4%	-0,2%	16,2%	13,9%
Alemanha	0,5%	1,4%	1,6%	0,9%	5,3%	5,3%
Japão	1,5%	0,9%	0,4%	2,7%	4,0%	3,7%
Economia Emergente	2,2%	0,8%	6,4%	7,9%	n.d.	
Brasil	2,5%	0,3%	6,2%	6,3%	5,4%	5,5%
Russia	1,3%	0,2%	6,8%	7,4%	5,5%	5,6%
Ásia Emergente	6,6%	6,5%	4,7%	4,1%	n.d.	
India	5,0%	5,6%	9,5%	7,8%	n.d.	
China	7,7%	7,4%	2,6%	2,3%	4,1%	4,1%
África Sub-sahariana	5,1%	5,1%	6,6%	6,7%	n.d.	
Economia Global	3,0%	3,3%			n.d.	

Fontes: FMI, Proj Out14

Nos **EUA**, após uma desaceleração no primeiro trimestre de 2014,o crescimento no 2º trimestre foi mais forte, acompanhado de uma descida gradual, mas consistente, da taxa de desemprego (de 6,7% em Dezembro de 2013, para 5,6% em Dezembro de 2014).No entanto, o FMI avança que riscos negativos relevantes persistem, pelo que a normalização da política monetária deve ser gradual para sustentar a recuperação doméstica. As estimativas do FMI para os EUA em 2014 são de um crescimento de 2,2% do PIB, igual ao de 2013.

A **Zona Euro** registou recuperação ao longo de 2014, não obstante a estagnação ocorrida no segundo trimestre do ano. O desempenho da actividade económica mais favorável tem sido suportado pela melhoria do sentimento económico e por algum alívio na política de consolidação orçamental. No entanto, alguns factores, nomeadamente a quebra da procura doméstica, a elevada dívida e o desemprego continuam a

representar desafios para um crescimento robusto e sustentado. De acordo com as últimas previsões do FMI o PIB da Zona Euro deverá ter crescido 0,8% em 2014.

A **economia portuguesa** manteve uma estabilização do nível da actividade nos três primeiros trimestres de 2014. No entanto, as projecções mais recentes do Banco de Portugal para o quarto trimestre descontinuaram a trajectória de recuperação gradual da actividade iniciada em 2013, o que reflecte a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos e se traduz na estimativa de uma taxa de variação média anual do PIB, em 2014, de 0,9%. O crescimento da actividade económica em 2014, foi acompanhado por um aumento do emprego, que inverteu e tendência de queda registada desde 2009, mantendo-se contudo em níveis elevados 13,9% conforme publicado pelo Banco de Portugal. Por seu turno, o índice harmonizado de preços no consumidor diminui 0,2% em 2014, após um aumento de 0,4% em 2013 refere o mesmo relatório do Banco de Portugal.

Relativamente à **China**, com o mercado imobiliário pesando cada vez mais sobre a indústria e o investimento, o crescimento do PIB desacelerou no terceiro trimestre, ficando em 7,4% na comparação anual, informou o Bureau Nacional de Estatísticas. Após um crescimento de 7,7% em 2012 e 2013, o FMI prevê um crescimento de 7,4% para 2014,o que será o pior resultado do país em um quarto de século.

No **Japão** espera-se um crescimento de 0,9% para o PIB em 2014.

Para a região da **África Sub-Sahariana** prevê-se um crescimento de 5,1% em 2014, reflexo da melhoria das perspectivas para um grande número de países (mais especificamente países exportadores de petróleo e países de baixo rendimento). Estas perspectivas foram contraditadas pela queda do preço do petróleo e estão sujeitas a outros riscos de deterioração, resultantes tanto de factores externos (possível desaceleração das economias emergentes e condições financeiras globais adversas) como de factores internos (desequilíbrios fiscais, condições sociopolíticas e vírus da ébola em alguns países).

5.2 – NACIONAL

5.2.1– Dados Gerais

A ligeira melhoria do enquadramento externo da economia cabo-verdiana favoreceu a procura externa de bens transaccionáveis produzidos internamente, as remessas dos emigrantes e a recuperação do investimento directo estrangeiro no país. A evolução dos indicadores de conjuntura do Instituto Nacional de Estatística, no entanto, sugere que a actividade económica continua restringida pela escassez da procura externa, pela persistência de dificuldades financeiras e excesso de burocracias que condicionam o ambiente de negócios. Segundo o Banco de Cabo Verde e de acordo com as últimas projecções, a economia terá registado em 2014 um crescimento entre 1% e 2%.

As pressões inflacionistas, numa conjuntura de redução da inflação importada e num contexto de crescimento moderado da economia, estiveram largamente contidas ao longo do ano e, a partir de Setembro, apresentou-se um cenário de deflação, atingindo-se em Dezembro de 2014 uma variação de -0,2% no Índice de Preços.

Segue-se a evolução de alguns indicadores económicos da economia nacional.

Indicadores Macroeconómicos Nacionais

Indicadores	Unidades	Previsão	
		2013	2014
PIB Real	%	0,5	1 a 2
Rácio Dívida Pública	% do PIB	99,9	107,2
Câmbio Médio Anual	USD/CVE	80,5	89,4
Inflação	Variação média Anual	1,5%	-0,2%
Desemprego	%	16,4	15,8
Invest. Directo Estrangeiro	mil contos	1.949	2.391
Massa Monetária	Variação Anual %	10,9	7,3
Reservas Cambiais	Meses de Importações	4,9	4,8
Remessas de Emigrantes	mil contos	13.779	14.576
Crédito à Economia	Variação	2,0%	-0,1%

Fonte: OE 2015, BCV e INE

Até ao terceiro trimestre e de acordo com os dados publicados no relatório de política monetária do Banco Central, as contas externas apresentam uma performance menos favorável. Apesar da evolução positiva da remessa dos emigrantes (cresceram 6% em termos homólogos até Setembro 2014) e o ligeiro aumento de exportações até ao terceiro trimestre, os dados sugerem entretanto um agravamento do défice na balança corrente. A aceleração da procura interna, num contexto de abrandamento da procura turística, explica o agravamento da balança corrente nos primeiros nove meses do ano.

O aumento das necessidades de financiamento da economia foi acompanhado por um aumento dos influxos do investimento directo estrangeiro e por uma diminuição dos activos financeiros aplicados pelos bancos no exterior. Neste quadro, as reservas externas líquidas aumentaram para 359 milhões de euros em finais de Setembro, passando a garantir 4,8 meses de importação de bens e serviços projectados para 2014.

Por outro lado a situação monetária e financeira continua impulsionada pelo desenvolvimento nas contas externas e maior recurso ao endividamento interno pelo Estado.

Depois de ter registado um crescimento em torno de 2% em finais de 2013, o crédito à economia passou a apresentar uma tendência descendente e registou, desde Julho, taxas de crescimento negativas, não obstante o reforço das medidas de política monetária de carácter acomodatício. As estatísticas disponíveis sugerem que a evolução do crédito à economia estará muito relacionada com a efectivação dos riscos de crédito e o aumento das incertezas e riscos que condicionam a dinâmica da actividade económica, bem como à

persistência de constrangimentos estruturais que influenciam o ambiente de negócios. Para 2015, e de acordo com o Banco de Cabo Verde, deve verificar-se a manutenção da restrição no Crédito à Economia com a continuação da aversão ao risco dos Bancos e défice de procura de financiamento de projectos rentáveis.

A evolução do funding dos bancos é contrária à evolução do crédito, reforçando a posição de liquidez sentida ao longo do ano. Os depósitos mantiveram um crescimento acelerado nos primeiros nove meses do ano, impulsionados tanto pelo contínuo aumento dos depósitos à ordem e a prazo dos residentes (respectivamente em 8,6% e 14,4%), bem como pelo crescimento dos depósitos dos emigrantes na ordem de 9%.

Apesar da conjuntura macroeconómica menos favorável, Cabo Verde continuou a merecer o apreço das principais instituições internacionais, tendo subido oito lugares, passando da 122ª para a 114ª posição do ranking mundial de competitividade, divulgado pelo Fórum Económico Mundial, e, entre os países da comunidade de Língua Portuguesa (CPLP), surge à frente de Angola, Timor Leste e Moçambique. Conforme publicação em Maio do relatório da Freedom House, Cabo Verde ocupa o 24º lugar, com 27 pontos no ranking dos países onde a imprensa é considerada livre e, uma vez mais, é o país da CPLP e da CEDEAO em melhor posição, num ano em que as limitações aos direitos, liberdades e garantias declinaram de uma forma geral.

No Índice de Desenvolvimento Humano divulgado pelo PNUD, Cabo Verde desceu duas posições e ocupa a 123ª posição em 2014. Melhorou na avaliação do Índice Ibrahim de Governação Africana (IIGA) de 2014 e recuperou o 2.º lugar ao Botsuana, ficando apenas atrás das Ilhas Maurícias, na avaliação feita a 52 países africanos, e continua a ser o melhor entre os países lusófonos, à frente de São Tomé e Príncipe (12.º), Moçambique (22.º), Angola (44.º) e Guiné-Bissau (48.º).

5.2.2 – Sistema Financeiro

Num quadro de fraco crescimento económico, de baixas pressões inflacionistas e de ausência de pressões iminentes e significativas na balança de pagamentos, o Banco de Cabo Verde prosseguindo a sua política de afrouxamento monetário, baixou a Taxa Directora em 150 p.b. em Março de 2014 e em mais 50 p.b. a 1 de Agosto, passando de 5,75% para 3,75%. Essas descidas tiveram como intuito uma maior eficácia da política monetária e, ao mesmo tempo, dinamizar o mercado, salvaguardando a estabilidade cambial e de preços.

Em 2014 foram emitidos e publicados os seguintes avisos e legislações regulamentares e que enumeramos a seguir:

- Lei de Bases do Sistema Financeiro (LBSF) - Lei nº 61/VIII/2014 de 23 de Abril que estabelece os princípios orientadores e o quadro normativo de referência para o Sistema Financeiro, fixando regras da regulação e supervisão das instituições financeiras, dos mercados financeiros, da intervenção pública no âmbito da prevenção, da gestão e resolução de crises bancárias, do sistema de garantia, da resolução de conflitos, do relacionamento com as organizações financeiras internacionais e com as

autoridades de supervisão de outros estados e da auto-regulação, bem como do respectivo regime sancionatório.

- Lei de Actividades das Instituições Financeiras (LAIF): Lei nº 62/VIII de 23 de Abril que regula o processo de estabelecimento das instituições financeiras e das instituições auxiliares do sistema financeiro, sua autorização e registo especial junto do Banco de Cabo Verde, bem como da prestação de serviços, do exercício de actividades e operações financeiras, estabelecendo as regras da actividade financeira, do exercício da supervisão, da dissolução e liquidação, da intervenção pública para gestão de crises bancárias, dos mercados e das actividades, serviços e instrumentos financeiros e fixando o respectivo regime de supervisão e sancionatório.

- Aviso nº 2/2014, de 17 de Outubro, que desenvolve as regras relativas ao exercício da função de supervisão por parte do Banco de Cabo Verde, no que respeita a métodos, processos e critérios de análise e avaliação aplicáveis no âmbito do processo regular de supervisão das instituições financeiras, entre outras matérias.

- Aviso nº 3/2014, de 17 de Outubro, que estabelece e desenvolve as regras e os procedimentos a observar pelas instituições na relação com os clientes.

- Aviso nº4/2014, de 17 de Outubro, que aplica-se aos membros dos órgãos de administração e fiscalização de uma instituição financeira.

- Aviso nº 5/2014, de 17 de Outubro, que estabelece as regras a serem observadas na comunicação de participações qualificadas em instituições financeiras.

- Decreto-Lei nº2/2014, de 16 de Janeiro, em consequência da necessidade sentida após publicação do novo Código dos Valores Mobiliários, estabelece os requisitos que devem ser cumpridos pelas sociedades gestoras de sistemas centralizados de valores mobiliários.

- Decreto-Lei nº3/2014, de 16 de Janeiro, que procede à alteração do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro.

- Decreto-Lei nº 38/2014, de 1 de Agosto, que aprova o Estatuto da Bolsa de Valores de Cabo Verde.

- Resolução nº 77/2014, de 7 de Outubro, Resolução nº 78/2014 e Resolução nº 95/2014 de 12 de Novembro, que autorizam a Ministra das Finanças e do Planeamento para, em representação do Estado de Cabo Verde, a proceder à alienação das participações detidas pelo Estado no Capital Social do Banco Comercial do Atlântico - BCA, Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A., e na ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A., nos termos e nas condições estabelecidas na lei.

- Decreto-Lei nº 64/2014, de 17 de Novembro, que aprova a emissão de uma nova série de notas de 200$00 (duzentos escudos), 500$00 (quinhentos escudos), 1.000$00 (mil escudos), 2.000$00 (dois mil escudos) e 5.000$00 (cinco mil escudos), cujas características constam do anexo do referido diploma.

- Regulamento nº 1/2014 da AGMVM, de 27 de Novembro, que altera o artigo 5º - "Formato e Exigibilidade" do regulamento da AGMVM nº. 7/2013, de 3 de Maio, que estabelece as regras sobre a dispensa, registo ou aprovação, estrutura e divulgação dos prospectos de ofertas públicas, que passa a ter uma nova redacção.

5.2.3 – BCA no Sistema

O sector financeiro cabo-verdiano continua cada vez mais competitivo e concorrencial, com oito bancos comerciais e sete bancos off-shores a operarem no mercado em 2014.

Não obstante o contexto adverso, o BCA mantém a sua posição de liderança no sector bancário cabo-verdiano e preserva o título de banco de referência e de confiança dos cabo-verdianos, destacando a quota de mercado, tanto em termos de Créditos como de Recursos de Clientes, de 38,7% (Crédito em Dezembro de 2014) e 39,8% (Depósitos em Setembro de 2014). Em termos de cobertura nacional manteve a sua rede de 33 balcões, com realce para a existência de quatro Gabinetes Empresas.

Em 2014 o BCA continuou a sua forte aposta nos meios de pagamentos electrónicos, tendo emitido mais 36.458 cartões Vinti4 no ano. A produção de cartões Vinti4 do BCA representou 42% de toda a produção da rede, que registou um aumento de 6.531 unidades e8% em relação ao ano anterior.

Em relação aos cartões activos em circulação, a 31 de Dezembro de 2014 o BCA contava com 62.266 unidades, representando uma quota de mercado de 35% de toda a rede nacional.

O BCA produziu ainda 850 cartões de crédito VISA, sendo 650 renovações ou substituições e 200 novas emissões. A 31 de Dezembro de 2014 o total de cartões de crédito Visa activos do banco era de 1.610 unidades. O Produto Visa Pré-pago, BCA Visa Flex, continua sendo o cartão BCA Visa de maior colocação em 2014, com 3.053 cartões, dos quais 1.735 (57%) renovações e1.318 (43%) novas emissões, perfazendo um total de 4.918 cartões.

6 – VISÃO ESTRATÉGICA 2014

Tendo como referência o enquadramento das Grandes Linhas Orientadoras para os anos de 2013 e 2014 traçadas pelo Conselho de Administração, e corporizando o sentido da Missão do BCA que ambiciona continuar a ser o melhor e o maior Banco do Sistema Financeiro Cabo-Verdiano, mantendo as quotas de mercado sem degradação da qualidade da carteira de crédito e melhorando os níveis de eficiência, vem sendo dado especial ênfase ao reforço e desenvolvimento dos seguintes objectivos estratégicos:

Protecção da Rentabilidade do BCA através de:

1. *Controlo de custos e melhoria dos rácios de eficiência*

   Dadas as condições do mercado, a melhoria e sustentabilidade dos Resultados só é possível com uma gestão muito criteriosa da estrutura de Custos, devendo a racionalização, o aumento da produtividade e da eficiência ser assumido como preocupação diária. Daí uma atitude permanente de combate às despesas desnecessárias e ao desperdício. O rigor na elaboração do Orçamento e o controlo sistemático da sua execução também são determinantes para a consecução do objectivo pretendido.

2. *Melhoria do Produto Bancário: Margem financeira e Margem Complementar do BCA*

   Dada a sua dimensão, o BCA será sempre um Banco com uma vertente universal muito acentuada, uma instituição de crédito onde confluem clientes de todos os estratos e segmentos. Daqui a necessidade de enfatizar a preocupação com a melhoria da qualidade de serviço e de atendimento aos Clientes, reforçando os princípios de segmentação adoptados e mantendo-se um enfoque especial no segmento emigrante. Importa também uma atitude pro-activa de pesquisa de novas áreas de negócio e de conquista de novos clientes, no quadro de novos espaços e modelos de relacionamento. No contexto de contracção/estagnação do mercado de crédito que estamos a viver, estes são os vectores de actuação para a melhoria/contenção da queda do Produto Bancário a que vimos a assistir, em linha com a evolução do mercado.

Melhoria da Qualidade da Carteira de Crédito

Numa conjuntura económica, com contornos ainda pouco claros quanto à respectiva evolução, importa manter comportamentos prudentes no que respeita aos riscos comerciais, cambiais, de mercado e outros, com impacto directo no Balanço. O reforço dos níveis de exigência e rigor, com introdução de novos mecanismos, instrumentos de controlo e acompanhamento, seguramente que permitirão, pelo menos, o não agravamento do nível de incumprimento. Cumulativamente, serão aperfeiçoados todos os recursos e estruturas disponíveis para gerir e

tentar regularizar, de forma consistente, créditos tidos como problemáticos. Este continua a ser um dos grandes objectivos prioritários para o Banco.

Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI)

A redução do Risco Operacional continua a ser um projecto transversal a todas as Direcções, tendo como objectivo promover condições para um significativo aumento da eficiência dos métodos de trabalho e circuitos administrativos, com ganhos efectivos para a estrutura e, consequentemente, para os Resultados do Banco. Em 2104, a gestão corporativa do Risco Operacional e do Controlo Interno passou para a DOI – Direcção de Organização e Inovação, conferindo, assim, à mesma, um novo estatuto no quadro organizacional do Banco.

Melhor Desempenho, através da Promoção e Motivação dos Colaboradores

Um banco Líder do Sistema Financeiro tem que ter a ambição de ter nos seus Quadros os melhores trabalhadores do sector e de saber criar condições para que se mantenham motivados, através de políticas de avaliação de desempenho transparentes e fomentadoras de carreiras profissionais, onde prevaleça o reconhecimento sustentado no mérito e talento. O trabalho em equipa, a motivação para a melhoria do desempenho e a fixação de objectivos são as "drivers" essenciais da melhoria do desempenho do BCA no mercado.

7. – ACTIVIDADE COMERCIAL

7.1. – RECURSOS

A orientação para a qualidade de serviço prestado aos clientes, a inovação de produtos, o reconhecimento pelos cabo-verdianos no país e na diáspora, e a eleição do BCA pelo quinto ano consecutivo como **Marca de Confiança**, fazem do Banco uma referência no mercado bancário nacional.

Em linha com o objectivo proposto para o corrente ano, o saldo dos Recursos Totais captados atingiu 62 milhões de contos, o que representa um aumento de 6,6%: Esta evolução foi suportada pela conjugação do aumento dos Depósitos de Clientes em 7,8% e pela diminuição das operações de colocação de títulos em mercado secundário com acordo de recompra (operações de repos) em quase 100%. Por modalidades de depósitos, os Depósitos a Prazo incluindo os Depósitos de Poupança tiveram uma evolução bastante positiva de 10,4% em relação a Dezembro de 2013. Os Depósitos à Ordem também evoluíram positivamente 3,2% em 2014, quando comparados com o mesmo período do ano passado.

O quadro que se segue ilustra a evolução dos Recursos de Clientes nos dois últimos anos:

Recursos de Clientes

(mil contos)

Modalidades	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos	**57.556**	**62.036**	**4.479**	**7,8%**
Depósitos à Ordem	20.768	21.438	670	3,2%
Depósitos a Prazo	33.473	37.262	3.789	11,3%
Depósitos de Poupança	3.316	3.335	19	0,6%
Títulos Mercado Secundário - Repos	**652**		**-652**	**-100,0%**
Total Recursos de Clientes	**58.208**	**62.036**	**3.827**	**6,6%**

Por segmento de clientes, os Depósitos no BCA pertencem, na sua maioria, a clientes Particulares com um peso de 81,3% (83,3% em Dezembro 2013), traduzindo num acréscimo de 5,3%. Os depósitos de empresas progrediram 20,1% em relação ao ano passado, impulsionados pela modalidade de depósitos a prazo com um aumento de 122,9%. Os Depósitos Totais de Emigrantes representam 51,3% do total da Carteira de Depósitos do BCA e cresceram 5% em relação a Dezembro de 2013.

Depósitos de Clientes por Modalidades

(mil contos)

Modalidades	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósito à Ordem				
Residentes	14.559	14.937	378	2,6%
Emigrantes	4.134	4.384	250	6,0%
Não Residentes	2.075	2.117	43	2,1%
Total	**20.768**	**21.438**	**670**	**3,2%**
Depósito a Prazo				
Residentes	9.798	11.890	2.092	21,4%
Emigrantes	26.151	27.429	1.278	4,9%
Não Residentes	839	1.278	439	52,3%
Total	**36.788**	**40.597**	**3.809**	**10,4%**
Total de Depósitos	**57.556**	**62.036**	**4.479**	**7,8%**

Depósitos de Clientes por Segmento

(mil contos

Segmentos	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Empresas				
Depósitos à Ordem	8.166	8.312	146	1,8%
Depósitos a Prazo	1.452	3.238	1.786	123,0%
Total	**9.618**	**11.550**	**1.932**	**20,1%**
Particulares				
Depósitos à Ordem	12.602	13.127	524	4,2%
Depósitos a Prazo	32.020	34.024	2.004	6,3%
Depósitos de Poupança	3.316	3.335	19	0,6%
Total	**47.938**	**50.486**	**2.547**	**5,3%**
Total de Depósitos	**57.556**	**62.036**	**4.479**	**7,8%**

De referir que após a entrada em funcionamento da Nova Plataforma de Títulos do Tesouro na Bolsa de Valores, a 28 de Maio 2013, os clientes passaram a ter acesso directo ao mercado primário, deixando o Banco de poder oferecer operações de repos.

7.2. – CRÉDITO

7.2.1 – Condicionantes da Actividade do Crédito

O abrandamento do ritmo de crescimento económico nacional durante o ano de 2014, marcado pela incerteza dos agentes económicos com impacto no investimento, condicionou a actividade do sector bancário no geral e contribuiu para a contínua deterioração da qualidade da carteira de crédito dos bancos. Adicionalmente, assistiu-se a uma concorrência crescente, com novos modelos de negócio e com novas exigências de supervisão e regulação impostas pelo Banco Central de Cabo Verde, numa mudança de paradigma que nos impôs uma actuação cada vez mais proactiva e desafiante ao longo do ano.

O Banco Central de Cabo Verde, numa lógica de Supervisão Baseada no Risco, tomou algumas medidas, entre as quais a emissão do Aviso nº 2/2014, de 17 de Outubro, que prevê as regras relativas ao exercício da função de supervisão, designadamente no que respeita a matérias como: métodos, processos e critérios de análise e avaliação aplicáveis no âmbito do processo regular de supervisão das instituições financeiras, entre outras matérias.

O BCA, atendendo à conjuntura do país e do sector financeiro, optou pela prudência na concessão de novos financiamentos devido, por um lado, à limitação de projectos empresariais viáveis e, por outro, às restrições nos critérios de concessão de créditos a particulares, face à redução do rendimento disponível das famílias, com a consequente quebra da capacidade de reembolso e de autofinanciamento, de forma a minimizar os

riscos existentes, procurando sempre e em linha com as orientações estratégicas, proteger a rentabilidade do Banco. Todavia, espera-se para 2015, com a recuperação gradual dos parceiros económicos internacionais, uma melhoria no crescimento da economia nacional no geral.

7.2.2 – Análise do Crédito Concedido

O total de novos financiamentos concedidos em 2014, incluindo os créditos reestruturados, atingiu aproximadamente 6,6 milhões de contos, inferior a 2013 em 22,6% (-1.949 mil contos) e foi condicionado pela evolução negativa do sector empresarial, com 55,6% do total concedido no ano. Nestes termos, o crédito concedido às empresas durante o ano diminuiu30%, se comparado ao ano de 2013, resultado da queda de iniciativas privadas, por falta de capacidade financeira das mesmas, diminuição de oportunidades de negócios e aumento do incumprimento. Nos particulares, a diminuição foi de 10,7% (15% para os créditos destinados à habitação própria e de rendimento) justificada particularmente pela perda de rendimento das famílias. Estes valores mostram a deterioração da actividade económica nacional, as condições desfavoráveis de evolução do mercado e o seu reflexo na actividade bancária.

Para colmatar essa queda de financiamento o BCA lançou no mercado uma linha de crédito em Setembro 2014, destinada às pequenas e médias empresas e no valor de um milhão de contos, cujo objectivo é apoiar e reforçar a actividade creditícia com as empresas.

O quadro seguinte mostra a evolução do crédito por segmentos de clientes nos dois últimos anos.

Crédito Concedido por Segmento Clientes

(mil contos)

Segmentos	2013	2014	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2013	2014
Empresas	**5.303**	**3.710**	**-1.593**	**-30,0%**	**61,5%**	**55,6%**
Curto Prazo	2.837	2.484	-353	-12,4%	32,9%	37,3%
M/LPrazo	2.466	1.225	-1.241	-50,3%	28,6%	18,4%
Particulares	**3.313**	**2.957**	**-356**	**-10,7%**	**38,5%**	**44,4%**
Crédito à Habitação	1.358	1.154	-204	-15,0%	15,8%	17,3%
Crédito ao Consumo	1.955	1.804	-152	-7,8%	22,7%	27,1%
Total Crédito Concedido	**8.616**	**6.667**	**-1.949**	**-22,6%**	**100,0%**	**100,0%**

O crédito concedido registou uma diminuição em relação a Dezembro de 2013, suportada sobretudo nos créditos de médio e longo prazo que diminuíram 27,9%. Esta evolução foi provocada, em grande medida, pela diminuição do crédito às empresas e aos particulares, à habitação própria e de rendimento, respectivamente de 50,3% e 15%. A redução do crédito aos particulares é particularmente justificada, por um lado, pela suspensão das bonificações e, por outro, pelo ambiente desfavorável de negócios que continuou durante o ano. O crédito de curto prazo diminuiu14,3%, dos quais 12,4% para as empresas, correspondendo

ao crédito de apoio à tesouraria, para além da maior prudência do banco na concessão de novos empréstimos.

Evolução do Crédito Concedido por Prazos

(mil contos)

Prazos	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Curto Prazo	3.362	2.880	-482	-14,3%
Médio Longo Prazo	5.254	3.787	-1.467	-27,9%
Total Crédito Concedido	**8.616**	**6.667**	**-1.949**	**-22,6%**

7.2.3 – Análise da Carteira de Crédito

O saldo da carteira de Crédito Vivo, sem os créditos titulados às empresas, atingiu 31,5 milhões de contos, uma diminuição de 5,6% (-1,8 milhões de contos) comparativamente ao ano anterior. Esta evolução desfavorável é, por um lado, o reflexo do aumento do crédito em incumprimento e, por outro, da diminuição de operações novas. De destacar que a diminuição verificou-se mais no segmento empresas que diminuiu10,7%. Nos Particulares, o decréscimo de 1,6%. De realçar, ainda, que cerca de 45,6% (43,8% em Dezembro 2013) do crédito vivo a clientes corresponde a crédito à habitação, como se pode constatar no quadro seguinte:

Carteira de Crédito Vivo por Segmentos

(mil contos)

Segmentos	2013	2014	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2013	2014
Empresas	**14.753**	**13.177**	**-1.577**	**-10,7%**	**44,1%**	**41,7%**
Curto Prazo	1.976	2.001	25	1,2%	5,9%	6,3%
M/LPrazo	12.777	11.176	-1.601	-12,5%	38,2%	35,4%
Particulares	**18.696**	**18.400**	**-296**	**-1,6%**	**55,9%**	**58,3%**
Crédito à Habitação	14.638	14.387	-251	-1,7%	43,8%	45,6%
Crédito Consumo	4.057	4.013	-45	-1,1%	12,1%	12,7%
Total do Crédito Vivo	**33.449**	**31.577**	**-1.872**	**-5,6%**	**100,0%**	**100,0%**

Incluindo o Crédito e Juros Vencidos, os Proveitos a Receber e as Obrigações Públicas e Privadas, a Carteira de Crédito Total a Clientes diminuiu 2,5% face ao período homólogo.

Apesar do esforço acrescido na gestão prudente do risco, da adopção de medidas preventivas, do reforço das reestruturações, do acompanhamento permanente dos clientes com maiores exposições com vista à optimização da qualidade da carteira de crédito, o crédito em incumprimento atingiu 6,5 milhões de contos, o que representa um aumento de 12%, devido à conjuntura desfavorável vivida ainda durante o ano de 2014.

De seguida a evolução da Carteira de Crédito Total a Clientes nos dois últimos anos:

Carteira de Crédito a Clientes

(mil contos)

Crédito	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito Vivo	**33.449**	**31.577**	**-1.872**	**-5,6%**
Curto Prazo	2.482	2.524	42	1,7%
Médio e Longo Prazo	30.967	29.053	-1.914	-6,2%
Crédito e Juros Vencidos	**5.812**	**6.507**	**696**	**12,0%**
Obrigações Públicas/Privadas	**3.852**	**3.926**	**74**	**1,9%**
Proveitos de Crédito	**191**	**196**	**5**	**2,7%**
Receitas c/Rendim. Diferido	**-234**	**-222**	**12**	**-5,3%**
Carteira de Crédito Total	**43.069**	**41.984**	**-1.085**	**-2,5%**

O quadro seguinte mostra a evolução da Carteira de Crédito Bruta a Clientes (crédito vivo e crédito e juros vencidos sem obrigações e sem proveitos, apenas o capital), por Entidade:

Carteira de Crédito Bruta por Segmentos

(mil contos)

SEGMENTOS	2013	2014	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2013	2014
Empresas	**18.587**	**17.761**	**-826**	**-4,4%**	**47,3%**	**46,6%**
Curto Prazo	2.957	3.153	197	6,7%	7,5%	8,3%
M/LPrazo	15.631	14.608	-1.023	-6,5%	39,8%	38,4%
Particulares	**20.673**	**20.323**	**-350**	**-1,7%**	**52,7%**	**53,4%**
Crédito à Habitação	15.950	15.682	-268	-1,7%	40,6%	41,2%
Crédito Consumo	4.723	4.641	-82	-1,7%	12,0%	12,2%
Carteira Crédito Bruta	**39.260**	**38.084**	**-1.177**	**-3,0%**	**100,0%**	**100,0%**

8 –OUTRAS ACTIVIDADES

8.1 –RECURSOS HUMANOS

Em 31 Dezembro 2014, o Quadro do Pessoal apresentava um total de 444 colaboradores no activo, sendo 393 do quadro efectivo e 51 contratados a termo certo. Contava, ainda, com sete colaboradores em situação de licença sem vencimento e dois colaboradores cuja relação laboral está suspensa por motivo de doença.

Durante o ano de 2014 foram admitidos 26 novos colaboradores e ocorreram três desvinculações (dois por iniciativa do banco e um por iniciativa do colaborador). Catorze colaboradores passaram à situação de reforma, que atinge um total de 145, conforme pode ser verificado no quadro que se segue.

Distribuição dos Colaboradores

	ACTIVOS			INACTIVOS	
	2013	2014		2013	2014
Quadro Permanente	388	393	Aposentados	131	145
Contratos a Prazo	47	51	Desvinculados/Indeminizados	2	3
			Comissão de Serviço	0	0
			Licença	6	7
			Ausência por Doença	6	2
			Ausência Outros Motivos	1	0
TOTAL	**435**	**444**	**TOTAL**	**146**	**157**

Dos trabalhadores no activo, 64% corresponde ao sexo feminino. No que se refere à distribuição por Grupos Funcionais, 42% dos colaboradores desempenhavam funções técnicas, 21% exerciam cargos de chefia, 18% funções auxiliares e de apoio, 11% eram multifunções e 8% funções administrativas.

Quanto às habilitações literárias, verifica-se um aumento da percentagem dos colaboradores detentores de Licenciatura, 42,3% do total do efectivo. Constata-se, ainda, que 29,7% dos colaboradores têm o Ensino Secundário, 18,5% o Ensino Básico, 2,9% o Ensino Superior Politécnico e 6,5% o Ensino Técnico – Profissional.

Habilitações Literárias

	2013		2014	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	86	19,8%	82	18,5%
Ensino Secundário	139	32,0%	132	29,7%
Ensino Técnico Profissional	30	6,9%	29	6,5%
Ensino Superior Politécnico	13	3,0%	13	2,9%
Ensino Superior Universitário	167	38,4%	188	42,3%
TOTAL	**435**	**100%**	**444**	**100%**

Formação e Capacitação Profissional

Ao longo do ano de 2014 e num processo contínuo de valorização do capital humano, o BCA investiu 5,8 mil contos em 62 acções de formação, atingindo um total de 386 colaboradores, com uma carga horária total de 6.177,3 horas.

As formações foram alinhadas com os objectivos estratégicos do Banco, destacando-se os seguintes: Auditoria financeira e normas IAS; Contabilidade financeira avançada; Financial Analysisof a Bank; Liderança e gestão de equipas; Gestão estratégica de recursos humanos; Intermediação financeira no âmbito do mercado de capitais; Prevenção à lavagem de capitais e combate ao terrorismo; Introdução ao fundo de investimento imobiliário; Curso prático de estratégia, planeamento e monitorização; Governança interna e controle; Financiamento às micro e pequenas empresas; Regime jurídico especial das micro e pequenas empresas; Conferência sobre ética – Princípios correctos de conduta; Direito, procedimento e processo tributário.

Das acções de formação realizadas, 55 foram no país (Out e In empresa) abrangendo 378 colaboradores, com uma carga horária de 5.527 horas. No exterior, participaram 8 colaboradores em 7 acções de formação no IFB, Caixa Geral de Depósitos, ATTF – Luxemburgo, em áreas relevantes como Seminar certified private banker, Africa risk management banking fórum, Workshop compliance officers, Conferência sobre cartões etc., com uma carga horária de 650,3 horas.

O Banco contribui para a formação académica dos Colaboradores, comparticipando em propinas de cursos de Licenciatura e Mestrado.

Durante o ano foram proporcionados 18 estágios, sendo 2 curriculares e 16 profissionais. Os estagiários foram acolhidos pelas Direcções Financeira e Internacional, de Suporte Logístico, Recursos Humanos, Informática, pelo Gabinete de Marketing e Relações Públicas, e pelas Agências da Avenida e do Maio. Foram convertidos em contratos a prazo oito dos estágios profissionais.

Apoio Social aos Trabalhadores

Durante o ano de 2014, os colaboradores do Sistema Privativo de Segurança Social do Banco e os reformados, bem como os seus agregados familiares, beneficiaram, no País, de exames clínicos de diagnóstico, consultas de clínica geral e de especialidade, fornecimento de próteses oculares, estomatológicas, tratamentos de enfermaria, cirurgias e internamentos hospitalares.

Ainda no âmbito do protocolo existente entre o BCA e os SAMS – Serviços de Apoio Médico e Social dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, de Portugal – os colaboradores beneficiaram de consultas, exames médicos, análises clínicas, intervenções cirúrgicas e internamentos hospitalares.

Os custos com a Assistência Médica-Medicamentosa ascenderam ao montante de 56,2 mil contos, subdivididos em Assistência Médica no Exterior (15,6 mil contos) e no País (40,6 mil contos).

O Banco continuou a apoiar os seus colaboradores e reformados com a concessão de créditos, nomeadamente para aquisição ou construção de habitação própria permanente e abonos fiscais. Foram ainda concedidos adiantamentos de vencimento para educação, saúde, encargos extraordinários, reparações e benfeitorias de habitação e aquisição de viatura própria.

Destacam-se, ainda, outras acções, nomeadamente:

- Elevação do Gabinete de Recursos Humanos ao nível de Direcção, com a extinção das duas secções e a criação de duas Divisões: Divisão de Gestão, Planeamento e Desenvolvimento (DPD); Divisão de Gestão de Benefícios Sociais (DBS) e a Secção de Remunerações e Apoio Administrativo (SRA);

- Alteração dos Regulamentos de Empréstimo para aquisição de Viatura Própria, de Empréstimo à Habitação Própria Permanente e de Outros Empréstimos a Colaboradores do BCA;

- Monitorização do Relógio de Ponto e preparação de condições para o interface permanente com o software de Gestão do Recursos Humanos (HRM).

8.2 – ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL

Planeamento e Controlo Gestão e Contabilidade

A Divisão de Planeamento e Controle de Gestão – DPG continuou na busca do aperfeiçoamento da qualidade da informação de gestão fornecida à Comissão Executiva do Banco, com a implementação no último trimestre do ano de um software de Gestão e Orçamento, do qual se esperam impactos bastante positivos em 2015. Visando cumprir todas as solicitações, quer do Supervisor do Sistema Financeiro, quer do principal accionista, foram desenvolvidos esforços acrescidos para a elaboração e produção atempada de informações estatísticas,

prudenciais e contabilísticas a submeter mensalmente ao Banco de Cabo Verde, para efeitos de supervisão, e à Caixa Geral de Depósitos, principal accionista do Banco, para efeitos de consolidação e acompanhamento.

Foram também desenvolvidos esforços, junto das Entidades Fiscais, no sentido de esclarecer-se vários aspectos ligados à fixação da matéria colectável do Banco.

Houve necessidade de colocar ao Banco Central, nomeadamente aos responsáveis de Supervisão, questões várias e ligadas à melhor compreensão da legislação financeira publicada ao longo do ano e ao timing da sua entrada em vigor.

Internacional

Uma vasta cobertura dos países de emigração dos cabo-verdianos tem sido uma das grandes preocupações do BCA, que elegeu a internacionalização selectiva como estratégia da área internacional.

Neste sentido, e com o objectivo de melhorar a qualidade e eficiência dos seus serviços, anualmente tem-se desenvolvido e revisto os acordos preferenciais com outras instituições financeiras e privilegiado o uso crescente da vasta rede internacional da Caixa Geral de Depósitos para a realização das operações dos clientes, nos mais variados mercados.

Das relações com o Grupo Caixa Geral de Depósito, tem-se privilegiado a troca de experiências nas várias operações e produtos e, para os restantes correspondentes, procurou-se o estreitamento de relações com vista à melhoria da qualidade dos serviços a preços atractivos.

Relações com Bancos Correspondentes

Uma vasta rede de correspondentes tem permitido ao BCA a melhoria constante das condições para a realização do negócio internacional, garantindo a cobertura dos principais mercados em tempo célere e a custos reduzidos.

Em 2014 o BCA possuía uma rede de 28 correspondentes, cobrindo 17 países e variadas operações em moedas tais como EUR, USD, CHF, GBP, CAD, DKK, SEK, NOK, JPY e ZAR. Com o objectivo de racionalizar as suas contas junto dos correspondentes, sem contudo comprometer a qualidade do serviço, em 2014 procedeu-se ao fecho de duas contas, uma junto do BNP Paribas Fortis Bank e outro junto do JP Morgan Chase.

O BCA possuía ainda uma rede de 230 correspondentes SWIFT, o que lhe permite cobrir sem dificuldades as necessidades dos seus clientes.

Durante o ano, o BCA recebeu representantes e delegações de alguns organismos internacionais e bancos, a saber:

- Agence Française de Développment (AFD) - No âmbito do fecho da 2ª Linha de Crédito e do Projecto da Politica de Responsabilidade Social a implementar.
- GARI - Entidade com a qual o BCA mantém relações de parceria, para fazer um ponto de situação dos projectos em comum.
- Fundo Monetário Internacional (FMI) - No âmbito de uma assistência técnica voltada para as Áreas de Liquidez, Títulos Públicos e para a análise da situação da Economia Cabo-Verdiana e do Sistema Financeiro.
- Societé Générale – Para a análise de uma eventual relação de correspondent banking.
- Fitchrating – No âmbito da análise e revisão do rating de Cabo-Verde.

Gestão da Liquidez

A gestão da liquidez pautou-se pelo cumprimento rigoroso de princípios básicos, tais como:

- Definição e aprovação de estratégias para a gestão de liquidez
- Medição e monitorização das necessidades líquidas de financiamento
- Controlo da gestão de liquidez em diversas moedas
- Definição de Planos de contingência

A gestão dos excessos de liquidez tem privilegiado a rentabilização máxima das disponibilidades, na procura da qual se recorreu aos mercados financeiros nacional e internacional. Na gestão destas operações, procurou-se sempre minimizar os riscos de liquidez, de mercado e cambial.

Manteve-se a aposta na correcta identificação das várias oportunidades de negócio, no controlo dos activos líquidos e na aceleração do processo de transformação em divisas, de notas estrangeiras captadas no país.

Os movimentos de divisas em 2014 registaram uma variação negativa tanto nas entradas como nas saídas em 3,2 e 1,4 milhões de contos, respectivamente. A variação nas entradas justifica-se pela redução das ordens de pagamentos recebidas (2 milhões de contos) e compras ao Banco de Cabo Verde (1 milhão de contos). A variação das saídas é justificada pela redução das vendas de Moeda Estrangeira ao BCV (827 mil contos).

As operações com o Banco Central (compra e venda de divisas) registaram, portanto, diminuições tanto nas compras como nas vendas. Por outro lado, fruto do excesso de liquidez, as vendas superaram as compras em 2,7 vezes, quando em 2013 tinham superado 1,9 vezes.

Entradas e Saídas Moedas Estrangeira

(mil contos)

Rúbricas	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Entradas Estrangeiro	34.772	32.558	-2.214	-6,4%
Compra ao BCV	2.294	1.268	-1.026	-44,7%
Total entradas	**37.066**	**33.826**	**-3.240**	**-8,7%**
Saídas Estrangeiro	31.110	30.530	-580	-1,9%
Venda ao BCV	4.355	3.525	-830	-19,1%
Total Saídas	**35.465**	**34.055**	**-1.410**	**-4,0%**

A liquidez disponível em 2014 levou o banco a procurar a sua rentabilização, tanto no mercado nacional como internacional. A busca por melhores rentabilidades e a preferência por prazos curtos levou a que se apostasse nas aplicações de curto prazo, com realce para o Mercado Monetário Nacional. Destacam-se assim as aplicações overnight junto do Banco de Cabo Verde e as aplicações em Bilhetes do Tesouro, com variações face a 2013 de 159,3% (correspondentes a 235,5 milhões de contos) e 292,6% (correspondentes a 1,4 milhões de contos), respectivamente.

Os montantes das aplicações do excedente de liquidez no final dos períodos de constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) junto do BCV atingiram o global de 383,4 milhões de contos, representando uma variação positiva de 159,3% face ao ano de 2013, de acordo com o quadro que se segue.

Aplicações Acumuladas do Ano

(mil contos)

	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Mercado Monetário Nacional	**151.942**	**388.896**	**236.954**	**156,0%**
Titulos Tesouro	499	1.959	1.460	292,6%
Aplicações no BCV	147.850	383.400	235.550	159,3%
Outras Aplicações BCV (TIM)	2.174	2.109	-65	-3,0%
Outras Aplicações BCV (TRM)	1.419	1.428	9	0,6%
Mercado Capitais	**2.253**	**1.887**	**-366**	-16,2%
Aplicações nos Correspondentes	**13.394**	**26.731**	**13.337**	**99,6%**
TOTAL	**167.589**	**417.514**	**249.925**	**149,1%**

As aplicações em moeda estrangeira, na sequência do excesso de entradas face às saídas, duplicaram comparativamente a 2013.

Em termos de juros de aplicações, constata-se um aumento dos ganhos em cerca de 10,9% (56 mil contos) justificado pelas aplicações em Títulos do Tesouro.

Juros de Aplicações do Ano

(contos)

	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Mercado Monetário Nacional	**39.179**	**35.603**	**-3.576**	**-9,1%**
Titulos Tesouro- Bilhetes	2.668	15.152	12.484	468,0%
Aplicações no BCV	17.938	15.759	-2.179	-12,1%
Outras Aplicações BCV (TIM)	16.810	4.294	-12.516	-74,5%
Outras Aplicações BCV (TRM)	1.764	399	-1.365	-77,4%
Mercado de Capitais	**470.112**	**534.049**	**63.937**	**13,6%**
Aplicações nos Correspondentes	**7.139**	**3.169**	**-3.971**	**-55,6%**
TOTAL	**516.430**	**572.821**	**56.391**	**10,9%**

As aplicações em *overnight* no BCV e em Títulos de Regularização Monetária (TRM's) registaram variações positivas em termos de volume de 159,3% e 0,6%, respectivamente, mas os juros totais obtidos diminuíram face a 2013 em 74,5% e 77,4%, respectivamente. A explicação reside no facto do Banco Central ter reduzido por duas vezes a Taxa Directora que passou de 5,75% para 4,25% em Março e 3,75% em Julho de 2014, uma variação acumulada de 200 pontos base. De salientar também a passagem da Taxa de Absorção de Liquidez de 1% para 0,5% em Agosto de 2014.

Verificaram-se, ainda, reduções percentuais acentuadas nas taxas de juros dos Títulos do Banco Central, os TRM'S e TIM'S. As taxas dos TRM's registaram algumas flutuações durante o ano, tendo atingido um máximo de 1% e estabilizado em 0,5625% a partir de Agosto. Já as taxas de TIM's registaram maiores flutuações, com oscilações constantes ao longo do ano, sendo que a taxa máxima das aplicações do BCA foi de 0,9375% e a mínima de 0,5%.

Os juros das aplicações em ME registaram uma redução de 58,8%, com as taxas do EUR e do USD a registarem uma grande volatilidade durante o ano.

As taxas em USD foram as mais voláteis, impulsionadas também pelos montantes das aplicações e prazos nos diferentes meses. A tendência geral foi de queda, sendo que o pico verificado em Junho deve-se a uma aplicação de valor elevado efectuado no mês, tendo a taxa registado uma variação negativa ao terminar o ano em 0,18%, 13 *basispoint* abaixo da taxa de início do ano. As taxas em EUR registam valores muito baixos durante a maior parte do ano, com um mínimo de 0,02% em Novembro e terminado o ano em 0,04%, dois *basispoint* abaixo da taxa de Janeiro de 2014.

Relativamente à posição cambial, manteve-se a gestão baseada no rigor e anulação dos riscos. Os ganhos líquidos de 2014 ascendem a 128,7 mil contos, uma ligeira diminuição de 0,2% face a 2013.

Mercado de Capitais

BCA - Intermediário Financeiro

Num Mercado de Capitais em desenvolvimento, o BCA como intermediário financeiro manteve uma intervenção activa, com destaque para o Mercado da Dívida Pública. De acordo com dados da Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC), o mercado primário da Divida Pública teve uma maior dinâmica em 2014, sendo que o volume destas emissões rondou 92% do volume global das emissões.

No mercado primário de títulos registaram-se leilões num total de 13,5 milhões de contos, sendo que a colocação ficou em 11,7 milhões de contos, cerca de 89% do total. Deste montante, 11,4 milhões de contos foram colocados nos Lances Competitivos e 303 mil contos nos Lances não Competitivos.

O BCA foi um dos bancos mais activos na colocação da Dívida Publica, com um peso de 32% da colocação.

No mercado secundário, as transacções registaram um aumento considerável (cerca de 284%) face a 2013, o que segundo a Bolsa de Valores pode ser explicado pelo grande volume de operações fora de bolsa sobre títulos cotados e pelo ligeiro aumento da dinâmica do mercado secundário.

Num valor global de 406,4 mil contos de transacções, o BCA foi o banco mais activo tendo contribuído com 79,84% do volume, devido sobretudo às operações realizadas fora de Bolsa no montante de 313.622.016$00 sobre as acções BCA. Neste particular destaca-se a operação de venda fora de bolsa de 89.504 acções ordinárias escriturais e cotadas em Bolsa, representativas de 6,76% do capital social do BCA que a Garantia detinha na sua carteira.

Num cenário global de queda das cotações do segmento accionista, o preço de fecho das acções do BCA ficou em 2.990 escudos, uma redução de 0,3% face à cotação de 3.000 escudos do fecho de 2013. O valor máximo da cotação foi de 4.000 escudos e o valor mínimo de 2.990 escudos.

O volume de negócios das acções do BCA atingiu 318,3 mil contos, uma variação expressiva face ao ano de 2013, sendo o título mais transaccionado no segmento accionista. As Obrigações do BCA, lançadas em Dezembro de 2010, pagaram em Dezembro de 2014 o seu 9º cupão de juros, num total de 10,2 mil contos. O objectivo da emissão tinha sido o de reforçar os Fundos Próprios do Banco e assim contribuir para sustentar o crescimento da instituição e responder ao financiamento, de forma individual ou em sindicato bancário, de grandes projectos de investimento, quer públicos quer privados. O título, que começou a reembolsar capital em 2013, já reembolsou um total de 200 mil contos em quatro cupões, sendo que a taxa do ano de 2014 foi de 5,85% (2º escalão de taxas previsto para a emissão).

8.3 – GESTÃO DE RISCOS

Risco de Crédito

A conjuntura económica manteve-se desfavorável em 2014, influenciando negativamente a actividade bancária, com reflexos nos resultados e na qualidade dos activos, verificando-se, nomeadamente, o incremento do crédito em risco e reestruturado, conduzindo ao agravamento, no geral, do risco de crédito no Sistema.

Aquando da actualização dos factores de risco subjacente ao modelo de perda por imparidade realizado em Setembro de 2014, assistiu-se ao incremento das *Probabilidades de Indícios (PI's)* e *Probabilidade Default (PD's)* associados ao portfolio do BCA, ou seja, registou-se uma maior propensão para o incumprimento, o que corrobora a posição do Sistema.

Para melhor se proteger e/ou mitigar os riscos inerentes, o Banco procurou ampliar o seu conforto através do reforço de garantias reais associadas às operações de crédito, sobretudo as resultantes de renegociação, assim como aumentar os níveis de provisões/imparidades para as situações complexas e/ou de difícil recuperação.

O cumprimento do Aviso n.º2/2013 do BCV – implementação de um sistema de risco de crédito – veio seguramente exigir maior rigor e responsabilidades às unidades de risco de crédito, mas em paralelo contribuiu para a melhoria da abordagem do tema, pois passou-se a definir claramente quais os processos e procedimentos inerentes à gestão do risco de crédito, nomeadamente a definição de limites para operações, avaliação periódica do grau de suficiência das garantias e a definição de políticas e estratégias para gestão do risco de crédito, sendo tudo devidamente documentado e partilhado com todos os colaboradores.

Está em curso (fase final) a elaboração de um manual de gestão de risco de crédito que contempla e sintetiza os processos e procedimentos inerentes à gestão do risco de crédito.

Entretanto novos desafios foram lançados pela entidade supervisora, com a emissão de novos avisos, designadamente o Aviso n.º 2/2014 – Exercício de supervisão, de 17 Outubro, que fixa métodos e regras no exercício da supervisão por parte do BCV e a obrigatoriedade das instituições financeiras estabelecerem testes de resistência (testes de sensibilidade e testes de cenários) e realizarem uma auto-avaliação, que devem ser documentados e integrados nas políticas e procedimentos de gestão de risco, a entrar em vigor no início de 2015.

Risco de Mercado e Liquidez

No ano findo continuou a evidenciar-se sinais de estabilidade no referente ao Risco de Liquidez, reforçando a tendência verificada no ano anterior. O crescimento dos Depósitos de Clientes reforçou a base de financiamento do Banco, projectando uma Tesouraria confortável e capaz de suportar um eventual aumento da procura de Crédito, caso em 2015 melhore o ambiente económico.

A actuação do Banco Central em 2014 foi de criar condições para estimular o Crédito Bancário, adoptando um conjunto de medidas de afrouxamento monetário. Os mecanismos de transmissão monetária não funcionaram porém da maneira esperada, resultando numa evolução tímida do Crédito e favorecendo a liquidez dos Bancos.

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez acompanhou a exposição do BCA ao Risco de Liquidez através da monitorização mensal da evolução dos Recursos de Clientes e da análise trimestral da evolução do Gap de Liquidez. No exercício económico findo merece destaque a proposta de formalização dos processos de Gestão do Risco de Liquidez no GRM, através de um Manual de Procedimentos.

O Risco de Taxa de Juro foi acompanhado pelas Análises Mensais da Evolução da Carteira de Créditos com taxa de juro indexada e da Evolução dos Indexantes internos e externos, bem como pela Análise trimestral do Gap de Repricing. Esse mapa conheceu uma melhoria importante na qualidade da sua informação, com a introdução das taxas médias simples e ponderada dos principais Activos e Passivos.

Tradicionalmente, os Bancos possuem estruturas de Balanço que favorecem o Risco de Taxa de Juro, principalmente devido ao financiamento de Activos de Médio e Longo Prazo com taxas fixas por Passivos com prazos mais curtos. Nesse sentido, o acompanhamento adequado dos principais factores de risco de taxa de juro tem permitido aperfeiçoar a Gestão desse Risco, na medida em que tem melhorado substancialmente o conhecimento da situação do Banco em diversos momentos, fornecendo informações para sustentar decisões que minimizam os impactos da materialização desses riscos na Margem Financeira.

O Risco de Taxa de Câmbio foi monitorizado através da análise mensal da evolução da posição cambial, taxas de câmbio e resultados de reavaliação do USD, a principal moeda internacional sujeita a risco cambial. Manteve-se o acompanhamento da exposição do Risco Cambial da Carteira de moedas estrangeiras através do Relatório de análise do Value-at-Risk, com algumas alterações nos procedimentos de envio das informações sobre o Risco Cambial.

A consolidação do funcionamento do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos, com a presença da Administração e de algumas Direcções do Banco, veio aumentar o alcance da Gestão dos Riscos no BCA. Além da disponibilização dos Relatório de Análise e acompanhamento dos diversos riscos, este Comité veio permitir a discussão conjunta desses Relatórios num fórum adequado, contribuindo para melhorar o conhecimento sobre o Banco e facilitar a tomada de decisões de forma mais participativa.

É importante destacar a participação do GRM no Africa Risk Management Banking Forum, na Cidade do Cabo, organizado pelo IFC (International Finance Corporation) e pela revista This is Africa, permitindo um intercâmbio bastante positivo entre os principais actores da Gestão do Risco no continente Africano e não só. Esse fórum confirmou que os caminhos trilhados no BCA em matéria de Gestão do Risco estão em linha com as melhores práticas internacionais, tendo sido destacada a importância da capacidade de adaptação dos modelos globais à realidade de cada país e o papel fundamental do "know your customer" na gestão bancária.

8.4 – COMPLIANCE

No BCA está estabelecida uma Função Compliance, atribuída a todos os órgãos de estrutura, sob coordenação do Gabinete de Suporte à Função Compliance (GFC) – órgão de estrutura autónomo, na dependência directa do órgão de administração, ao qual cabe a identificação, análise, avaliação dos riscos de compliance e seu reporte.

Neste âmbito, esta unidade é também responsável pela salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, bem assim da prevenção de crimes de abuso de mercado.

Em 2014 foi publicada uma nova legislação do sistema financeiro e regulamentos da supervisão, os quais vieram colocar outros desafios às instituições financeiras, obrigando-as a adequar os seus processos e a sua governação interna.

De entre os diplomas legais e regulamentares, destacam-se as Leis nº 61/VIII/2014 - Lei de Bases do Sistema Financeiro e nº 62/VIII/2014 - Lei das Actividades das Instituições Financeiras, publicadas a 23 de Abril e os Avisos do Banco de Cabo Verde nº 2/2014 – Exercício da supervisão, nº 3/2014- Supervisão comportamental e nº 4/2014- Membros dos órgãos de administração e fiscalização de instituições financeiras, publicados a 17 de Outubro.

Com o objectivo de garantir a conformidade com a legislação e regulamentação, paralelamente à divulgação interna desses diplomas, foi feita a identificação das medidas necessárias a implementar visando a prevenção dos riscos de incumprimento dos deveres legais e regulamentares neles consagrados.

Colocam-se, entretanto, alguns desafios na apropriação de novas ferramentas, métodos e técnicas exigíveis pelas normas legais e regulamentares, o que passará pela formação dos quadros, visando a aquisição das competências necessárias ao cabal cumprimento das novas regras.

8.5 – ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Durante o ano de 2014 o BCA deu continuidade à adequação dos procedimentos internos ao funcionamento da Instituição e às exigências do BCV, à criação de um ambiente necessário e apropriado para a

competitividade no mercado e continuidade da confiança dos seus clientes. Destaque, igualmente, para a gestão criteriosa de riscos inerentes às actividades bancárias visando a segurança, a estabilidade, a sustentabilidade e a planificação da continuidade de negócios em situação de crise.

Foram produzidos e divulgados 149 normas com destaque para:

(i) o regulamento que contempla as políticas e os procedimentos que permitem assegurar o funcionamento do BCA, ou a sua recuperação atempada, no caso de ocorrência de eventos (desastres) que conduzam à inoperacionalidade pontual ou generalizada das infra-estruturas do Banco (postos de trabalho e/ou suportes tecnológicos).

Em qualquer dos casos, assume-se que existam colaboradores disponíveis para desenvolver as actividades mínimas e o BCA considera fundamental salvaguardar em primeiro lugar a vida humana e a integridade física dos empregados e de outras pessoas que estejam nas suas instalações, garantir a continuidade do seu funcionamento relativamente aos processos de negócio que sejam considerados críticos e minimizar quaisquer efeitos negativos para o cliente, procurando repor, com a máxima brevidade, o normal funcionamento do Banco;

(ii) o regulamento que cria o Comité de Controlo Orçamental para o acompanhamento do desempenho do Banco e a análise dos desvios verificados na actividade e no negócio face aos objectivos pré-definidos, e a consequente tomada de decisão, de forma atempada, para a correcção de desvios ou redefinição de estratégias;

(iii) o regulamento que possibilita uma eficaz gestão e tratamento das reclamações e sugestões dos clientes (ou não clientes);

(iv) o estatuto orgânico da Direcção de Recursos Humanos, em consequência da elevação do Gabinete de Recursos Humanos em Direcção.

Ainda em 2014, o Banco prosseguiu as acções estratégicas relacionadas com a implementação de novos procedimentos na aplicação informática, visando automatizar algumas exigências recebidas do Banco Central e a procura de solução técnica para a modernização dos serviços, assegurando o tratamento adequado no Sistema Informático. Mereceu igualmente atenção a formação e reciclagem para a melhoria da performance dos utilizadores do sistema informático do Banco através das sessões de formação *on job*, da gestão das solicitações manifestadas pelos colaboradores do Banco, do acompanhamento da resolução dos problemas e do tempo de execução das tarefas.

Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI)

A redução do Risco Operacional e a garantia de um eficiente e adequado ambiente de controlo interno continuam a ser uma das preocupações do Banco, com ganhos efectivos para as estruturas e, consequentemente, para os resultados da Instituição.

Como meio de sensibilizar os colaboradores sobre a prevenção dos riscos operacionais, realizaram-se acções de formação interna, alargadas a todas as estruturas do Banco.

8.6 – SUPORTE INFORMÁTICO

No que tange à tecnologia informática ao serviço do negócio, o ano de 2014 foi marcado essencialmente pelo esforço para se tentar fechar e concluir projectos e processos inacabados ou em andamento, assim como marcar o ponto de partida para outros desafios vitais à ratificação do BCA como banco líder do mercado.

Assim, respeitante à modernização dos meios de pagamento e canais electrónicos, de assinalar a implementação de algumas funcionalidades voltadas à gestão do incumprimento dos cartões de crédito, bem como a sua interacção com a central de risco do Banco de Cabo Verde.

Apostou-se claramente no reforço da arquitectura e tecnologia que suportam o funcionamento da internet banking, ficando garantido um cenário de maior segurança e bastante conforto transaccional para os clientes.

Dando cumprimento a uma das linhas orientadoras da comissão de coordenação para o desenvolvimento do sistema de pagamentos em Cabo Verde, deu-se início ao processo de implementação do projecto, Circularização de imagens de Cheques/Telecompensação, tendo arrancado com sucesso em Junho de 2014. Os ganhos com a implementação desde projeto são evidentes, pois não só se traduziram na mitigação do risco operacional e re-trabalho com os processos da telecompensação, mas também na pronta disponibilização de comprovativos/cópia dos cheques aos clientes, em qualquer ponto do Pais.

Em relação à área de segurança, hardware/infraestrutura técnica, o ano de 2014 foi determinante com a substituição das máquinas centrais, tanto de produção como de backup. Elas são responsáveis pelo funcionamento de todo o negócio, numa óptica de redundância plena, respondendo integralmente aos quesitos exigidos pela auditoria e planos de disaster recovery. Concomitantemente, o centro de backup foi totalmente remodelado, propiciando condições optimizadas de trabalho e de acomodação dos sistemas.

Como forma de dar resposta e melhor tratamento às reclamações dos clientes, cumprimentos dos prazos e procedimentos estipulados pelo Banco Central, implementou-se uma plataforma informática, com elevado grau de controlo dos prazos obrigatórios e automatismo.

8.7 – MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

Ao longo do ano de 2014 foram desenvolvidas várias acções de comunicação institucional, nomeadamente: enquanto marca patrocinadora do *Atlântic Music Expo;* nas Campanhas de comemoração do 21º Aniversário do Banco; na Inauguração das novas instalações da Sede, no Centro Histórico da Cidade da Praia; nos Protocolos de Parcerias assinados com a Fundação Pedro Pires, com o ISCEE - Instituto Superior de Ciências Económicas Empresariais e com a ADEI – Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação; na participação na Feira Internacional de Cabo Verde e na Campanha de Natal realizada nas ilhas do Sal, São Vicente e Santiago, que tinha como objectivo promover o espírito natalício nas praças e ruas das cidades contempladas, bem como fazer uma sensibilização sobre os canais alternativos de relacionamento com o Banco.

Os resultados foram positivos, tendo-se reflectido nos comentários e mensagens recebidas do público interno e externo, através das redes sociais por parte de clientes, fornecedores e entidades diversas e o público em geral.

No âmbito da sua estratégia de dinamização e valorização da arte em Cabo Verde, o BCA, em parceria com os organizadores do Festival Internacional de Fotografia de Cabo Verde, criou o Prémio BCA de Fotografia, iniciativa que visa promover a excelência da arte fotográfica criada por cabo-verdianos.

A candidatura para o Prémio BCA de Fotografia, que foi lançado em Dezembro, está aberta até finais de Janeiro de 2015 e culminará com a realização de uma gala para atribuição de um prémio para o melhor fotógrafo desse concurso.

No que concerne à promoção do negócio e da actividade comercial, suportado na estratégia de potenciar as margens complementar e financeira do Banco, baseado na busca da inovação como factor de diferenciação, o BCA lançou uma Linha de Crédito bonificada, disponibilizando um milhão de contos às Micro, Pequenas e Médias empresas e aos empresários em nome individual de diferentes sectores.

A promoção das *Soluções BCA Poupança Jovem* que se tornou, desde o ano anterior, na oferta base do segmento jovem enquanto soluções de poupança do BCA, foi mais uma campanha realizada este ano.

O BCA foi considerado, pelo 5º ano consecutivo o *Banco de Confiança dos Cabo-Verdianos*. Esta distinção atribuída anualmente pela empresa Afrosondagem, dedicada à área de estudos e inquéritos qualitativos e quantitativos, tem como objectivo galardoar as marcas, personalidades e profissões que os cabo-verdianos mais confiam.

Na rede de distribuição foram identificados os interlocutores de marketing de cada balcão, de forma a garantir uma maior coordenação entre as acções de marketing e a rede comercial.

A descentralização da linha telefónica que o BCA disponibilizou aos emigrantes residentes nos Estados Unidos da América, colocando-a em todos os balcões, permitiu o contacto directo dos emigrantes com os gestores de cada balcão, assegurando um atendimento mais rápido e eficiente.

Responsabilidade Social

O BCA foi distinguido, com a Menção Honrosa na Gala "Green Project Awards", na categoria Recursos Naturais - Gestão e Conservação com o "Jardim do BCA", criado no Parque Natural de Serra Malagueta, na Ilha de Santiago, durante a Gala realizada na Assembleia Nacional.

Patrocínio à FICASE para aquisição de *kit*'s Escolares para as crianças do Ensino Básico, apoio à Cruz Vermelha de Cabo Verde, apoio à Fundação Infância Feliz, Campanha "BCA Solidariedade Fogo" em prol das vítimas da erupção vulcânica ocorrida em Novembro, em Chã das Caldeiras - Fogo, Apoio à Campanha de Doação de Sangue promovida pelos colaboradores do BCA, Apoio ao Lar de Idosos de Porto Novo foram algumas das acções realizadas pelo BCA em 2014, no domínio da responsabilidade social.

8.8 – MEIOS E CANAIS

Meios de Pagamentos

O serviço de cobrança de facturas por transferência bancária continuou a crescer, tal como tem vindo a evidenciar-se nos últimos anos, sendo que durante o ano de 2014 foram criadas 2.336 novas autorizações de débitos automáticos, representando um crescimento de 138% em relação ao ano anterior. Esse crescimento foi sobretudo impulsionado pela adesão de novas empresas a esse sistema de pagamento automático, que muito tem contribuído para a simplificação e agilização do serviço de cobrança das empresas Cabo-verdianas e do processo de pagamento de facturas dos clientes.

BCA Directo (Internet Banking)

O BCA Directo é o canal de Internet banking disponibilizado pelo BCA, que permite ao cliente consultar as suas contas, créditos e cartões e possibilita ainda a realização de um conjunto de transacções, designadamente transferências nacionais e internacionais, pagamentos, requisições de cheques, agendamentos e adesão a cartões. Este serviço utiliza um sistema de informação amigável, intuitivo e facilitador do dia-a-dia dos clientes e encontra-se disponível 24 horas por dia, todos os dias do ano.

Em 2014, o serviço BCADirecto manteve a tendência de crescimento sustentado evidenciado nos últimos anos, com número de utilizadores a evoluir, tendo-se aproximado dos 35 mil utilizadores acumulados, representando um crescimento de 14%, dos quais mais de 32 mil encontram-se activos. Durante o ano foram criados mais de 4 mil novos utilizadores.

As operações com movimentação de fundos realizadas nesse canal continuaram igualmente a evoluir, tendo ultrapassado as 260 mil operações, representando um crescimento de 33% face ao ano anterior e ultrapassado o montante de 7 mil milhões de Escudos (+27%).

Automatic Teler Machine (ATM`s)

Em linha com o que se vem verificando em anos anteriores, o BCA continuou a investir na modernização do parque de máquinas ATM's, tendo sido instaladas, durante o ano de 2014, três máquinas e deslocalizado uma, para além de uma máquina ATM que foi desinstalada devido à vandalização da mesma.

No final do ano o parque de ATM apoiado pelo BCA atingiu 54 unidades, evidenciando um crescimento de 4% face ao ano anterior e uma quota de mercado de 32%. Esta variação positiva deveu-se, essencialmente, à instalação de unidades em locais não-bancários, com grandes fluxos de tráfego. O BCA detém actualmente 22 máquinas ATM's instaladas em locais não-bancários, evidenciando um crescimento de 10% e representando 41% do total das máquinas instaladas pelo banco.

Durante o ano, o número de transacções processados pelos ATM's do BCA ultrapassou3,5 milhões de operações (+10%), para um montante envolvido de 11,4 mil milhões de escudos, representando um crescimento de 12% face ao ano anterior.

Terminais Pagamento Automático (TPA)

A rede de Terminais de Pagamento Automático (TPA) apoiada pelo BCA tem tido uma evolução positiva ao longo dos anos, com um crescimento de 11% em 2014, atingindo 1.277 equipamentos instalados.

Durante o ano as operações realizadas nesse canal atingiram 2,1 milhões em número e 6,2 mil milhões de escudos em valor, o que significou crescimentos de, respectivamente, 39% e 24%.

Em termos de quotas de mercado, o BCA manteve a posição dos últimos anos, tanto em relação aos equipamentos instalados, como em relação à quantidade e valor das operações, tendo permanecido em 30%, 31% e 28%, respectivamente

8.9 – SUPORTE OPERACIONAL

Durante o ano de 2014 foram aprovados 36 créditos Leasing (46 em 2013), no montante de 97,6 mil contos. Quanto ao Factoring ou Cessão Financeira, foram autorizados apenas três novos contratos, no valor de 29,4 mil contos.

Em 2014 foram reestruturados 323 créditos, sendo que 41 destes foram apenas alargados os prazos de utilização ou de amortização e 282 reescalonados, correspondendo ao montante global de 2,4 milhões de

contos, dos quais 113 na Zona Norte e 210 na Zona Sul. Dos 323 créditos renegociados é de referir que 78 são clientes Empresas e 245 Clientes Particulares.

Operações com o Exterior

Embora sem muita expressividade, constata-se uma evolução positiva nas ordens de pagamento emitidas, nas garantias bancárias em moeda estrangeira e nas remessas recebidas via Western Union, tanto nas quantidades como nos montantes. O crescimento de 0,81% na quantidade das ordens de pagamento recebidas não se materializou em montantes (-0,28%).

Contrariamente, constatou-se uma evolução negativa significativa nos créditos documentários de 11,4% em termos de quantidade e 63,2% no montante, nos cheques sobre o estrangeiro de 21,8% em quantidade e 18,0% no montante, bem como nos enviados via Western Union, em 13,1% nas quantidades e 16,8% nos montantes.

(Mil contos)

	2013		2014		Variação	
	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante
Ordens de pagamentos (recebidas)	90.968	28.044	91.709	27.965	0,81%	-0,28%
Ordens de pagamentos (Emitidas)	24.552	29.057	25.034	29.286	1,96%	0,79%
Crédito Documentário						
Importação	35	1.222	31	450	-11,43%	-63,18%
Exportação	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Garantias Bancárias (emitidas)	28	438	28	456	0,00%	4,11%
Westen Union -Enviados	13.586	456	11.799	379	-13,15%	-16,89%
-Recebidos	42.712	1.219	47.517	1.310	11,25%	7,47%
Cheques s/ Estrangeiro (comprados)*	13.982	1.533	10.927	1.257	-21,85%	-18,00%

Fonte: BCA

* Inclui Cash Advance

Swift

Comparativamente a 2013, nota-se um aumento das mensagens *Swift,* tanto das recebidas como das enviadas, sendo que nas recebidas o crescimento foi de 9,6% e nas enviadas de 5,1%.

Mensagens via Swift

Anos	2012	2013	2014
Mensagens recebidas	124.446	124.683	136.707
Mensagens enviadas	30.634	30.969	32.570

8.10 - INVESTIMENTOS

Continuando a política de requalificação e remodelação dos seus espaços, e cujo objectivo é servir cada vez melhor os seus clientes e colaboradores, oferecendo-lhes maior comodidade, segurança e rapidez na realização das suas operações, foi concluída a obra de remodelação do edifício emblemático do BCA no Plateau, onde passou a funcionar a sede, e efetuada a adjudicação da remodelação da Agência e residências em São Nicolau. Foram ainda concluídos os trabalhos de beneficiação e melhorias nas Agências da Praça Nova em São Vicente, incluindo substituição de sistemas de segurança obsoletos, do Palmarejo na cidade da Praia do Tarrafal e Santa Cruz situadas no interior de Santiago.

Tendo em vista a redução de custos com a electricidade, foram feitas intervenções a nível da eficiência energética, nomeadamente colocação de lâmpadas de baixo consumo na Agência de Praça Nova e Prolongamento de São Domingos. No edifício BCA Plateau, o projecto de electricidade contemplou a colocação de detectores de presença para iluminação. Foram ainda efectuados estudos de eficiência energética no edifício BCA da Rua Lisboa e edifício 2000 em Monte Sossego, na cidade do Mindelo em São Vicente, e na Agência Avenida e Prolongamento da Achada de São Filipe, ambas na cidade da Praia.

Durante o ano de 2014 o BCA investiu 188,1 mil contos, dos quais 175,9 mil contos em Activos Tangíveis e 12,2 mil contos em Activos Intangíveis. Destes investimentos 68,9 mil contos ainda se encontram em curso.

9–ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

9.1 –EVOLUÇÃO DO BALANÇO

Em Dezembro de 2014 o Activo Líquido do BCA atingiu 74,8 milhões de contos, o que corresponde a um aumento de 6,4% (+4,47 milhões de contos) em relação ao valor registado em Dezembro de 2013. Para esta evolução contribuíram fundamentalmente os acréscimos na rubrica Caixa e Disponibilidades no Banco Central em 120,2% e nos Títulos da Divida Publica em 42,0%.

Balanço Consolidado

(mil contos)

	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	2.705	5.957	3.252	120,2%
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	503	859	356	70,7%
Activos Financeiros Disponíveis p/Venda líquida	7.255	7.247	-8	-0,1%
Aplicações em Instituições de Crédito	11.810	11.960	150	1,3%
Crédito a Clientes Líquido	39.168	37.805	-1.362	-3,5%
Títulos de Divida Pública	4.527	6.426	1.899	42,0%
Propriedades de Investimento	1	1	0	0,0%
Outros Activos Tangíveis Líquidos	2.082	2.082	0	0,0%
Activos Intangíveis	23	19	-3	-14,9%
Investimentos Filiais/Associadas/Empreend.Conjunto	268	282	13	4,9%
Activos por Impostos Correntes	808	846	38	4,7%
Activos por Impostos Diferidos	2	2	0	0,0%
Outros Activos	1.175	1.314	139	11,9%
Total	**70.327**	**74.801**	**4.474**	**6,4%**
Passivo				
Recursos de Outras Instituições de Créditos	730	976	245	33,6%
Recursos de Clientes e Outros Emprésitimos	58.968	62.866	3.899	6,6%
Provisões Passivas	5.112	5.243	132	2,6%
Passivos por Impostos Diferidos	142	132	-10	-7,3%
Outros Passivos Subordinados	399	297	-102	-25,6%
Outros Passivos	486	427	-59	-12,1%
Total Passivo	**65.837**	**69.941**	**4.104**	**6,2%**
CAPITAIS PRÓPRIOS	**4.490**	**4.860**	**370**	**8,2%**
Dos quais : Resultado Líquido	**220**	**297**	**78**	**35,4%**
TOTAL	**70.327**	**74.801**	**4.474**	**6,4%**

Caixa e Disponibilidades

Esta rubrica registou um aumento de 3,2 milhões de contos e120,2% em relação a 2013, devido ao aumento do saldo dos depósitos à ordem no Banco Central.

Aplicações em Instituições de Crédito

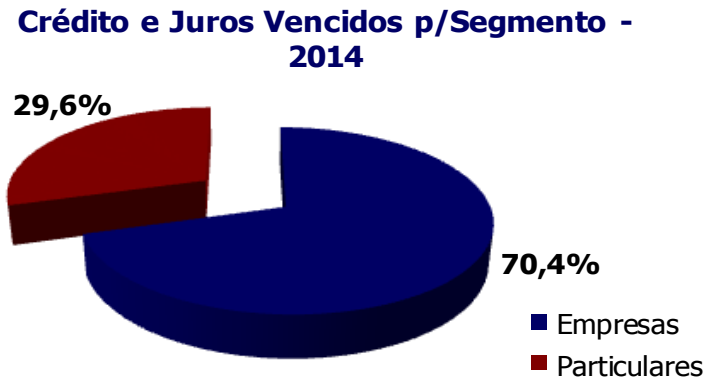
As Aplicações em Instituições de Crédito, englobando as aplicações no país e no estrangeiro, ascenderam a 11,9 milhões de contos, representando uma variação homóloga de 1,3% e de 150 mil contos. Esta variação justifica-se, sobretudo, pelas aplicações no país no montante de +620 mil contos com os Títulos de Intervenção Monetária (TIM's), que registaram um aumento de 1,4 milhões de contos, enquanto os Títulos de Regulação Monetária (TRM's) diminuíram em 410 mil contos.

Crédito a Clientes

A Carteira Global de Crédito a Clientes atingiu 41,9 milhões de contos, inferior ao saldo registado em Dezembro de 2013 em 2,5%, reflectindo o contexto em que continuou a desenvolver-se a actividade bancária em 2014. A carteira de créditos novos atingiu 6,6 milhões de contos e reflecte uma diminuição de 22,6% face a Dezembro de 2013. Esta variação deve-se sobretudo ao segmento Empresas (-30%), com -50,3% nos créditos de médio e longo prazo e -25,2% nos de curto prazo, o que montra que a situação das empresas procede condicionada pela falta de dinamismo económico. O crédito concedido ao segmento dos Particulares apresentou uma diminuição de 10,7%, com os créditos para a habitação própria e de rendimento a diminuírem 15%, contra 7,8% dos créditos para outros fins.

O saldo da Carteira Vencida atingiu 6,5 milhões de contos, equivalendo a um aumento de 12%, ou seja, cerca de 696 milcontos comparativamente ao período homólogo, reflexo da continuação da deterioração do ambiente de negócios. Este montante proporcionou um rácio de crédito e juros vencidos relativamente ao crédito total de 17,1%, contra 14,8% em 2013,e um rácio de crédito vencido com mais de 90 dias de 16,3% em Dezembro de 2014 (13,9% em Dezembro de 2013).

O crescimento do crédito vencido deve-se ao segmento Empresas, a uma taxa de 19,6%, contra uma diminuição de 2,8% nos Particulares, o que fez aumentar o seu peso de 66% em Dezembro de 2013, para 70,4% em Dezembro de 2014.



O saldo acumulado da Imparidade de crédito, que inclui a imparidade para as Obrigações das empresas privadas, atingiu 4,9 milhões de contos, tendo o custo do risco de crédito do exercício ascendido a 209,8 mil contos (979,7 mil contos em 2013), traduzindo um rácio de cobertura de crédito vencido de 62,4%.

Carteira de Crédito sobre Clientes Líquida

(mil contos)

RUBRICAS	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito Total	**37.317**	**36.125**	**-1.191**	**-3,2%**
Crédito Normal	31.505	29.618	-1.887	-6,0%
Crédito e Juros Vencidos	5.812	6.507	696	12,0%
Crédito ao Pessoal	**1.944**	**1.958**	**14**	**0,7%**
Proveitos a Receber de Crédito	**191**	**194**	**3**	**1,6%**
Receitas com Rendimento Diferido	**-234**	**-222**	**12**	**-5,3%**
Obrigações Publicas e Privadas	**3.852**	**3.926**	**74**	**1,9%**
Imparidade p/Crédito e Obrigações	**-3.902**	**-4.177**	**-275**	**7,1%**
Crédito Líquido de Imparidade	**39.167**	**37.805**	**-1.362**	**-3,5%**
CRÉDITO BRUTO	**43.069**	**41.982**	**-1.087**	**-2,5%**

Carteira de Títulos

O saldo da carteira de Aplicações em Títulos, que inclui os Títulos Disponíveis para Venda e os Títulos de Dívida Pública cabo-verdiana, aumentou 16,3% e 1,8 milhões de contos face ao período homólogo, em consequência do aumento da carteira de Títulos do Tesouro em 42,1% e 1,8 milhões de contos.

Recursos de Clientes

A carteira de Recursos de Clientes apresentou um crescimento homólogo de 6,6% e 3,8 milhões de contos, traduzindo a preferência da sua ampla e estável base de clientes, atingindo um saldo acumulado de 62,8 milhões de contos. Esta evolução é justificada pelo aumento de 7,8% e 4,4 milhões de contos nos Depósitos de Clientes. O peso dos Recursos de Clientes no activo líquido em Dezembro de 2014era de 84%.

A evolução dos Recursos de Clientes entre 2013 e 2014, por segmento, encontra-se no quadro abaixo:

Recursos de Clientes

(mil contos)

Tipo De Clientes	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Particulares	**47.939**	**50.486**	**2.546**	**5,3%**
Depósito Ordem	12.603	13.127	523	4,2%
Depósito Prazo	32.020	34.024	2.004	6,3%
Depósito Poupança	3.316	3.335	19	0,6%
Empresas	**7.988**	**8.266**	**278**	**3,5%**
Depósito Ordem	6.565	6.362	-202	-3,1%
Depósito Prazo	1.423	1.903	480	33,7%
Sector Púb.Administrativo	**1.630**	**3.284**	**1.655**	**101,5%**
Depósito Ordem	1.601	1.949	349	21,8%
Depósito Prazo	29	1.335	1.306	4501,0%
Total Depósitos Clientes	**57.557**	**62.036**	**4.479**	**7,8%**
Outros Recursos de Clientes	**702**	**22**	**-681**	**-96,9%**
Juros a pagar de Depósitos	**709**	**809**	**100**	**14,1%**
TOTAL RECURSOS de CLIENTES	**58.968**	**62.866**	**3.899**	**6,6%**

Os depósitos de emigrantes cresceram 1,5 milhões de contos (+5,0%) em relação a 2013, tendo passado de 30,2 milhões de contos para 31,8 milhões de contos. Este crescimento reflecte a fidelização da nossa diáspora à Marca BCA e reforça o nível de confiança existente. O aumento nos Depósitos a Prazo em 5,5% e 1,3 milhões de contos foi determinante para o crescimento verificado. De referir que o peso do Depósitos dos Emigrantes no Total dos Depósitos do Banco diminuiu ligeiramente, pois passou de 52,6% em 2013 para 51,3% em 2014, como pode ser comprovado no quadro seguinte.

Depósitos de Emigrantes

(mil contos)

Rúbricas	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos à Ordem	4.134	4.384	250	6,0%
Depósito Poupança	2.453	2.426	-27	-1,1%
Depósitos a Prazo	23.698	25.003	1.305	5,5%
Total Emigrantes	**30.285**	**31.813**	**1.528**	**5,0%**
TOTAL DEPOSITOS	**57.557**	**62.036**	**4.479**	**7,8%**
Peso Emigrante/Total	**52,6%**	**51,3%**		

Provisão para Riscos e Encargos

A Provisão para Pensões de Reforma e Sobrevivência, num total de 4,9 milhões de contos, apresentam um aumento de 2,8% e cerca de 135 mil contos em 2014, quando comparado a Dezembro de 2013.

A contribuição normal dos trabalhadores e do BCA para os encargos com as Pensões de Reforma e Sobrevivência ascende a 52,5 mil contos, sendo 19,2 mil contos dos trabalhadores e 33,3 mil contos do

banco. As utilizações para pagamento aos reformados e pré-reformados, totalizaram 177,2 mil contos. De salientar ainda que os encargos suportados pelo banco relativos a custos dos juros e custos dos serviços correntes para o Fundo de Pensões e Sobrevivência atingiram 290,3 mil contos, perfazendo um custo total de 323,3 mil contos em 2014, com impacto directo nos custos com pessoal neste ano.

Em Dezembro de 2013, o banco alterou alguns pressupostos e benefícios da pensão de reforma dos trabalhadores do sistema privativo, nomeadamente: a idade de reforma passou a ser de 62 anos ou 39 anos de serviços; a taxa de redesconto do fundo passou para 5,5%; as taxas de crescimento salarial e das pensões para 3% e 1%, respectivamente. E, ainda, o salário pensionável passou a ser igual ao salário base acrescido das diuturnidades e o valor da reforma passou a ser de 90% do valor obtido a partir da média do salário pensionável dos últimos 5 anos.

De seguida a evolução do valor patrimonial do Fundo de Pensões nos dois últimos anos:

Valor Patrimonial do Fundo de Pensões de Reforma e Sobrevivência

		Movimento no Periodo				(mil contos)
Exercício	**Saldo Inícial**	**Custos do Banco**	**Utilização Provisões**	**Anulação de Provisões**	**Outros**	**Valor do Fundo**
2013	**5.379**	424	-164	-914	40	**4.765**
2014	**4.765**	324	-177		-12	**4.900**

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios do Banco aumentaram 8,2% e 369,9 mil contos em consequência da incorporação em reservas de 100% do resultado líquido de 2013, da valorização positiva conjugada com a mais-valia gerada na venda de uma parte do capital que o BCA detinha na Garantia no montante de 95,3 mil contos e, ainda, da reserva de reavaliação negativa dos TCMF's, no valor de 31,5 mil contos, obtidos em 2014.

9.2. –CONTAS de RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(mil contos)

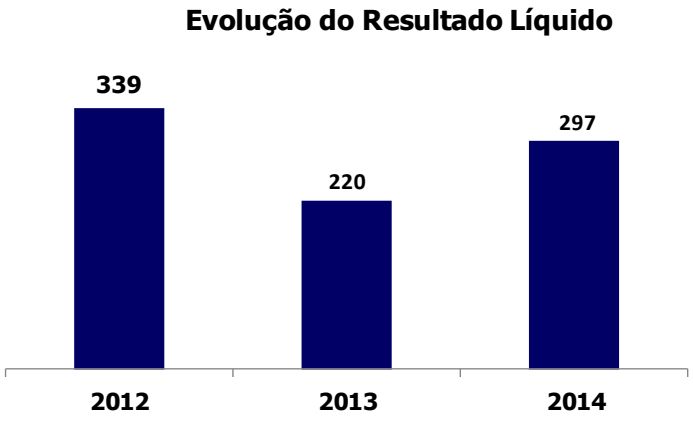
	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e Rendimentos Similares	3.612	3.578	(34)	-0,9%
Juros e Encargos Similares	1.699	1.746	48	2,8%
Margem Financeira	**1.913**	**1.831**	**(82)**	**-4,3%**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	188	209	22	11,6%
Rendimentos de Serviços e Comissões	378	387	8	2,2%
Encargos de Serviços e Comissões	45	42	(3)	-6,8%
Resultados de Reavaliação Cambial	129	129	(0)	-0,2%
Resultados de Alienação de Outros activos	(2)	(11)	(9)	420,7%
Outros Resultados de Exploração	70	86	16	22,4%
Margem Complementar	**719**	**759**	**40**	**5,6%**
Produto Bancário	**2.632**	**2.590**	**(42)**	**-1,6%**
Custos com Pessoal	1.354	1.277	(77)	-5,7%
Gastos Gerais Administrativos	759	720	(39)	-5,1%
Amortizações do Exercício	192	187	(5)	-2,4%
Custos Operativos	**2.305**	**2.185**	**(120)**	**-5,2%**
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	(914)	(29)	886	-96,9%
Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos	983	215	(768)	-78,1%
Resultados de filiais Excluídas de Consolidação	40	78	38	96,1%
Resultados Antes de Impostos	**298**	**297**	**(0)**	**-0,1%**
Impostos Correntes	-	-	**-**	
Impostos Diferidos	78	-	**(78)**	**0,0%**
Resultado Líquido	**220**	**297**	**78**	**35,4%**

Resultado Líquido

O Resultado Líquido do BCA registou uma variação positiva de 35,4%, cerca de 77,7 mil contos, e atingiu o montante de 297,3 mil contos, justificado pela diminuição registada nos custos operativos em 5,2%, que mais que compensou a diminuição de 1,6% do Produto Bancário. A variação negativa do Produto Bancário deve-se sobretudo ao decréscimo ocorrido na Margem Financeira em 4,3%, pois que a Margem Complementar aumentou 5,6%, em virtude do aumento dos Rendimentos de Instrumentos de Capital, pois que a taxa de rentabilidade dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF's) passou de 2,9% para 3,22% e, também, do aumento registado nos Outros Resultados de Exploração que cresceu 22,4%. Em 2014 a imparidade líquida de crédito a clientes, incluindo obrigações privadas, foi de 215 mil contos. Esse valor é inferior ao de 2013 em 786 mil contos, uma vez que em 2013 o BCA tinha feito um grande reforço de

imparidades, no montante de 983 mil contos, para cobrir os créditos que se apresentaram com risco mais relevante. De referir ainda que em 2014 verificou-se a resolução de créditos por dação em cumprimento, o que levou à anulação das respectivas imparidades.

Em contrapartida, os Resultados em Filiais, excluída de consolidação, aumentaram 38 mil contos, devido à mais-valia gerada na venda de uma parcela da participação do BCA na Garantia - Companhia de Seguros. De referir ainda que, em 2014, terminou o período de registo dos impostos diferidos que estavam a ser amortizados em cinco anos, em decorrência da introdução das Novas Regras Internacionais de Contabilidade em 2009.



Margem Financeira

A Margem Financeira diminuiu 82 mil contos (-4,3%) relativamente ao período homólogo, situando-se em 1.831 mil contos. Apesar dos aumentos nos proveitos dos títulos do tesouro em39,6%, nos juros de crédito vencido em 28,4% e na recuperação de juros e despesas de crédito vencido em 67,2%, as diminuições nos juros recebidos de créditos a clientes e créditos titulados contribuíram para o comportamento desfavorável da margem financeira. Contribuíram também para a evolução menos favorável desta margem, as diminuições ocorridas nas aplicações a muito curto prazo no Banco Central, devido à queda nas taxas de juro dos títulos do Banco Central, que terminaram o ano abaixo de 0,5%.

Relativamente às Operações Passivas, verificou-se o aumento dos juros sobre Recursos de Clientes em 2,8%, cerca de +47,6 mil contos, como consequência do aumento de 6,5% (103,4 mil contos) nos juros pagos aos Depósitos de Clientes. O aumento nos juros dos Depósitos de Clientes deve-se ao efeito volume, com o aumento dos Depósitos a Prazo incluindo Depósitos de Poupança em 10,3%, visto que o efeito preço foi favorável, com a taxa média ponderada dos Depósitos a Prazo e de Poupança a diminuíram 0,09 p.p., passando para 4,41% (4,5% em Dezembro de 2013). Os Depósitos a Prazo e de Poupança no segmento Emigrantes aumentaram 4,9%, cerca de 1,2 milhões de contos.

Margem Complementar

A Margem Complementar atingiu 758,6 mil contos, um aumento de 5,6% e40 mil contos relativamente a Dezembro de 2013. Esta evolução favorável resultado aumento da taxa de rentabilidade dos TCMF's que passou de 2,92%, em 2013, para 3,22% em 2014. O aumento em 22,4% nos Outros Proveitos de Exploração também contribuiu para a evolução favorável da margem complementar, pois que as Comissões Líquidas aumentaram3,4%.

A conjugação da evolução negativa ocorrida na Margem Financeira, superior ao aumento positivo na Margem Complementar, traduziu-se num Produto Bancário de 2.590 mil contos em 2014, inferior ao ano anterior em 1,6% e cerca de 41 mil contos.

Custos Operativos

Como resultado da prossecução da política de racionalização operativa e aumento da eficiência definida na estratégia do BCA, os Custos Operativos mantiveram a tendência descendente já verificada no ano anterior e diminuíram 5,2%, totalizando 2.184 mil contos. A diminuição ocorreu em todos os seus componentes, com destaque para os Custos com o Pessoal, com um decréscimo de 5,7% (situando-se em 1.277,1 mil contos) devido ao facto de não ter havido aumento salarial em 2014 e por terem passado à situação de reformados catorze colaboradores. Por outro lado, os custos com juros e serviços correntes com o fundo de pensões também diminuíram em 2014 para 290 mil contos (390 mil contos em Dezembro 2013) e os custos com assistência médica e medicamentosa variaram -15,5% e -6,7 mil contos.

Os Gastos Gerais Administrativos diminuíram 5,1% e cerca de 38,8 mil contos, com algumas rubricas a diminuírem significativamente, entre as quais se destacam as comunicações e despesas de expedição em 6,9% e 4,4 mil contos, Publicidade e Edição Publicação em 49% e 41,6 mil contos, Deslocação, Estada e Representação em 6,7% e 1,3 mil contos, Assistência Técnica em 25,7% e 2 mil contos, Formação de Pessoal em 50,6% e 6,3 mil contos, Judiciais, Contencioso e Notariado em 88,5% e 3,3 mil contos. Essas diminuições resultam de um conjunto de factores, nomeadamente a criação de um grupo de trabalho, para a identificação de áreas/domínios de redução de custos, e a criação do CCO – Comité de Controle Orçamental. Por outro lado foi adquirido e implementado um software de controlo de custos em cada unidade orgânica e que permite apurar resultados a nível de cada Agência.

As Amortizações do Exercício elevaram-se a 187,1mil contos, -2,4%, e 4,6 mil contos abaixo do valor registado em Dezembro de 2013, em consequência do abate de alguns bens.

O quadro que se segue mostra a composição dos Custos Operativos, bem como a sua respectiva evolução:

Custos Operativos

(mil contos)

RUBRICAS	2013	2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos com Pessoal	**1.354**	**1.277**	**-77**	**-5,7%**
Remunerações	799	816	17	2,1%
Encargos Sociais Obrigatórios	529	438	-91	-17,2%
Custos Adicionais Fundo de Pensões	390	290	-100	-25,6%
Encargos Sociais Facultativos e Outros	27	23	-3	-12,0%
Gastos Gerais Administrativos	**759**	**720**	**-39**	**-5,1%**
Amortizações	**192**	**187**	**-5**	**-2,4%**
TOTAL CUSTOS OPERATIVOS	**2.305**	**2.185**	**-120**	**-5,2%**

9.3 – ANÁLISE de RÁCIOS

As Rendibilidades do Activo (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE) evoluíram favoravelmente, tendo atingido 0,4% e 6,4%, respectivamente, contra 0,3% e 5,1% em 2013, consequência directa do aumento do Resultado Líquido do exercício.

O rácio de eficiência – Cost-to-Income – que relaciona os Custos Operativos com o Produto Bancário decresceu para 84,3% em 2014 (87,6% em 2013), reflectindo a diminuição superior dos custos operativos face à diminuição registada no produto bancário. Expurgando o efeito Fundo de Pensões, o Cost-to-income seria de 73,1% em 2014 (72,8% em 2013).

O rácio Os Gastos com Pessoal/Produto Bancário melhorou, passando de 51,5% para 49,3%.

Nos indicadores de Risco importa salientar o comportamento do rácio de Crédito em Incumprimento/Crédito Total que atingiu 17,1%, em 2014, contra 14,8% em 2013, em consequência do aumento da carteira em incumprimento, e do rácio de cobertura pela Imparidades sobre Crédito Vencido que atingiu 62,4% em 2014 contra 64,1% em 2013.

O rácio de transformação medido pelo Crédito a Clientes relativamente aos Recursos de Clientes diminuiu para 61,4% (68,2% de 2013), devido quer à diminuição da carteira de crédito, quer ao aumento dos depósitos.

9.4 – RÁCIOS PRUDENCIAIS

Em termos prudenciais o BCA apresenta uma boa performance e solidez, com Fundos Próprios de 4,5milhões de contos, superior a 2013 em 250,8 mil contos. De referir que os Fundos Próprios do BCA tinham sido penalizados progressivamente pelo impacto dos ajustamentos de transição para as novas normas de contabilidade – NIRF ocorridas em 2009 e que em Dezembro de 2012 atingiu o montante final de 1.174 mil contos.

Com o aumento registado nos Fundos Próprios, o rácio de Cobertura de Imobilizado continua bastante elevado, sendo de 214,9% em 2014 (203% em 2013).

O Rácio de Solvabilidade, de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde, atingiu 14,89%, acima do mínimo dos 10% legalmente exigidos aos bancos comerciais cabo-verdianos.

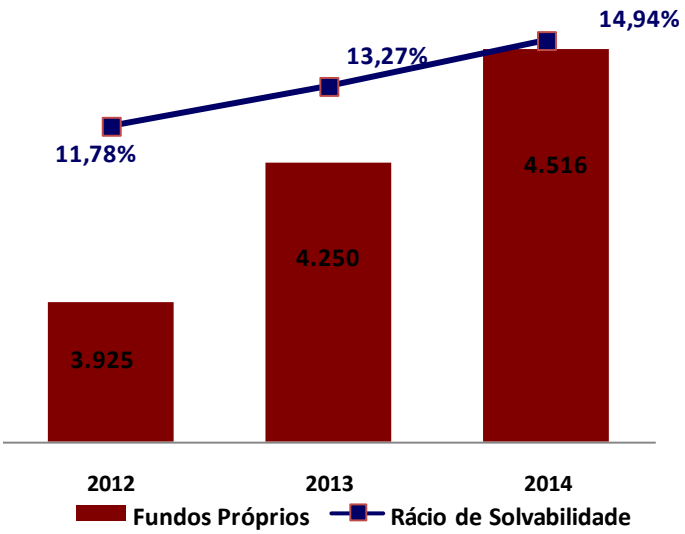
O rácio que relaciona os Títulos de Dívida Pública com os Depósitos atingiu 10,19%, valor superior ao exigido pelo BCV, que determina que as aplicações em Títulos de Dívida Pública das Instituições Financeiras não podem ser inferiores a 5% do total das suas responsabilidades por Depósitos.

Quanto ao montante global dos créditos, cujos riscos estão sujeitos a Limites de Concentração, o BCA detém, em termos absolutos, 5 milhões de contos, valor também inferior ao estipulado pelo BCV, cujo limite agregado não pode ultrapassar oito vezes os seus Fundos Próprios, ou seja 35,5 milhões de contos. O limite máximo de concentração a uma entidade em Dezembro é de 1.125 contos, valor inferior aos 25% dos Fundos Próprios exigidos pelo Banco Central.

O quadro seguinte mostra a evolução dos Rácios Prudenciais nos dois últimos anos:

Evolução dos Rácios Prudenciais

Rácios	2012	2013	2014
Fundos Próprios	3.924.795	4.250.241	4.515.998
Cobertura de Imobilizado	208,40%	203,0%	215,68%
Rácio de Solvabilidade	11,78%	13,27%	14,94%



10 –APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado Líquido apurado no exercício, no valor de 297.314.716$00 (Duzentos e Noventa e Sete Milhões, Trezentos e Catorze Mil, Setecentos e Dezasseis Escudos), o Conselho de Administração deliberou propor aos accionistas a seguinte aplicação de resultados:

Reserva Legal (10%)	29.731.472
Outras Reservas (65%)	193.254.565
Distribuição de Dividendos (25%)	74.328.679

11 - LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES

Portugal

Caixa Geral de Depósitos SA – Lisboa
Banco Espírito Santo SA – Lisboa
Banco Português de Investimento SA – Porto
Banco Santander Totta SA – Lisboa
Banco do Brasil SA – Lisboa

Holanda

Royal Bank of Scotland NV - Amesterdão
ING Bank NV – Amesterdão
ABN AMRO BANK NV – Amesterdão

Luxemburgo

Déxia Bank Internacional à Luxembourg – Luxemburgo
Bank et Caisse d'Epargne d'Etat – Luxemburgo

ReinoUnido

Lloyds Bank PLC – Londres
Citibank NA – Londres
HSBC Bank PLC – Londres

Alemanha

Deutsche Bank AG – Frankfurt
Commerzbank AG – Frankfurt

Austria

Bank of Austria Creditanstald – Viena

Suécia

Nordea Bank AB (publ) – Estocolmo

Noruega

DnB NOR Bank ASA – Oslo

Estados Unidos da América

Citibank NA – New York

França

Caixa Geral de Depósitos SA – Paris
Banque Nationale de Paris – BNP-Paribas

Itália

Intesa Sanpaolo SPI – Milão
UniCrédito Italiano SPA – Milão

Bélgica

IngBelgium SA/NV – Bruxelas

Sénégal

Citibank Senegal NA – Dakar

Suíça

UBS Swiss Bank Corporation AG – Zurique

Espanha

Banco Sabadell SA TSB – Sabadell

Dinamarca

JyskeBank A/S – Copenhaga

Japão

Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd – Tokyo

12 – DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL

Direcção Comercial Norte –DCN
Gilda Monteiro
Directora

Direcção Financeira e Internacional –DFI
Amélia Figueiredo
Directora

Direcção de Meios e Canais – DMC
Américo Andrade
Director

Direcção de Sistemas Informáticos - DSI
Luís Barbosa
Director

Direcção de Suporte Operacional - DSO
Anibal Moreira
Director

Direcção de Recursos Humanos – GRH
Euridice Mascarenhas
Directora

Gabinete de Auditoria – GAI
Francisco Ramos
Coordenador

Gabinete de Marketing e Relações Públicas – GMR
Paula Martins
Coordenadora

Gabinete de Suporte à Função Compliance – GFC
Vanda Centeio
Coordenadora

Direcção Comercial Sul - DCS
Herminalda Rodrigues
Directora

Direcção Gestão de Risco -DGR
Filomena Figueiredo
Directora

Direcção de Organização e Inovação - DOI
Águeda Monteiro
Directora

Direcção de Segurança e Logística – DSL
Adalberto Melo
Director

Gabinete Jurídico e de Recuperação de Crédito - GJR
Carlos Lopes
Coordenador

GABINETES EMPRESAS

Gabinete Empresas Norte – GEN
Lenise Almeida
Coordenadora

Gabinete Empresas Sul – GES
Sofia Alexandra Barbosa
Coordenadora

Gabinete Empresa Sal - GESA
Zara Barbosa Vicente
Coordenadora

Gabinete Empresas Sul 2 – GES2
Nelson Moreira
Coordenador

AGÊNCIAS DA ZONA NORTE

Elisa Santos
Coordenadora

Agências Tipo I

Agência de São Vicente – ASV
Joana Helena Carvalho
Gerente

Agências Tipo II

Agência Boa Vista – ABV
Cláudio Mendonça
Gerente

Agência da Praça Nova - PNA
Maísa Sancha Crisóstomo
Gerente

Agência do Porto Novo – APN
António Évora
Gerente

Agência Ribeira Grande – ARG
Osvaldina Espírito Santo G. Brito
Gerente

Agência do Sal – ASA
Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral
Agildo Cabral
Gerente

Agência de São Nicolau – ASN
Augusta Benilde Cruz
Gerente

Agências Tipo III

Agência Fonte Filipe – AFF
Lídia Pereira
Gerente

Agência Monte Sossego – MAS
Nelson Gomes
Gerente

Agência de Ponta do Sol – APS
Balcão Paúl – APL (Prolong. ARG)
Osvaldina Espirito Santo G.Brito
Gerente

Agência Santa Maria – ASM
Elizabeth Alexandre
Gerente

Agência Tarrafal de São Nicolau – ATS
Manuel Freitas
Gerente

AGÊNCIAS DA ZONA SUL

Guilherme Araújo
Coordenador

Agências Tipo I

Agência da Praia – APA
Prolongamento São Domingos - PSD
Janira Barbosa Andrade
Gerente

Agência de Santa Catarina – ASC
Prolongamento Assomada – ADA
Luis Ramos
Gerente

Agências Tipo II

Agência Achada Santo António I – ASTI
Dulce Santos
Gerente

Agência Avenida – AVE
Prolongamento Achada São Filipe – ASF
Celmira Mendes
Gerente

Agência de São Filipe - FOGO – AFG
Luis dos Reis
Gerente

Agência do Tarrafal – ATA
Isabel Costa
Gerente

Agências Tipo III

Agência Achada Santo António II – ASTII
Maria Teresa Borges
Gerente

Agência da Brava – ABR
Ângela Rosa
Gerente

Agência do Maio – AMA
Alexandrino Eanes
Gerente

Agência dos Mosteiros – AMO
Luis dos Reis
Gerente

Agência Palmarejo Grande – APG
Joaquina Lopes Tavares
Gerente

Agência de Santa Cruz – STC
José Moniz
Gerente

Anexos

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

www.bca.cv



13 – ANEXOS

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Balanço a 31/12/2014

	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Liquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.957.130.244		5.957.130.244
Disponibilidades em Out. Instituições Crédito	859.313.040		859.313.040
Activos financeiros disponíveis para venda	7.257.876.424	10.841.439	7.247.034.985
Aplicações em instituições de crédito	11.960.058.280		11.960.058.280
Créditos a clientes	41.981.825.264	4.176.716.174	37.805.109.090
Títulos de Dívida Pública	6.425.708.933		6.425.708.933
Propriedades de investimento	1.529.000	103.600	1.425.400
Outros activos tangíveis	4.023.347.771	1.941.843.971	2.081.503.801
Activos intangíveis	284.359.108	264.988.848	19.370.260
Investimentos em filiais excl.Consol. Assoc. e Empreend.Conjuntos	281.544.944		281.544.944
Activos por Impostos Correntes	846.225.830		846.225.830
Activos por impostos diferidos	2.448.376		2.448.376
Outros Activos	1.440.253.039	126.129.331	1.314.123.708
Total de Activos	**81.321.620.254**	**6.520.623.363**	**74.800.996.891**

	Dez-14
Passivo	
Recursos de outras instituições de crédito	975.622.822
Recursos de Clientes e outros empréstimos	62.866.451.296
Provisões	5.243.401.378
Passivos por impostos correntes	0
Passivos por impostos diferidos	131.854.173
Outros Passivos Subordinados	296.975.590
Outros passivos	426.782.746
Total do Passivo	**69.941.088.006**
Capital	
Capital	1.318.647.814
Reservas de reavaliação	360.714.032
Outras reservas e resultados transitados	2.883.232.326
Resultado do exercício	297.314.713
Total de Capital	**4.859.908.885**
Total do Passivo + Capital	**74.800.996.891**

O Presidente C. A. — António de Castro Guerra

A Responsável da Contabilidade — Maria de Fátima N. Evora

A Directora Financeira e Internacional — Amélia Figueiredo

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Balanço a 31/12/2014

	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Liquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.957.130.244		5.957.130.244
Disponibilidades em Out. Instituições Crédito	859.313.040		859.313.040
Activos financeiros disponíveis para venda	7.257.876.424	10.841.439	7.247.034.985
Aplicações em instituições de crédito	11.960.058.280		11.960.058.280
Créditos a clientes	41.981.825.264	4.176.716.174	37.805.109.090
Títulos de Dívida Pública	6.425.708.933		6.425.708.933
Propriedades de investimento	1.529.000	103.600	1.425.400
Outros activos tangíveis	4.023.347.771	1.941.843.971	2.081.503.801
Activos intangíveis	284.359.108	264.988.848	19.370.260
Investimentos em filiais excl.Consol. Assoc. e Empreend.Conjuntos	281.544.944		281.544.944
Activos por Impostos Correntes	846.225.830		846.225.830
Activos por impostos diferidos	2.448.376		2.448.376
Outros Activos	1.440.253.039	126.129.331	1.314.123.708
Total de Activos	**81.321.620.254**	**6.520.623.363**	**74.800.996.891**

	Dez-14
Passivo	
Recursos de outras instituições de crédito	975.622.822
Recursos de Clientes e outros empréstimos	62.866.451.296
Provisões	5.243.401.378
Passivos por impostos correntes	0
Passivos por impostos diferidos	131.854.173
Outros Passivos Subordinados	296.975.590
Outros passivos	426.782.746
Total do Passivo	**69.941.088.006**
Capital	
Capital	1.318.647.814
Reservas de reavaliação	360.714.032
Outras reservas e resultados transitados	2.883.232.326
Resultado do exercício	297.314.713
Total de Capital	**4.859.908.885**
Total do Passivo + Capital	**74.800.996.891**

O Presidente C. A. — António de Castro Guerra

A Responsável da Contabilidade — Maria de Fátima N. Evora

A Directora Financeira e Internacional — Amélia Figueiredo

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Cost to Income - Custo Operativo /Produto Bancário

Produto Bancário

Rúbricas	2013	2014	Variação	
			Relativa	Absoluta
Margem Financeira	1.912.995.399	1.831.353.760	-4,3%	-81.641.639
+ Margem Complementar	718.607.046	758.657.589	5,6%	40.050.543
= Produto Bancário	**2.631.602.445**	**2.590.011.349**	**-1,6%**	**-41.591.096**

Custo Operativo

Rúbricas	2013	2014	Variação	
			Relativa	Absoluta
Custo Administrativo	2.113.297.832	1.997.500.385	-5,5%	-115.797.447
Amortizações	191.809.086	187.131.200	-2,4%	-4.677.886
= Custo Operativo	**2.305.106.918**	**2.184.631.585**	**-5,2%**	**-120.475.333**

Cost to Income

Rúbricas	2013	2014
Cost to Income - c/Fundo Pensões	87,6%	84,3%
Cost to Income - s/Fundo Pensões	72,8%	73,1%

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Estrutura

Rúbricas	2013		2014	
	Valores	%	Valores	%
1-Crédito Curto Prazo/Crédito Clientes	3.704.553.951 39.260.492.595	**9,4%**	3.935.635.256 38.083.848.789	**10,3%**
2-Crédito M.L. Prazo/Crédito Clientes	35.555.938.644 39.260.492.595	**90,6%**	34.148.213.533 38.083.848.789	**89,7%**
3-Crédito Vencido/Crédito Clientes	5.811.623.397 39.260.492.595	**14,8%**	6.507.259.248 38.083.848.789	**17,1%**
4-Imparidade Crédito Vencido/Crédito Vencido	3.726.543.333 5.811.623.397	**64,1%**	4.061.529.801 6.507.259.248	**62,4%**
5-Crédito Clientes/Depósitos	39.260.492.595 57.556.499.473	**68,2%**	38.083.848.789 62.035.520.906	**61,4%**
6-Crédito Clientes/Depósito a Prazo	39.260.492.595 36.788.346.497	**106,7%**	38.083.848.789 40.597.228.498	**93,8%**
7-Crédito Normal/Depósito a Prazo	33.448.869.198 36.788.346.497	**90,9%**	31.576.589.541 40.597.228.498	**77,8%**
8-Crédito Curto Prazo/Depósito Prazo	3.704.553.951 36.788.346.497	**10,1%**	3.935.635.256 40.597.228.498	**9,7%**
9-Crédito M.L. Prazo/Depósito Prazo	35.555.938.644 36.788.346.497	**96,7%**	34.148.213.533 40.597.228.498	**84,1%**
10-Depósito Ordem/Depósitos Totais	20.768.152.976 57.556.499.473	**36,1%**	21.438.292.408 62.035.520.906	**34,6%**
11-Depósito a Prazo/Depósitos Totais	36.788.346.497 57.556.499.473	**63,9%**	40.597.228.498 62.035.520.906	**65,4%**

Rácios de Avaliação de Desempenho

Rúbricas	2013		2014	
	Valores	%	Valores	%
1-RCP=Resultado Líquido/Capitais Próprios	219.544.419 4.311.326.934	**5,1%**	297.314.716 4.666.620.872	**6,4%**
2-RDA=Resultado Líquido/Activo Médio	219.544.419 70.065.052.906	**0,3%**	297.314.716 72.565.499.847	**0,4%**
3-ML = Resultado Líquido/Proveitos	219.544.419 8.034.845.417	**2,7%**	297.314.716 6.305.577.400	**4,7%**
4-RA = Proveitos/Activo	8.034.845.417 70.326.631.361	**11,4%**	6.305.577.400 74.800.996.891	**8,4%**
6-MF=(Proveito Juros-Custos Juros)/Activo	1.912.995.399 70.326.631.361	**2,7%**	1.831.353.760 74.800.996.891	**2,4%**
ROA	0,3%		0,4%	
ROE	5,1%		6,4%	

RCP = Rentabilidade dos Capitais Próprios
RDA = Rentabilidade dos Activos
ML = Margem de Lucro
RA = Rotação dos Activos
MF = Margem Financeira

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Medição de Liquidez

Rúbricas	2013		2014	
	Valores	%	Valores	%
1-Depósitos Totais/Activo	57.556.499.473 70.065.052.906	82,1%	62.035.520.906 72.565.499.847	85,5%
2-Crédito Clientes / Activo	39.260.492.595 70.065.052.906	56,0%	38.083.848.789 72.565.499.847	52,5%
3-Crédito Curto Prazo / Activo	3.704.553.951 70.065.052.906	5,3%	3.935.635.256 72.565.499.847	5,4%
4-Crédito M.Longo Prazo / Activo	35.555.938.644 70.065.052.906	50,7%	34.148.213.533 72.565.499.847	47,1%
5-Crédito Clientes / Depósitos Totais	39.260.492.595 57.556.499.473	68,2%	38.083.848.789 62.035.520.906	61,4%
6-Aplicações de Curto Prazo / Activo	15.896.843.032 70.065.052.906	22,7%	3.935.635.256 72.565.499.847	5,4%

Indicadores de Produtividade

Rúbricas	2013		2014	
	Valores	Contos	Valores	Contos
1-Cr. e Depósitos / Nº de Empregados Activo	96.816.992 436	222.057	100.119.370 444	225.494
2-Produto Bancário / Nº de Empregados Activo	2.631.602 436	6.036	2.590.011 444	5.833
3-Crédito e Depósitos / Nº de Balcões	96.816.992 33	2.933.848	100.119.370 33	3.033.920

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Principais Indicadores

Principais Indicadores	2013	2014
1. ROE	5,1%	6,4%
2. ROA	0,3%	0,4%
3. Cost/income sem Fundo Pensões	72,8%	73,1%
4. Volume do Crédito Vencido	5.811.623	6.507.259
5. Rácio de Solvabilidade	13,27%	14,94%
6. TIER 1 (Fundos Próprios de Base / Activo Ponderado)	14,43%	16,80%
7. Conversão de Depósitos em Créditos	68,21%	61,39%
8. Produtividade por Empregado	504	670
8.1. Volume de Negócios (Crédito+ Depósitos) / Nº empregados	222.057	225.494
8.2. Produto Bancário / Nº empregados	6.036	5.833
9. Cobertura do Imobilizado	202,95%	215,68%
10. Fundos Próprios	4.250.241	4.515.998

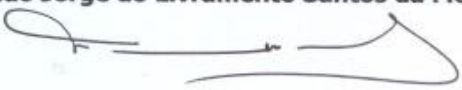
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2014

Presidente **Dr. António José de Castro Guerra** (em representação da Caixa Geral de Depósitos)



Administrador **Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda**



Administrador **Dra. Maria Eduarda Simões Lopes Branco Vicente** (em funções até 30 Setembro 2014)

Administrador **Dr. Francisco Pinto Machado Costa** (em funções a partir de 17 Novembro 2014)



Administrador **Dra. Ana Isabel Pais Vinagre Tomázio**

Administrador **Dr. Avelino Bonifácio Fernandes Lopes**

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas do
Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações dos capitais próprios do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2014 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho efectuado, emitimos nesta data o Relatório de Auditoria, o qual inclui uma reserva e quatro ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 6 do Relatório de Auditoria e após considerar os assuntos descritos nos seus parágrafos 8 a 11, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 31 de Março de 2015

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte http://www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 – 6º, 1050-094 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
do Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. ("Banco" ou "BCA"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de mCve. 74.800.996 e um capital próprio de mCve. 4.859.908, incluindo um resultado líquido de mCve. 297.315, as Demonstrações dos resultados, dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 36).

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte http://www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 – 6º, 1050-094 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

OT

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Bases para a Opinião com Reservas

6. Conforme descrito na Nota 14, em 31 de Dezembro de 2014 o Banco tem registadas bonificações a receber no montante de mCve. 838.503 (mCve. 814.432 em 31 de Dezembro de 2013). Tendo por base uma auditoria externa efectuada à aplicação do regime de crédito bonificado, a Direcção Geral do Tesouro (DGT) questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. Em Novembro de 2012, a DGT comunicou ao Banco que iria assumir o pagamento de mCve. 168.133 relativo a bonificações de crédito à habitação reclamadas entre 2000 e 2007, tendo considerado não elegíveis bonificações reclamadas no montante de mCve. 102.098. Adicionalmente, a DGT confirmou mCve. 208.564 relativos às bonificações do crédito à habitação do período entre 2008 e 2011, face a um total reclamado de mCve. 277.728. O Banco decidiu reconhecer o custo relativo às operações identificadas como não elegíveis ao longo de um período de 5 anos a partir do exercício de 2012, tendo reconhecido gastos de mCve. 34.252 em cada um dos exercícios entre 2012 e 2014 e mantido ainda registados mCve. 68.506, pelo que em 31 de Dezembro de 2014 o activo e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados em mCve. 68.506 e mCve. 102.758, respectivamente, e os resultados do exercício subavaliados em mCve. 34.252. No que se refere às bonificações de operações de crédito à habitação de 2012 a 2014, cujo valor reclamado e imparidade registada ascendem a mCve. 183.783 e mCve. 33.409, respectivamente, a outras bonificações no montante de mCve. 209.519 e a outros valores a receber do Estado no montante de mCve. 27.966, ainda se encontram em curso negociações entre as partes com vista à quantificação das operações elegíveis. Face ao exposto, não nos é possível quantificar a imparidade adicional necessária para fazer face à parte do saldo de bonificações a receber registado em 31 de Dezembro de 2014 que não será recebida pelo Banco.

Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfases

8. A carteira de crédito do Banco em 31 de Dezembro de 2014 inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo financiamento de alguns projectos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra actualmente suspensa. O Banco tem em curso um conjunto de medidas com vista à recuperação destes créditos e, na generalidade das situações, tem hipotecas sobre os respectivos imóveis/terrenos cujo valor das avaliações de que dispõe é superior ao valor dos créditos concedidos. A concretização das expectativas de cobrabilidade implícitas na imparidade atribuída pelo Banco a estes clientes, a qual reflecte normalmente descontos face aos valores de avaliação, está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e dos resultados das referidas medidas que se encontram em curso.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

9. Em 31 de Dezembro de 2014 o Banco tem registados na rubrica "Outros activos" valores a receber do Estado de Cabo Verde (Estado) no montante de mCve. 572.981, alguns dos quais com antiguidade significativa. Apesar destes saldos terem sido confirmados pelo Estado, incluindo os relativos a bonificações até 2011 mencionados no parágrafo 6 acima, ainda não se encontram definidos os termos para a sua liquidação. De acordo com o Conselho de Administração, encontram-se em curso negociações com o Estado com vista ao estabelecimento de um plano de reembolso, sendo sua convicção que da conclusão dessas negociações não resultarão impactos materialmente relevantes para a situação patrimonial do Banco.

10. Conforme descrito na Nota 13, as Autoridades Fiscais de Cabo Verde efectuaram um conjunto de correcções à matéria colectável do Banco dos exercícios de 2005 a 2013, que incluíram a não aceitação de custos do exercício com pensões e assistência médica e das correspondentes variações patrimoniais de 2009 a 2013 decorrentes dos ajustamentos de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O Banco não reconheceu quaisquer custos relativos a estas correcções, dado ser entendimento do Conselho de Administração e dos seus consultores fiscais que os procedimentos adoptados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, pelo que apresentou reclamação formal quanto às referidas correcções. A reclamação relativa à primeira liquidação adicional recebida, referente ao exercício de 2008, foi indeferida pelas Autoridades Fiscais, tendo o Banco impugnado judicialmente esta decisão. Em Dezembro de 2013, o Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento deliberou considerar a impugnação totalmente procedente, dando como anulado o acto de fixação da matéria colectável de 2008 e correspondente liquidação. Em Fevereiro de 2014, as Autoridades Fiscais apresentaram recurso desta decisão para o Supremo Tribunal de Justiça, encontrando-se o processo em curso nesta data. Em 31 de Dezembro de 2014, o impacto total estimado da contingência não provisionada associada a estas correcções ascende a mCve. 1.058.388, tal como explicado em maior detalhe na Nota 13, incluindo um montante de mCve. 846.226 já pago pelo Banco e registado em "Activos por impostos correntes". É convicção do Conselho de Administração que o desfecho deste processo será favorável ao Banco, razão pela qual não foram registados quaisquer custos relacionados com esta contingência nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2014.

11. Conforme descrito na Nota 32, em Novembro de 2013 o Conselho de Administração decidiu alterar o plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, com vista à sua sustentabilidade, tendo introduzido novas regras para apuramento dos benefícios com reforma. Estas alterações originaram uma redução das responsabilidades de mCve. 914.405. No exercício de 2014 foram interpostas duas acções judiciais com vista a declarar a nulidade das referidas alterações introduzidas pelo Banco. Em Julho de 2014 o Banco apresentou a sua contestação a essas acções, encontrando-se actualmente a aguardar decisão do Tribunal da Praia. O Conselho de Administração do Banco, tendo por base a informação dos seus advogados e os argumentos e fundamentos que constam da contestação apresentada, considera que irá ganhar as referidas acções.

Lisboa, 31 de Março de 2015

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2014 Activo bruto	2014 Imparidade e amortizações	2014 Activo líquido	2013 Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	5.957.130	-	5.957.130	2.704.800
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	859.313	-	859.313	503.495
Activos financeiros disponíveis para venda	5	7.257.876	(10.841)	7.247.035	7.254.566
Aplicações em instituições de crédito	6	11.960.058	-	11.960.058	11.809.656
Títulos de dívida pública	7	6.425.709	-	6.425.709	4.526.583
Crédito a clientes	8	41.981.826	(4.176.717)	37.805.109	39.167.549
Propriedades de investimento	9	1.529	(104)	1.425	1.425
Outros ativos tangíveis	10	4.023.348	(1.941.844)	2.081.504	2.081.929
Activos intangíveis	11	284.359	(264.989)	19.370	22.773
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	281.545	-	281.545	268.320
Activos por impostos correntes	13	846.226	-	846.226	808.221
Activos por impostos diferidos	13	2.448	-	2.448	2.448
Outros activos	14	1.440.253	(126.129)	1.314.124	1.174.866
Total de activos		81.321.620	(6.520.624)	74.800.996	70.326.631

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2014	2013
Recursos de outras instituições de crédito	15	975.623	730.371
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	62.866.451	58.967.699
Provisões	17	5.243.401	5.111.726
Passivos por impostos diferidos	13	131.854	142.207
Outros passivos subordinados	18	296.976	399.040
Outros passivos	19	426.783	485.633
Total do passivo		69.941.088	65.836.676
Capital	20	1.318.648	1.318.648
Reservas de reavaliação	21	360.713	390.267
Outras reservas e resultados transitados	21	2.883.232	2.561.496
Resultado do exercício	21	297.315	219.544
Total do capital próprio		4.859.908	4.489.955
Total do passivo e do capital próprio		74.800.996	70.326.631

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	22	3.577.658	3.611.699
Juros e encargos similares	23	(1.746.304)	(1.698.704)
MARGEM FINANCEIRA		**1.831.354**	**1.912.995**
Rendimentos de instrumentos de capital	24	209.481	187.667
Rendimentos com serviços e comissões	25	386.588	378.333
Encargos com serviços e comissões	25	(41.655)	(44.716)
Resultados de reavaliação cambial	26	128.706	128.977
Resultados de alienação de outros ativos	27	(10.575)	(2.031)
Outros resultados de exploração	28	86.112	70.377
PRODUTO BANCÁRIO		**2.590.011**	**2.631.602**
Custos com pessoal	29	(1.277.134)	(1.354.098)
Gastos gerais administrativos	31	(720.366)	(759.200)
Amortizações do exercício	10 e 11	(187.131)	(191.808)
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	28.513	914.405
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	17	(221.721)	(979.708)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	17	6.671	(3.579)
Resultados em empresas associadas	12	78.473	40.011
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**297.315**	**297.625**
Impostos sobre lucros			
Correntes	13	-	-
Diferidos	13	-	(78.081)
		-	**(78.081)**
Resultado do Exercício		**297.315**	**219.544**
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.324.765	1.324.765
Resultado por Acção		0,22443	0,16572

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2014	2013
Resultado não incluído na demonstração de resultados		
Rubricas que não serão reclassificadas para a demonstração de resultados:		
Desvios atuariais e financeiros relativos a encargos com pensões (Nota 2.3)		
Variação ocorrida no exercício	9.047	(56.015)
Efeito fiscal	11.977	-
Alterações nos investimentos em associadas		
Variação ocorrida no exercício	82.113	-
Efeito fiscal	(945)	-
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados:		
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	(28.875)	194.300
Efeito fiscal	(679)	(571)
Resultado não incluído na demonstração de resultados	72.638	137.714
Resultado do exercício	297.315	219.544
Total do rendimento integral do exercício	369.953	357.258

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

			Outras reservas e resultados transitados					
	Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (pro-forma)	1.318.648	196.537	692.599	2.747.828	(1.174.876)	3.780.736	351.960	4.132.696
Distribuição do resultado do exercício de 2012:								
Incorporação em reservas	-	-	33.909	318.051	-	351.960	(351.960)	-
Rendimento integral do exercício	-	193.730	-	(56.015)	-	(56.015)	219.544	357.259
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1.318.648	390.267	726.508	3.009.864	(1.174.876)	4.076.681	219.544	4.489.955
Distribuição do resultado do exercício de 2013:								
Incorporação em reservas	-	-	21.955	197.589	-	219.544	(219.544)	-
Rendimento integral do exercício	-	(29.554)	-	102.192	-	102.192	297.315	369.953
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	1.318.648	360.713	748.463	3.309.645	(1.174.876)	4.398.417	297.315	4.859.908

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	3.798.660	3.899.824
Pagamento de juros e comissões	(1.677.208)	(1.719.183)
Recuperação de crédito e juros vencidos	176.998	106.342
Resultados cambiais	128.705	128.977
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1.653.024)	(1.609.911)
Pagamentos de pensões e assistência médica	(197.359)	(182.413)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	(9.306)	(49.198)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(38.005)	(85.215)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	529.461	489.223
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(150.434)	(295.066)
Créditos sobre clientes	1.102.746	262.228
Títulos de dívida pública	(1.836.813)	(1.153.225)
Outros ativos	(27.332)	23.057
	(911.833)	(1.163.006)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	235.021	189.023
Recursos de clientes	3.798.434	766.927
Outros passivos subordinados	(102.041)	(99.699)
Outros passivos	(84.932)	(26.731)
	3.846.482	829.520
Caixa líquida das atividades operacionais	3.464.110	155.737
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	123.497	(15.000)
Ativos intangíveis	(17.776)	(738)
Outros ativos tangíveis	(170.340)	(297.865)
Dividendos recebidos	208.657	206.995
Caixa líquida das atividades de investimento	144.038	(106.608)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	-	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	-	-
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	3.608.148	49.129
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3.208.295	3.159.166
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	6.816.443	3.208.295

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) é um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de Julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de Dezembro de 2005, as acções do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas actividades e permitidas por lei.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 33 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Março de 2015, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2014	2013
1 USD	90,825	80,148

c) Activos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos de "trading" ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de "Empréstimos e contas a receber":

- Acções de empresas;
- Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para

rendimentos ou gastos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Os rendimentos a receber dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira são reflectidos no Balanço na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda".

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 ou empresas que apresentem incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios
- Crédito ao Sector Público
- Crédito a empresas do Grupo
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao

justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

f) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica "Outros activos".

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, o Banco considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados na rubrica "Outros resultados de exploração".

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, na rubrica "Outros resultados de exploração".

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica é integralmente composta por terrenos.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	3 a 5
Equipamento de segurança	8
Outro equipamento	5

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua

recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e à valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da actividade do Banco.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados". Os principais benefícios concedidos pelo Banco incluem pensões de reforma e sobrevivência e encargos com saúde.

i) Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

As responsabilidades com pensões de reforma do Banco são regulamentadas, ainda em regime transitório, pelo Estatuto de Pessoal do Banco de Cabo Verde, de 1 de Dezembro de 1990. Nos termos deste Estatuto, o Banco assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma aos empregados que reúnam as condições previstas neste documento.

De acordo com o regime aplicável, o Banco e os empregados contribuem com uma percentagem de 11% e 6%, respectivamente, da massa salarial (excluindo subsídios de férias e de Natal). É ainda da responsabilidade do Banco a dotação dos montantes adicionais necessários para a cobertura integral das responsabilidades.

O Banco não tem responsabilidades com os empregados que passaram ao quadro efectivo a partir de 1 de Julho de 1998, dado que estes se encontram abrangidos pelo regime geral de Segurança Social, nos termos dos contratos de trabalho celebrados.

O Banco assumiu ainda o compromisso de suportar uma parte dos encargos com saúde dos seus funcionários. Para este efeito, o Banco e os seus funcionários contribuem mensalmente com montantes correspondentes a 4% e 2%, respectivamente, da massa salarial.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde ao valor actual das responsabilidades. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método *"UnitCreditProjected"*, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 30). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade (ou, na sua ausência, títulos de dívida pública), denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Em 2013, na sequência da entrada em vigor da revisão da norma IAS 19 – Benefícios dos empregados, o Banco passou a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente no capital próprio.

Para a cobertura das responsabilidades com pensões, o Banco dispõe de uma provisão para pensões e encargos similares, registada na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – pensões de reforma", do passivo.

As responsabilidades definidas com base na avaliação actuarial dos encargos estimados com as despesas de saúde, são registadas na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – assistência médica" (Nota 17).

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros é reflectido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

O Banco reconhece através de rendimentos e custos o efeito de cortes ("curtailments") ocorridos nos planos de benefícios definidos, o qual incorpora qualquer alteração resultante no valor presente da obrigação de benefícios definidos.

O Banco considera a existência de um curtailment sempre que:
a) estejademonstravelmente comprometido a fazer uma redução material no número de empregados cobertos por um plano; ou
b) altere os termos de um plano de benefícios definidos de forma tal que um elemento material do serviço futuro dos empregados correntes deixará de se qualificar para benefícios, ou se qualificará apenas para benefícios reduzidos.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em custos.

ii) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período, sendo as restantes reconhecidas em rendimentos no momento do seu recebimento.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. d)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.2. m), as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Conforme referido na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2014 existem contingências não provisionadas relativas a correcções efectuadas pelas Autoridades Fiscais ao lucro tributável de anos anteriores, dado o Banco considerar que os procedimentos que adoptou estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde.

r) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2014.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Alterações introduzidas
Emenda às normas: • IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; • IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	01-jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros	01-jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	01-jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sida determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	01-jan-14	Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

A adopção destas normas não teve um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2014.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, já se encontram aprovadas e são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	01-jan-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as normas IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	01-jan-18	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 14 – Activos regulados	01-jan-16	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a activos regulados.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	01-jan-17	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IFRS 11 – Acordos Conjuntos	01-jan-16	Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 38 – Activos Intangíveis	01-jan-16	Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de activos fixos tangíveis e de activos intangíveis que são permitidos.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 40 – Agricultura	01-jan-16	Estas emendas vêm estabelecer que os activos biológicos que se enquadram na definição de plantas portadoras devem ser contabilizados como activos fixos tangíveis.
Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados	01-jan-16	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-jan-16	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
Emenda à norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	01-jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-jan-16	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	01-jan-16	Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos actuais requisitos de relato das IFRS.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014)	01-jan-16	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Os impactos da aplicação destas normas, nomeadamente no que respeita à IFRS 9, serão objecto de avaliação futura pelo Banco.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Caixa		
. Moeda nacional	528.458	542.680
. Moeda estrangeira	603.129	652.435
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	4.824.560	1.508.729
. Moeda estrangeira	983	956
	5.957.130	2.704.800

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 18% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. Em 2014, foi fixada uma percentagem mínima diária de 20% do montante de reservas mínimas que as instituições financeiras devem manter nas contas de depósito à ordem.

Nos exercícios de 2014 e 2013, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no país		
. Caixa Económica de Cabo Verde	996	996
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Novo Banco, S.A.	91.998	37.382
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	74.252	41.624
. Unicredito Italiano SpA	65.657	10.508
. Citibank	32.438	42.832
. Outras	218.058	166.018
	483.399	299.360
Cheques a cobrar:		
Sobre o país	271.530	84.609
Sobre o estrangeiro	100.598	115.772
	372.128	200.381
Outras disponibilidades	3.786	3.754
	859.313	503.495

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira		
. Justo valor	6.786.988	6.818.523
. Rendimentos a receber	394.233	372.892
	7.181.221	7.191.415
Instrumentos de capital	76.655	73.992
Imparidade (Nota 17)	(10.841)	(10.841)
	7.247.035	7.254.566

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

			2014			2013		
Título	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 17)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 17)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor								
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	56,49%	6.433.170	7.181.221	353.818	-	7.191.415	385.353	-
Visa International Service Association	n.d.	1.314	10.569	9.255	-	7.906	6.593	-
		6.434.484	7.191.790	363.073	-	7.199.321	391.946	-
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico								
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	11,11%	50.000	39.159	-	(10.841)	39.159	-	(10.841)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	0,65%	10.133	10.133	-	-	10.133	-	-
Fundo G.A.R.I.	0,19%	4.203	4.203	-	-	4.203	-	-
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	0,63%	1.750	1.750	-	-	1.750	-	-
		66.086	55.245	-	(10.841)	55.245	-	(10.841)
		6.500.570	7.247.035	363.073	(10.841)	7.254.566	391.946	(10.841)

n.d. - não disponível

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objectivo de valorização dos seus activos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de Agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. Neste sentido, o Banco regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" (Nota 24);

- O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;

- Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transaccionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua actividade em Cabo Verde. Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podem ser transaccionados sem restrições.

Os rendimentos dos TCMF relativos ao exercício de 2012 foram recebidos em Fevereiro de 2014. Em 31 de Dezembro de 2014, os rendimentos a receber referem-se aos exercícios de 2013 e 2014.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de

balanço ao seu valor estimado de realização.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de mercado das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos. S.A., apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.456 emCve. 5.386, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

As participações no Fundo G.A.R.I. e na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Aplicações de crédito no país:		
. No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de regularização monetária	125.000	535.000
- Títulos de intervenção monetária	1.520.000	90.000
- Aplicações a muito curto prazo	9.400.000	9.800.000
	11.045.000	10.425.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
. Aplicações a muito curto prazo		
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.	366.488	263.567
- Novo Banco, S.A.	201.090	230.487
. Depósitos a prazo		
- Caixa Geral de Depósitos	337.328	881.628
. Contas caução		
- Outras instituições de crédito no exterior	10.292	9.082
	915.198	1.384.764
Juros a receber	217	1
Proveitos diferidos	(357)	(109)
	11.960.058	11.809.656

7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Obrigações do Tesouro		
Valor Nominal	6.169.285	4.450.855
Juros a receber	101.573	75.728
	6.270.858	4.526.583
Bilhetes do Tesouro		
Valor Nominal	155.000	-
Proveitos diferidos	(149)	-
	154.851	-
	6.425.709	4.526.583

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascende, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a mCve. 100 emCve. 651.780, respectivamente (Nota 16).

8. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais	46.977	53.290
. Créditos em conta corrente	2.088.740	2.500.095
. Descobertos em depósitos à ordem	101.178	173.209
. Cartões de crédito	105.576	114.988
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	26.941.652	28.277.328
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais	3.600	6.600
. Créditos em conta corrente	16.273	16.871
. Descobertos em depósitos à ordem	2.705	1.001
. Cartões de crédito	4.702	10.829
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	306.840	260.627
. Créditos em conta corrente	-	90.137
Outros créditos e valores a receber (titulados)	3.925.922	3.852.024
Crédito ao pessoal	1.958.348	1.943.893
	35.502.513	37.300.892
Juros a receber	191.578	188.392
Comissões e outros proveitos diferidos	(222.006)	(234.475)
Custos diferidos	2.482	2.711
Crédito e juros vencidos	6.507.259	5.811.623
	41.981.826	43.069.143
Imparidade de crédito a clientes (Nota 17)	(4.176.717)	(3.901.594)
	37.805.109	39.167.549

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados)" reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 2.2. c) i) a)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2014	2013	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	663.751	663.751	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	1.458.220	1.458.220	14-06-2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	637.951	637.951	27-07-2020
Câmara Municipal da Praia	342.771	364.194	23-07-2030
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. - Série E	350.000	350.000	06-08-2015
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche C	178.731	-	07-01-2019
Câmara Municipal do Sal	128.095	139.740	15-07-2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	66.569	66.569	18-02-2014
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	59.687	59.687	31-07-2019
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	40.147	40.147	11-10-2017
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche A	-	65.547	06-01-2014
Tecnicil Indústria, S.A.	-	6.218	23-04-2014
	3.925.922	3.852.024	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde. As obrigações emitidas pela ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. têm como garantia uma carta conforto emitida pelo Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2014, as obrigações emitidas pela Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A., pela Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. e pela Cabo Verde Fast Ferry, S.A. encontram-se em incumprimento com o pagamento do cupão de juros desde Fevereiro de 2013, Agosto de 2013 e Agosto de 2014, respectivamente. No início do exercício de 2015 foi acordada a dação em cumprimento do crédito titulado emitido pela Tecnicil – Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. através da entrega de três lotes de terreno de 6.210 metros quadrados, 90.000 metros quadrados e 8.300 metros quadrados sitos em Praia Negra, Achada Grande Trás e na Orla da Praia Negra, cidade da Praia, Ilha de Santiago, respectivamente, cujo valor de avaliação realizada em Novembro de 2014 por entidade especializada ascende a mCve. 503.430.

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em Dezembro de 2014 e 2013, o crédito vivo com aval do Estado de Cabo Verde ascende a mCve. 3.435.657 em Cve. 3.897.467, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados" e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31.12.2014								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	7.051	6.646	13.697	7.051	6.646	13.697
Pesca	-	-	-	183	8.072	8.255	183	8.072	8.255
Indústrias extractivas	-	-	-	28.554	27.094	55.648	28.554	27.094	55.648
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	28.554	27.094	55.648	28.554	27.094	55.648
Indústrias transformadoras	-	-	-	634.588	152.538	787.126	634.588	152.538	787.126
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	234.908	87.416	322.324	234.908	87.416	322.324
Indústria têxtil	-	-	-	18.959	2.329	21.288	18.959	2.329	21.288
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	200	-	200	200	-	200
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	60.442	-	60.442	60.442	-	60.442
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	662	-	662	662	-	662
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	-	830	830	-	830	830
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	43.632	5.842	49.474	43.632	5.842	49.474
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	256.865	41.928	298.793	256.865	41.928	298.793
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	18.920	14.193	33.113	18.920	14.193	33.113
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	564.132	19	564.151	564.132	19	564.151
Construção	37.027	-	37.027	1.271.915	234.140	1.506.055	1.308.942	234.140	1.543.082
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	2.431.986	675.401	3.107.387	2.431.986	675.401	3.107.387
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	684.056	168.453	852.509	684.056	168.453	852.509
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	1.363.952	400.027	1.763.979	1.363.952	400.027	1.763.979
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	743.202	41.086	784.288	743.202	41.086	784.288
Actividades financeiras	-	-	-	365.944	196	366.140	365.944	196	366.140
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	365.941	196	366.137	365.941	196	366.137
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	3	-	3	3	-	3
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	1.550.822	2.180.843	3.731.665	1.550.822	2.180.843	3.731.665
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.550.822	2.180.843	3.731.665	1.550.822	2.180.843	3.731.665
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	366.335	203.990	570.325	366.335	203.990	570.325
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	22.166	1.353	23.519	22.166	1.353	23.519
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.381.179	1	1.381.180	7.039	-	7.039	1.388.218	1	1.388.219
Educação	-	15	15	3.618	3.158	6.776	3.618	3.173	6.791
Saúde e segurança social	-	-	-	275.489	12.056	287.545	275.489	12.056	287.545
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	709.099	188	709.287	726.380	465.840	1.192.220	1.435.479	466.028	1.901.507
Familias com empregados domésticos	-	-	-	1.751	116	1.867	1.751	116	1.867
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	275	-	275	-	3.103	3.103	275	3.103	3.378
	2.127.580	204	2.127.784	11.049.163	4.584.131	15.633.294	13.176.743	4.584.335	17.761.078
Particulares									
Habitação	-	-	-	14.387.262	1.294.531	15.681.793	14.387.262	1.294.531	15.681.793
Outros fins	-	-	-	4.012.586	628.393	4.640.979	4.012.586	628.393	4.640.979
	-	-	-	18.399.848	1.922.924	20.322.772	18.399.848	1.922.924	20.322.772
	2.127.580	204	2.127.784	29.449.011	6.507.055	35.956.066	31.576.591	6.507.259	38.083.850

	31.12.2013								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	8.244	7.029	15.273	8.244	7.029	15.273
Pesca	-	-	-	16.130	34.837	50.967	16.130	34.837	50.967
Indústrias extractivas	-	-	-	7.898	34.048	41.946	7.898	34.048	41.946
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	7.898	34.048	41.946	7.898	34.048	41.946
Indústrias transformadoras	-	-	-	1.464.908	114.020	1.578.928	1.464.908	114.020	1.578.928
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	197.783	94.603	292.386	197.783	94.603	292.386
Indústria têxtil	-	-	-	23.357	417	23.774	23.357	417	23.774
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	185.826	6.021	191.847	185.826	6.021	191.847
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	73.743	-	73.743	73.743	-	73.743
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	115.515	563	116.078	115.515	563	116.078
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	-	830	830	-	830	830
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	71.601	4.204	75.805	71.601	4.204	75.805
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	783.589	3.285	786.874	783.589	3.285	786.874
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	13.494	4.097	17.591	13.494	4.097	17.591
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	610.026	19	610.045	610.026	19	610.045
Construção	2	-	2	1.938.535	708.704	2.647.239	1.938.537	708.704	2.647.241
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	2.326.161	484.167	2.810.328	2.326.161	484.167	2.810.328
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	778.204	318.044	1.096.248	778.204	318.044	1.096.248
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	1.538.083	477.917	2.016.000	1.538.083	477.917	2.016.000
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	926.371	36.142	962.513	926.371	36.142	962.513
Actividades financeiras	-	-	-	934	-	934	934	-	934
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	934	-	934	934	-	934
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	870.843	162.030	1.032.873	870.843	162.030	1.032.873
Actividades imobiliárias	-	-	-	870.843	162.030	1.032.873	870.843	162.030	1.032.873
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	412.423	608.613	1.021.036	412.423	608.613	1.021.036
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	20.023	375	20.398	20.023	375	20.398
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.359.375	1	1.359.376	16.949	11	16.960	1.376.324	12	1.376.336
Educação	-	15	15	3.738	2	3.740	3.738	17	3.755
Saúde e segurança social	1.600	-	1.600	292.182	15.768	307.950	293.782	15.768	309.550
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	647.166	4	647.170	1.484.216	828.407	2.312.623	2.131.382	828.411	2.959.793
Familias com empregados domésticos	-	-	-	1.930	116	2.046	1.930	116	2.046
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	27.412	3.847	31.259	27.412	3.847	31.259
	2.008.143	20	2.008.163	12.745.210	3.834.096	16.579.306	14.753.353	3.834.116	18.587.469
Particulares									
Habitação	-	-	-	14.638.227	1.311.805	15.950.032	14.638.227	1.311.805	15.950.032
Outros fins	-	-	-	4.057.288	665.702	4.722.990	4.057.288	665.702	4.722.990
	-	-	-	18.695.515	1.977.507	20.673.022	18.695.515	1.977.507	20.673.022
	2.008.143	20	2.008.163	31.440.725	5.811.603	37.252.328	33.448.868	5.811.623	39.260.491

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica é composta de terrenos detidos pelo Banco, reclassificados de "Outros activos tangíveis" na transição para as NIRF.

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014							
	Saldo em 31.12.2013							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Reclassi--ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2014
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	1.940.253	(593.696)	-	141.268	-	(32.583)	-	1.455.242
Obras em imóveis arrendados	408.632	(208.900)	100	-	-	(31.456)	-	168.376
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	237.648	(168.575)	36.500	-	-	(18.605)	(7)	86.961
Máquinas e ferramentas	56.005	(46.828)	3.266	-	-	(3.935)	-	8.508
Equipamento informático	449.932	(410.287)	25.282	8.576	-	(23.226)	(1.175)	49.102
Instalações interiores	156.093	(127.292)	2.903	32.959	-	(11.285)	(221)	53.157
Material de transporte	197.526	(110.761)	16.117	-	-	(31.580)	(3.410)	67.892
Equipamento de segurança	72.777	(40.188)	22.060	13.222	-	(7.101)	-	60.770
Outro equipamento	118.692	(99.195)	687	7.411	-	(6.181)	-	21.414
Activos tangíveis em curso	175.059	-	68.986	(203.436)	(5.561)	-	-	35.048
	3.887.651	(1.805.722)	175.901	-	(5.561)	(165.952)	(4.813)	2.081.504

	2013							
	Saldo em 31.12.2012							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Reclassi--ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2013
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	1.788.207	(562.520)	32.604	120.025	-	(31.759)	-	1.346.557
Obras em imóveis arrendados	401.882	(179.449)	42.500	535	-	(31.815)	(33.921)	199.732
Equipamento	-	-	-					
Mobiliário e material de escritório	247.389	(165.889)	4.528	720	-	(17.627)	(48)	69.073
Máquinas e ferramentas	54.738	(42.871)	2.202	-	-	(4.892)	-	9.177
Equipamento informático	434.840	(389.031)	14.367	3.906	61	(24.498)	-	39.645
Instalações interiores	161.249	(125.586)	4.271	-	-	(11.133)	-	28.801
Material de transporte	214.884	(113.930)	24.446	-	-	(33.866)	(4.769)	86.765
Equipamento de segurança	65.639	(35.309)	7.215	-	-	(4.956)	-	32.589
Outro equipamento	102.398	(93.028)	938	7.079	8.913	(6.803)	-	19.497
Activos tangíveis em curso	153.754	-	162.544	(132.265)	(8.974)	-	-	175.059
	3.700.014	(1.707.613)	295.615	-	-	(167.349)	(38.738)	2.081.929

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os activos tangíveis em curso referem-se essencialmente a obras em curso em agências do Banco e à aquisição de equipamento informático que ainda não tinha entrado em funcionamento no final do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco tem registada imparidade para imóveis de serviço próprio no montante de mCve. 37.671 (Nota 17).

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Activos intangíveis" nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014						
	Saldo em 31.12.2013						
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Reclassi--ficações	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2014
Sistemas de tratamento automático de dados (Softw are)	266.570	(243.797)	11.671	414	-	(21.179)	13.679
Outros activos intangíveis	13	(13)	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	-	-	544	(414)	5.561	-	5.691
	266.583	(243.810)	12.215	-	5.561	(21.179)	19.370

	2013					
	Saldo em 31.12.2012			Vendas e		Valor
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	abates líquidos	Amortizações do exercício	líquido em 2013
Sistemas de tratamento automático de dados (Softw are)	265.832	(219.883)	2.989	(1.707)	(24.458)	22.773
Outros activos intangíveis	13	(11)	-	-	(2)	-
	265.845	(219.894)	2.989	(1.707)	(24.460)	22.773

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014						
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	25%	100.000	193.999	31-12-2014[1]	2.964.336	168.144	1.022.883
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	58.361	31-12-2014[1]	830.740	160.368	583.607
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15%	15.000	13.314	31-12-2014[1]	89.337	(7.209)	88.758
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	49%	14.700	15.871	31-12-2014[1]	318.244	1.081	32.390
		139.700	281.545				

[1] Demonstrações financeiras provisórias

	2013						
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.							
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	35%	140.000	192.861	31-12-2013[1]	2.854.894	75.114	1.041.690
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	10%	10.000	54.275	31-12-2013[1]	765.040	149.301	542.438
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	15%	15.000	15.000	31-12-2013[1]	97.167	(4.033)	95.967
	49%	14.700	6.184	31-12-2013[1]	348.578	13.217	31.308
		179.700	268.320				

[1] Demonstrações financeiras provisórias

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

Em 30 de Abril de 2014, o Banco vendeu 20.000 acções, representativas de 10% do capital social da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Garantia), pelo montante de mCve. 123.497, passando a deter uma percentagem de participação no capital de 25%. A operação gerou o reconhecimento de uma mais valia de mCve. 66.884, registada na rubrica "Resultados em empresas associadas", da demonstração de resultados.

Em 8 de Maio de 2014, a Garantia vendeu à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) 89.504 acções do Banco representativas de 6,576% do capital social do Banco, pelo montante de mCve 313.635, reduzindo a sua participação no Banco de 12,5% para 5,76%. A operação gerou uma redução do valor de balanço no montante de mCve. 22.376, a qual foi registada por contrapartida de Capital Próprio. Adicionalmente, a venda dessa participação originou uma mais valia nas contas da Garantia que foi registada no Banco por contrapartida de Capital Próprio na proporção da sua participação na Garantia ascendendo a cerca de mCve. 56.000.

A participação cruzada é tomada em consideração na determinação do valor do investimento do Banco na Garantia.

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

No exercício de 2010, o Banco subscreveu 14.700 acções da Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira Unipessoal Anónima, S.A. (Sociedade) representativas de 49% do seu capital social pelo valor nominal de mCve. 1 por acção. Esta Sociedade iniciou a sua actividade no exercício de 2010.

CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Nos termos do disposto no Artigo 1º da Portaria n.º 28/2013 de 15 de Maio foi autorizada a constituição da CVGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (Sociedade) com o capital social de mCve. 100.000. Trata-se de uma sociedade de garantia mútua que tem como objecto social a realização de operações financeiras em benefício de micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover e a facilitar o seu acesso ao financiamento, quer junto do sistema financeiro, quer no mercado de capitais. O Banco subscreveu 15.000 acções com um valor de mCve. 15.000, correspondentes a 15% do capital da Sociedade. Nos termos do Acordo Parassocial, os accionistas instituições de crédito da Sociedade, concedem à SPMG – Sociedade de Investimento, S.A. uma opção de venda de acções da Sociedade pelo valor nominal a exercer anualmente com referência a 31 de Dezembro. Em 23 de Dezembro de 2013, foi apresentado o requerimento ao Banco de Cabo Verde para autorização do início de actividade da Sociedade, a qual data de 18 de Dezembro de 2014.

O sistema de garantia mútua assenta, igualmente, na existência do Fundo de Contragarantia Público, dotado integralmente por capitais públicos com um capital inicial de mCve. 100.000. Em 26 de Novembro de 2014 foi indigitada em portaria conjunta do Ministério público do Ministério do Turismo, Investimento e Desenvolvimento Empresarial e do Ministério das Finanças e Planeamento, uma Comissão de 3 membros para formar a Entidade gestora do Fundo de Contragarantia. Adicionalmente, em Dezembro de 2014, o Fundo foi dotado de 50% do capital previsto no valor de mCve. 50.000.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2014 e 2013 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Garantia	SISP	CVGARANTE	Promoleasing	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (pro-forma)	180.613	45.559	-	6.184	232.356
Custo de aquisição	-	-	15.000	-	15.000
Resultados em associadas	26.290	13.721	-	-	40.011
Dividendos recebidos	(14.042)	(5.005)	-	-	(19.047)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	192.861	54.275	15.000	6.184	268.320
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	21.796	-	-	-	21.796
Resultados em associadas	(12.419)	16.005	(1.686)	9.687	11.587
Dividendos recebidos	(8.239)	(11.919)	-	-	(20.158)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	193.999	58.361	13.314	15.871	281.545

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,50%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

	2014	2013
Activos por impostos correntes		
. IUR a recuperar de 2013	16.519	-
. IUR a recuperar de 2012	60.534	60.534
. IUR a recuperar de 2011	60.522	60.522
. IUR a recuperar de 2010	146.894	146.894
. IUR a recuperar de 2009	172.845	172.845
. IUR a recuperar de 2008	114.517	114.517
. IUR a recuperar de 2006	120.912	120.912
. IUR a recuperar de 2005	54.646	54.646
	747.389	730.870
. Retenções na fonte do exercício		
. Exercício de 2014	21.485	-
. Exercício de 2013	24.682	24.681
. Exercício de 2012	20.044	20.044
. Exercício de 2011	32.626	32.626
	846.226	808.221
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	2.448	2.448
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	(131.854)	(142.207)
	(129.406)	(139.759)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2013	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2014
Ajustamentos de conversão para as NIRF	137	-	-	137
Movimentos efectuados por reservas				
Desvios actuariais de responsabilidades com saúde e assistência médica	(134.175)	11.977	-	(122.198)
Valorização de investimentos em associadas	(4.040)	(945)	-	(4.985)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(1.681)	(679)	-	(2.360)
	(139.759)	10.353	-	(129.406)

	2013				
	Saldo em	Variação em			
	31.12.2012 (Pro-forma)	Capital Próprio	Resultados	Outros	Saldo em 31.12.2013
Ajustamentos de conversão para as NIRF	78.221	-	(78.081)	(3)	137
Movimentos efectuados por reservas					
Desvios actuariais de responsabilidades com saúde e assistência médica	(134.175)	-	-	-	(134.175)
Valorização de investimentos em associadas	(4.040)	-	-	-	(4.040)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(1.112)	(571)	-	2	(1.681)
	(61.106)	(571)	(78.081)	(1)	(139.759)

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos no capital próprio, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorreram para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa de nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrada como se segue:

	2014		2013	
Resultado antes de impostos		297.315		297.625
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	75.815	25,50%	75.894
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	-17,87%	(53.130)	-15,99%	(47.583)
. Valias realizadas com a alienação de partes de capital	-5,74%	(17.055)	0,00%	-
. Rendimento de obrigações admitidas à cotação	-11,11%	(33.028)	-11,62%	(34.598)
. Donativos	-0,26%	(773)	-0,55%	(1.623)
. Dividendos	-0,02%	(56)	-0,09%	(266)
. Outros	-0,08%	(239)	-0,53%	(1.569)
. Rendimentos de Títulos de Dívida Pública colocados em mercado secundário	0,00%	-	-6,19%	(18.409)
Encargos não aceites fiscalmente	2,59%	7.706	1,86%	5.545
Prejuízo fiscal	6,98%	20.760	34,81%	103.603
Outros	0,00%	-	-0,98%	(2.913)
Imposto sobre o lucro do exercício	0,00%	-	26,23%	78.081

A mais-valia na alienação parcial da participação detida pelo Banco na Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. encontra-se isenta de tributação, ao abrigo do n.º 3 do artigo 27º do Regulamento do Imposto Único sobre Rendimento (RIUR), conforme redacção resultante da Lei n.º 59/VI, de 18 de Abril de 2005.

Nos termos da legislação em vigor, o Banco beneficia de isenções relativas aos seguintes rendimentos:

- rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira;
- rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário;
- dividendos recebidos; e
- rendimento de obrigações, que não sejam de dívida pública, admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, durante três anos a contar da sua entrada em funcionamento efectivo. Estes rendimentos, dependendo do ano de emissão, beneficiam ainda de taxas reduzidas de imposto.

Por estes motivos e excluindo o impacto dos efeitos fiscais de transição para NIRF que se encontram a ser reconhecidos pelo período de cinco anos, a carga fiscal apresentada pelo Banco em 2014 e 2013 é inferior à taxa normal de tributação.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/ 92, os prejuízos são dedutíveis aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos três exercícios seguintes. Os prejuízos fiscais acumulados em 31 de Dezembro de 2014, ascendem a mCve. 156.978. O Banco não registou activos por impostos diferidos relativos a esta situação.

As Autoridades Fiscais de Cabo Verde (DGCI) efectuaram um conjunto de correcções à matéria colectável do Banco dos exercícios de 2005 a 2013, as quais podem ser resumidas, conforme se segue:

- Entre 2009 e 2012 o Banco recebeu diversas notificações da DGCI, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativas aos exercícios de 2005 a 2012. Grande parte das correcções estão relacionadas com a não aceitação fiscal dos custos com pensões e responsabilidades com saúde. No entanto, o Banco considera que os procedimentos adoptados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, pelo que contestou as correcções efectuadas. Apesar disto, em alguns exercícios, efectuou o pagamento das liquidações adicionais, tendo reconhecido esses montantes como um activo por imposto corrente a recuperar.

- Em 2012 o Banco recebeu duas notificações da DGCI de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo aos exercícios de 2007 e 2011, nos montantes de mCve. 180.560 emCve. 48.775, respectivamente, relacionadas essencialmente com pensões e responsabilidades com saúde, sobre as quais constituiu garantias bancárias para cobertura do imposto fixado pela DGCI.

  Em Dezembro de 2012, o Banco efectuou uma impugnação judicial sobre a liquidação adicional relativa ao ano de 2008, que já tinha sido alvo de um recurso hierárquico interposto pelo BCA, mas que foi indeferido. Em Dezembro de 2013, o Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento deliberou considerar a impugnação totalmente procedente, dando como anulado o acto de fixação da matéria colectável de 2008 e correspondente liquidação. Em Fevereiro de 2014, as Autoridades Fiscais apresentaram recurso desta decisão para o Supremo Tribunal de Justiça, encontrando-se o processo em curso nesta data.

- Em Agosto de 2013, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2012. O Banco contestou as correcções efectuadas incluindo as referentes aos custos com pensões e responsabilidades com saúde. Em Dezembro de 2013, a DGCI deferiu algumas das reclamações efectuadas pelo Banco, tendo permanecido como não sendo aceite essencialmente os custos relacionados com pensões e responsabilidades com saúde, dando origem a um crédito de imposto no montante de mCve. 18.869. De notar que a notificação da DGCI tem implícita a aceitação como custo de cerca de mCve. 144.000 relacionados com pagamentos de pensões efectuados no ano. Este entendimento não foi consistente com o adoptado em anteriores notificações, em que não era aceite qualquer montante.

- Em Agosto de 2014 o Banco recebeu uma notificação da DGCI de liquidação referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2013, relacionadas essencialmente com pensões e responsabilidades com saúde. O Banco apresentou em 22 de Setembro de 2014 o exercício de direito de audição tendo contestado a maior parte das correcções propostas pela Administração Fiscal. A DGCI deferiu algumas das reclamações efectuadas pelo Banco, tendo permanecido como não sendo aceite essencialmente os custos relacionados com pensões e responsabilidades com saúde. No entanto, importa destacar que foram aceites como custos cerca de mCve. 115.154 relacionados com pagamentos de pensões efectuados no ano.

  Em 14 de Outubro de 2014, a DGCI fixou a matéria colectável de 2013 em mCve. 138.776 ascendendo o montante de imposto único sobre o rendimento associado a mCve. 35.388. O BCA utilizou o crédito de imposto de mCve. 18.869 e liquidou o diferencial a 24 de Outubro de 2014.

- Em 5 de Dezembro de 2014, o Banco recebeu uma notificação da DGCI referente à confirmação da matéria colectável relativa ao exercício de 2009 no montante de mCve. 757.016, resultando num valor de imposto adicional a pagar de mCve. 27.019. Em 30 de Dezembro de 2014, na sequência do exercício do direito de audição do Banco, a DGCI fixou a matéria colectável de 2009 em mCve. 742.428, resultando num valor de imposto adicional a pagar de mCve. 23.300. Em 27 de Janeiro de 2015, o Banco recebeu uma notificação da DGCI relativa à reapreciação da reclamação da confirmação da matéria colectável referente ao exercício de 2009, que resultou num crédito de imposto de mCve. 3.104. Nas notificações de confirmação da matéria colectável relativa ao exercício de 2009, foram aceites cerca de mCve. 78.829 relacionados com pagamentos de pensões efectuados no ano.

Em 31 de Dezembro de 2014, o impacto das correcções acima descritas relativas a pensões e assistência médica pode ser resumido da seguinte forma:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Correcção pensões e saúde	54.646	120.912	184.270	114.517	165.755	171.711	169.677	77.870	141.359	50.609	1.251.326
Outras correcções	-	-	(3.770)	-	7.090	(24.817)	878	8.481	22.414	-	10.276
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-	(28.633)	(24.742)	(129.079)	(20.760)	(203.214)
	54.646	120.912	180.500	114.517	172.845	146.894	141.922	61.609	34.694	29.849	1.058.388
Activos por impostos correntes											
- IUR a recuperar	54.646	120.912	-	114.517	172.845	146.894	60.522	60.534	16.519	-	747.389
- Retenções na fonte do exercício	-	-	-	-	-	-	32.626	20.044	24.682	21.485	98.837
	54.646	120.912	-	114.517	172.845	146.894	93.148	80.578	41.201	21.485	846.226
Garantias prestadas	-	-	180.500	-	-	-	48.774	-	-	-	229.274
Crédito de imposto	-	-	-	-	-	-	-	(18.869)	18.869	-	-
	54.646	120.912	180.500	114.517	172.845	146.894	141.922	61.709	60.070	21.485	1.075.500

Em 31 de Dezembro de 2014 o impacto total do eventual risco associado às situações descritas acima ascende a cerca de mCve. 1.058.388, que inclui (i) as correcções relativas aos exercícios de 2005 a 2013 incluindo cerca de mCve. 180.500 emCve. 48.774 relativos às liquidações adicionais de 2007 e 2011, respectivamente, relativamente às quais o Banco constituiu uma garantia bancária; e (ii) a estimativa para 2014 do impacto das correcções da autoridades fiscais face ao entendimento verificado em exercícios anteriores. O montante de mCve. 846.226 foi pago pelo Banco, encontrando-se registados em “Activos por impostos correntes” como imposto a recuperar de exercícios anteriores.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Por este motivo, o exercício de 2010 pode ainda ser revisto e corrigido no que respeita à situação acima referida. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer outra correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2014.

14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Outros activos		
Bens arrematados	190.949	163.716
Património artístico	10.873	10.828
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	641	588
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos		
. Estado	210.387	209.027
. Outras entidades	92.847	67.030
Bonificações a receber		
. Do Estado	838.503	814.432
. De outras entidades	4.595	4.460
Adiantamentos a fornecedores de activos fixos	32.958	10.780
Despesas com encargo diferido		
. Seguros	33.406	10.800
. Outros	25.095	16.006
	1.440.254	1.307.667
Imparidade de outros activos (Nota 17):		
. Imóveis recebidos em dação	(58.775)	(48.436)
. Outros activos	(67.355)	(84.365)
	(126.130)	(132.801)
	1.314.124	1.174.866

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito e depósitos, sendo calculadas ao abrigo da legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pelo Banco desde o início de 2000. O reembolso destes montantes tem vindo a ser alvo de negociações com a Direcção Geral do Tesouro (DGT), dado que no âmbito de uma auditoria externa efectuada à aplicação do regime de crédito bonificado, a DGT questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. Em Novembro de 2012, a DGT comunicou ao Banco que irá assumir o pagamento de mCve. 168.133 relativo a bonificações de crédito à habitação reclamadas entre 2000 e 2007, tendo considerado não elegíveis bonificações reclamadas no montante de mCve. 102.098. Adicionalmente, a DGT confirmou o montante de mCve. 208.564 relativo às bonificações do crédito à habitação do período entre 2008 e 2011 face a um total reclamado de mCve. 277.728. O Banco optou por reconhecer o custo relativo às operações identificadas como não elegíveis por um período de 5 anos a partir do exercício de 2012, tendo reconhecido como gastos nos exercícios de 2014 e 2013 o montante total de mCve. 68.506 na rubrica “Juros e rendimentos similares – Juros de crédito a clientes” e mantido registados mCve. 68.506.

No que se refere às bonificações de operações de crédito à habitação do triénio de 2012 a 2014, cujo valor reclamado e imparidade registada ascende a mCve. 183.783 emCve. 33.409, respectivamente, e a outras bonificações, cujo montante ascende a mCve. 209.519, ainda se encontram em curso negociações entre as partes com vista à quantificação das operações elegíveis.

Adicionalmente, relativamente ao saldo de “Devedores diversos – Estado”, existem cerca de mCve. 28.000 que não se encontram confirmados.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os imóveis recebidos em dação apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

Ano de aquisição	2014 Valor bruto	2014 Imparidade	2014 Valor líquido	2013 Valor bruto	2013 Imparidade	2013 Valor líquido
anterior a 2011	41.705	(36.340)	5.365	50.307	(36.170)	14.137
2011	28.788	(14.394)	14.394	30.778	(7.172)	23.606
2012	21.522	(5.380)	16.142	50.943	(5.094)	45.849
2013	26.624	(2.661)	23.963	31.688	-	31.688
2014	72.310	-	72.310	-	-	-
	190.949	(58.775)	132.174	163.716	(48.436)	115.280

No exercício de 2014, as menos-valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mCve. 9.553 (mCve. 230 em 2013 – Nota 27).

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos à ordem		
. De instituições de crédito no país	98.974	142.871
. De instituições de crédito no estrangeiro	3.966	303.470
Depósitos a prazo		
. De instituições de crédito no País	355.000	64.000
Empréstimos		
. De Organismos Financeiros Internacionais	506.411	218.988
Juros a pagar	11.272	1.042
	975.623	730.371

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Interatlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de Abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 1,83%. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco tinha esta linha utilizada em 970.040 Euros e 1.131.713 Euros (mCve. 106.962 e mCve. 124.788, respectivamente), registados na rubrica “Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais”.

Em 9 de Dezembro de 2009, o Banco, o Banco Interatlântico e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 10.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de Junho de 2014, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,68%. Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco tinha esta linha utilizada em 3.622.631 Euros (mCve. 399.449), registados na rubrica “Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais”.

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos de poupança		
. De emigrantes	2.425.791	2.452.857
. De residentes	909.386	862.928
	3.335.177	3.315.785
Outros depósitos à vista		
Depósitos à ordem		
. De residentes	14.788.524	14.369.406
. De emigrantes	4.383.784	4.134.031
. De não residentes	2.117.490	2.074.624
	21.289.798	20.578.061
Depósitos obrigatórios	148.511	190.092
	21.438.309	20.768.153
Outros depósitos a prazo		
Depósitos a prazo		
. De emigrantes	25.003.091	23.698.242
. De residentes	10.980.801	8.934.844
. De não residentes	1.278.159	839.477
	37.262.051	33.472.563
Outros recursos:		
Titulo cedidos com acordo de recompra:		
. Obrigações do Tesouro (Nota 7)	100	651.780
Cheques e ordens a pagar	21.463	50.385
	62.057.100	58.258.666
Juros a pagar	809.351	709.033
	62.866.451	58.967.699

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

17. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014						
	Saldos em 31.12.2013	Dotações líquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 29)	Utilizações	Outros (Nota 30)	Saldos em 31.12.2014	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	3.901.594	275.123	-	-	-	4.176.717	(53.402)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	10.841	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	37.671	-	-	-	-	37.671	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	132.801	(6.671)	-	-	-	126.130	
	4.082.907	268.452	-	-	-	4.351.359	
Provisões							
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 30)							
Pensões de reforma	4.765.219	-	323.671	(177.175)	(11.977)	4.899.738	
Assistência médica	296.784	(28.513)	9.293	(20.184)	36.561	293.941	
	5.062.003	(28.513)	332.964	(197.359)	24.584	5.193.679	
Contingências fiscais	49.723	-	-	-	-	49.723	
	5.111.726	(28.513)	332.964	(197.359)	24.584	5.243.402	
	9.194.633	239.939	332.964	(197.359)	24.584	9.594.761	

	2013						
	Saldos em 31.12.2012	Dotações líquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 29)	Utilizações	Outros (Nota 30)	Saldos em 31.12.2013	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	3.057.309	1.012.139	-	(167.854)	-	3.901.594	(32.431)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	10.841	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	37.671	-	-	-	-	37.671	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	131.053	3.579	-	(1.831)	-	132.801	
	3.236.874	1.015.718	-	(169.685)	-	4.082.907	
Provisões							
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 30)							
Pensões de reforma	5.379.187	(914.405)	424.457	(163.886)	39.866	4.765.219	
Assistência médica	259.766	-	8.996	(19.754)	47.776	296.784	
	5.638.953	(914.405)	433.453	(183.640)	87.642	5.062.003	
Contingências fiscais	49.723	-	-	-	-	49.723	
	5.688.676	(914.405)	433.453	(183.640)	87.642	5.111.726	
	8.925.550	101.313	433.453	(353.325)	87.642	9.194.633	

18. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2010, o Banco emitiu 500.000 obrigações subordinadas com um valor nominal de 1.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tem um prazo de 7 anos e vence juros a uma taxa de juro nominal crescente a começar em 5,75% para o 1.º e 2.º cupão até 6,25% para o 7.º cupão. O reembolso do principal será realizado de forma parcial em prestações semestrais de mCve. 50.000 a partir do 5.º semestre (inclusive). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado dois anos após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

No exercício de 2014 foram amortizados cerca de mCvce. 100.000 de obrigações subordinadas (em 2013 o montante também correspondeu a mCve. 100.000).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os juros a pagar ascendiam a mCve. 544 emCve. 787, respectivamente. Adicionalmente, nestas datas encontravam-se a ser diferidas comissões no montante de mCve. 318 emCve. 537, respectivamente.

19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Credores		
Recursos - conta activa	134.885	138.963
Recursos - conta caução	20.890	44.897
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	53.868	56.608
Previdência social	12.330	11.827
Outros	7.407	8.579
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal		
. Prémios de produtividade	30.442	27.183
. Férias não gozadas	5.148	2.790
Gastos gerais administrativos	8.148	7.424
Outros	77.555	57.149
Receitas com rendimento diferido		
Anuidades de cartões	18.066	18.271
Comissões de abertura de créditos em conta corrente	11.968	12.943
De garantias prestadas	8.193	7.749
Outros	482	416
Operações passivas a regularizar	3.072	2.976
Outras contas de regularização	34.329	87.858
	426.783	485.633

20. CAPITAL

O capital do Banco em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, está representado por 1.324.765 de acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas, distribuído da seguinte forma:

i) 525.000 acções nominativas do tipo A;
ii) 799.765 acções do tipo B, ao portador, podendo ser titulares pessoas singulares e/ou colectivas nacionais ou estrangeiras, domiciliadas ou não no território nacional. As acções do tipo A apenas poderão ser transmitidas com autorização do Governo. Não se consideram tomadas contra o voto expresso correspondente às acções pertencentes ao Estado, qualquer que seja o seu número, as deliberações relativas às seguintes matérias:

   a) Alterações do contrato de sociedade que impliquem a perda das prerrogativas do accionista Estado decorrentes da "Golden Share";
   b) Fusão, cisão transformação e dissolução do Banco;
   c) Aprovação do Plano Estratégico.

Na Assembleia Geral de 25 de Março de 2009, foi deliberado um aumento de capital do Banco no montante de mCve. 324.765, através da emissão de 324.765 acções do tipo B um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente realizado em dinheiro. O Banco incorreu em despesas no montante de mCve. 6.117, as quais, no âmbito da Norma IAS 32 foram reflectidas directamente no Capital Próprio, a deduzir à rubrica "Capital".

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2014		2013	
Entidade	Número de acções	%	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Interatlântico, S.A.R.L.	697.446	52,65%	697.446	52,65%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	89.504	6,76%	-	0,00%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	76.322	5,76%	165.826	12,52%
Estado de Cabo Verde ("Golden Share")	132.476	10,00%	132.476	10,00%
Outros accionistas	329.017	24,83%	329.017	24,83%
	1.324.765	100,00%	1.324.765	100,00%

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCICIO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de reservas, resultados transitados e resultado do exercício têm a seguinte composição:

	2014	2013
Reservas de reavaliação		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
- De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	363.074	391.946
- Outros	(1)	2
	363.073	391.948
. Reservas por impostos diferidos		
- Por diferenças temporárias resultantes da valorização ao justo valor (Nota 13)	(2.360)	(1.681)
	360.713	390.267
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	748.463	726.508
. Outras reservas:		
. Desvios actuariais de responsabilidades com pensões e assistência médica (Nota 30)	479.209	470.162
. Reservas por impostos diferidos - por desvios actuariais (Nota 13)	(122.198)	(134.175)
. Outras reservas	2.952.635	2.673.877
	3.309.646	3.009.864
. Resultados transitados	(1.174.877)	(1.174.876)
	2.883.232	2.561.496
Resultado do exercício	297.315	219.544
	3.541.260	3.171.307

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2.668.568	2.792.143
. Crédito ao exterior	34.257	37.898
. Crédito ao pessoal	54.176	51.718
. Crédito vencido	28.348	22.072
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)	549.074	472.610
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	123.597	73.909
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
. Títulos de intervenção monetária	4.294	16.810
. Títulos de regularização monetária	399	1.764
. Títulos do Tesouro	127	169
. Aplicações a muito curto prazo	15.759	17.938
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	3.002	6.801
Outros juros e rendimentos similares	166	338
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	95.891	117.529
	3.577.658	3.611.699

23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Juros de operações de venda com acordo de recompra		
. Obrigações do Tesouro	7.706	72.194
Juros de depósitos de poupança		
. De emigrantes	100.401	104.241
. De residentes - Poupança Jovem	46.782	45.313
Juros de depósitos a prazo		
. De emigrantes	1.075.607	1.034.439
. De residentes	428.761	366.405
. De não residentes	37.956	32.293
. De outras instituições de crédito no país	14.128	1.582
Outros juros e encargos similares	34.558	41.753
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	405	484
	1.746.304	1.698.704

24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	208.352	186.600
Dividendos:		
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	974	974
. SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	116	69
. Visa International Service Association	39	24
	209.481	187.667

Em 2014 e 2013, os Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira incluem acertos relativos às estimativas registadas nos exercícios anteriores, nos montantes de mCve. 922 emCve. 2.268, respectivamente.

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014	2013
Rendimentos com serviços e comissões		
Ordens de pagamento recebidas	80.900	87.054
Garantias e avales prestados	79.439	74.722
Comissões por ordens de pagamento emitidas	54.180	56.837
Anuidades da rede de ATM's (Vint4 e Visa)	39.446	37.939
Comissões Western Union	21.801	22.898
Cobrança de valores	18.832	15.119
Créditos documentários	6.279	12.380
Outros	85.711	71.384
	386.588	378.333
Encargos com serviços e comissões		
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L.	(15.696)	(19.374)
Visa International Service Association	(14.787)	(16.618)
Comissões de correspondentes	(11.110)	(8.687)
Outros	(62)	(37)
	(41.655)	(44.716)

26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014			2013		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	92.260	(11.031)	81.229	106.675	(9.466)	97.209
Resultados em notas e moedas	59.082	(11.605)	47.477	51.385	(19.617)	31.768
	151.342	(22.636)	128.706	158.060	(29.083)	128.977

27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Ganhos e perdas na alienação de imóveis recebidos em dação (Nota 14)	(9.553)	(230)
Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis	(1.022)	(1.801)
	(10.575)	(2.031)

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014	2013
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos		
. Taxa de serviço	151	1.441
. Outros	12.089	12.243
Reembolso de despesas		
. Correios	5.253	26.896
. Outros	47.786	25.015
Outros	35.803	45.404
	101.082	110.999
Outros gastos de exploração		
Outros impostos	(8.803)	(9.835)
Quotizações e donativos	(623)	(691)
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	(205)	(589)
Multas e outras penalidades legais	(6)	(10.341)
Outros	(5.333)	(19.166)
	(14.970)	(40.622)
	86.112	70.377

29. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações de colaboradores	773.216	755.652
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	18.501	18.960
Prémios de produtividade	24.000	24.000
Encargos sociais		
. Pensões de reforma (Notas 17 e 30)	323.671	424.457
. Assistência médica	54.786	42.732
. Previdência social	55.341	51.727
. Outros	4.209	10.044
Outros custos com pessoal	23.410	26.526
	1.277.134	1.354.098

A rubrica "Encargos sociais – Assistência médica" inclui as despesas de saúde incorridas pelo Banco com os seus colaboradores no activo e o custo relacionado com responsabilidades com saúde com colaboradores na idade da reforma (Nota 30).

No exercício de 2014 e 2013, o Banco dispunha do seguinte quadro de colaboradores e administradores:

	2014	2013
Administradores	5	5
Directores	13	9
Chefias	86	88
Técnicos	187	171
Administrativos	83	83
Pessoal auxiliar	78	84
	452	440
Efectivos	395	388
A prazo	52	47
	447	**435**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os números apresentados acima incluem 52 e 47 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo, respectivamente.

30. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

30.1 Pensões de reforma

O Banco assumiu a responsabilidade de conceder aos seus empregados pensões de reforma, as quais são determinadas com base no salário em vigor à data da reforma (Nota 2.2 m). Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados de pessoal no activo foram efectuadas avaliações actuariais pela Fidelidade Companhia de Seguros, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013. As hipóteses e bases técnicas utilizadas nestes estudos foram as seguintes:

Método actuarial	Project United Credit
Tábua de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80
Taxa de desconto	5,5%
Taxa de crescimento dos salários	3,0%
Taxa de crescimento das pensões	1,0%
Idade de reforma	62 anos ou 39 anos de serviço

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Banco para os exercícios de 2014 e 2013 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2014		2013	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	3,0%	2,72%	3,0%	2,06%
Taxa de crescimento das pensões	1,0%	-0,46%	1,0%	-0,09%

Em Novembro de 2013, o Conselho de Administração do Banco decidiu alterar o plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, tendo em vista a sua sustentabilidade, introduzindo novas regras para apuramento dos benefícios com reforma:

- Alteração da idade da reforma de 58 ou 35 anos de serviço para 62 ou 39 anos de serviço, considerando-se um período de transição para os participantes que até aoano de 2017 atinjam os 58 anos de idade;
- Salário Pensionável igual ao salário base acrescido das Diuturnidades;
- Valor da reforma calculado com base na média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos;
- Valor da reforma igual a 90% da média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos.

O impacto das alterações no plano de pensões resultou numa redução das responsabilidades de mCve. 914.405 com referência a 31 de Dezembro de 2013, a qual foi reflectida nos resultados do exercício.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades com serviços passados do Banco de acordo com os estudos actuariais efectuados, ascendiam a:

	2014		2013	
	Número de pessoas	Responsa-bilidades	Número de pessoas	Responsa-bilidades
Activos e ex-funcionários	196	2.230.448	213	2.267.744
Reformados e pré-reformados	152	2.528.112	136	2.288.724
Pensionistas	18	133.502	16	199.681
Fundo de reestruturação	3	7.676	4	9.070
Total	369	4.899.738	369	4.765.219

Nos estudos actuariais não são considerados os trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo e os trabalhadores inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social, dado o Banco não ter responsabilidades com pensões de reforma destes empregados.

O movimento no valor das responsabilidades com pensões de reforma durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	**5.379.187**
Contribuições dos empregados	19.383
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	424.457
Impacto da alteração dos benefícios do plano de pensões (Nota 17)	(914.405)
Pensões pagas	(163.886)
Desvios actuariais (Nota 21)	20.483
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	**4.765.219**
Contribuições dos empregados	21.453
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	323.671
Pensões pagas	(177.175)
Desvios actuariais (Nota 21)	(33.430)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	**4.899.738**

30.2 Assistência médica

Para determinação das responsabilidades com saúde pós-emprego, o Banco obteve avaliações actuariais efectuadas por uma entidade especializada com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013. As hipóteses e bases técnicas utilizadas neste estudo foram as seguintes:

Tábua de mortalidade	TV 73/77
Taxa técnica	5,5%
Taxa de crescimento dos salários	3,0%
Taxa de inflação das despesas médicas	3,0%

O impacto das alterações no plano de assistência médica decorrente da alteração da idade da reforma de 58 ou 35 anos de serviço para 62 ou 39 anos de serviço (Nota 30.1) resultou numa redução das responsabilidades de mCve. 28.513 com referência a 31 de Dezembro de 2014, a qual foi reflectida nos resultados do exercício.

Com base neste estudo, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades com saúde relativas a despesas com assistência médica a conceder aos empregados do Banco e aos membros dos respectivos agregados familiares após a idade de reforma ascendem a mCve. 293.941 emCve. 296.784, respectivamente (Nota 17).

O movimento no valor das responsabilidades com saúde, durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	**259.766**
Contribuições dos empregados	12.244
Custo registado pelo Banco	8.996
Despesas médicas pagas	(19.754)
Desvios actuariais	35.532
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	**296.784**
Contribuições dos empregados	12.176
Custo registado pelo Banco	9.293
Impacto da alteração do plano de assistência médica (Nota 17)	(28.513)
Despesas médicas pagas	(20.184)
Desvios actuariais	24.385
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	**293.941**

30.3 Desvios actuariais

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrado como se segue:

	Pensões	Saúde	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 - Pro-forma (Nota 21)	(664.440)	138.263	(526.177)
Desvios actuariais no ano	20.483	35.532	56.015
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	(643.957)	173.795	(470.162)
Desvios actuariais no ano	(33.430)	24.385	(9.045)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	(677.387)	198.180	(479.207)

Com a alteração da política contabilística referida na Nota 2.2.m), os desvios actuariais acumulados em 31 de Dezembro de 2012 encontram-se deduzidos na rubrica de "Reservas de reavaliação".

31. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Encargos com a SISP	112.586	111.856
Conservação e reparação	104.251	102.054
Água, gás e electricidade	98.074	91.577
Comunicações e despesas de expedição	59.313	63.738
Publicidade e edição de publicações	43.415	85.056
Segurança e vigilância	43.386	29.234
Transporte de valores	40.530	37.134
Consultores e auditores externos	39.408	23.029
Rendas e alugueres	32.682	31.831
Impressos e material de consumo corrente	27.496	26.240
Combustíveis	12.644	11.926
Seguros	11.279	11.827
Transportes	6.605	7.550
Formação de pessoal	6.238	12.630
Assistência técnica	5.836	7.860
Ajudas de custo	5.525	5.883
Despesas de alojamento	4.147	3.643
Despesas de representação	3.056	3.475
Outros	63.895	92.657
	720.366	759.200

32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2014	2013
Passivos eventuais		
. Garantias e avales	4.552.044	3.976.560
. Créditos documentários abertos	82.766	600.899
	4.634.810	4.577.459
Depósito e guarda de valores	27.048.032	11.728.555
	31.682.842	16.306.014

Em 31 de Dezembro de 2014 encontram-se em curso algumas acções judiciais que envolvem o Banco e que correspondem a passivos contingentes, sendo destacar a que resulta da alteração efectuada em Novembro de 2013 do plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, com vista a garantir a sua sustentabilidade, tendo introduzido novas regras para apuramento dos benefícios com reforma. Estas alterações originaram uma redução das responsabilidades de mCve. 914.405 com referência a 31 de Dezembro de 2013 (Nota 30). No exercício de 2014 o Banco foi alvo de duas acções judiciais, impostas por uma colaboradora do Banco e pelo Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Financeiras de Cabo Verde, com vista a declarar a nulidade das alterações introduzidas ao seu Estatuto de Pessoal em matéria de benefícios após a reforma. Em Julho de 2014 o Banco apresentou a sua contestação a essas acções, encontrando-se actualmente a aguardar decisão do Trabalho do Tribunal da Praia. O Conselho de Administração do Banco, tendo por base a informação dos seus advogados e os argumentos e fundamentos apresentados na contestação efectuada, considera que irá ganhar as referidas acções.

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Corporate Finance - inclui a actividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

- Negociação e vendas – compreende a actividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.

- Pagamento e liquidação – inclui a actividade relacionada com operações de crédito e débito.

- Banca comercial – inclui a actividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao sector público.

- Banca de retalho – compreende a actividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.

- Outros – Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2014						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	549.074	23.747	-	1.324.608	1.680.229	-	3.577.658
Juros e encargos similares	(8.331)	(19.753)	-	(318.390)	(1.399.830)	-	(1.746.304)
MARGEM FINANCEIRA	540.743	3.994	-	1.006.218	280.399	-	1.831.354
Rendimentos de instrumentos de capital	209.481	-	-	-	-	-	209.481
Rendimentos com serviços e comissões	-	100.369	58.938	42.116	185.165	-	386.588
Encargos com serviços e comissões	-	(26.805)	(14.787)	-	(63)	-	(41.655)
Resultados de reavaliação cambial	-	128.706	-	-	-	-	128.706
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	(10.575)	(10.575)
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	86.112	86.112
PRODUTO BANCÁRIO	750.224	206.264	44.151	1.048.334	465.501	75.537	2.590.011
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	71.783	-	-	(135.376)	(158.128)	35.184	(186.537)
	822.007	206.264	44.151	912.958	307.373	110.721	2.403.474
Outros gastos e redimentos							(2.106.158)
Resultado do exercício							**297.316**
Caixa e disponilbilidades em bancos centrais	-	5.957.130	-	-	-	-	5.957.130
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	859.313	-	-	-	-	859.313
Activos financeiros disponíveis para venda	-	7.247.035	-	-	-	-	7.247.035
Aplicações em instituições de crédito	-	11.960.058	-	-	-	-	11.960.058
Crédito a clientes	3.868.232	-	-	14.884.452	19.064.344	-	37.817.028
Recursos de outras instituições de crédito	-	975.623	-	-	-	-	975.623
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	11.649.286	51.217.165	-	62.866.451

	2013						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	472.610	43.820	-	1.417.431	1.677.838	-	3.611.699
Juros e encargos similares	(72.950)	(4.628)	-	(278.308)	(1.342.818)	-	(1.698.704)
MARGEM FINANCEIRA	399.660	39.192	-	1.139.123	335.020	-	1.912.995
Rendimentos de instrumentos de capital	187.667	-	-	-	-	-	187.667
Rendimentos com serviços e comissões	-	101.238	56.371	37.893	182.831	-	378.333
Encargos com serviços e comissões	-	(28.061)	(16.618)	-	(37)	-	(44.716)
Resultados de reavaliação cambial	-	128.977	-	-	-	-	128.977
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	(2.031)	(2.031)
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	70.377	70.377
PRODUTO BANCÁRIO	587.327	241.346	39.753	1.177.016	517.814	68.346	2.631.602
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(106.837)	-	-	(392.165)	(480.707)	910.827	(68.882)
	480.490	241.346	39.753	784.851	37.107	979.173	2.562.720
Outros gastos e redimentos							(2.343.176)
Resultado do exercício							**219.544**
Caixa e disponilbilidades em bancos centrais	-	2.704.800	-	-	-	-	2.704.800
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	503.495	-	-	-	-	503.495
Activos financeiros disponíveis para venda	-	7.254.566	-	-	-	-	7.254.566
Aplicações em instituições de crédito	-	11.809.656	-	-	-	-	11.809.656
Crédito a clientes	3.725.823	-	-	15.923.334	19.518.392	-	39.167.549
Recursos de outras instituições de crédito	-	730.371	-	-	-	-	730.371
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	10.123.313	48.844.386	-	58.967.699

A totalidade da actividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

34. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as empresas do Grupo CGD, o Estado de Cabo Verde, empresas associadas, e os órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as demonstrações financeiras do Banco, incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2014				
		Grupo Caixa Geral de Depósitos			
	Estado de Cabo Verde	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	Associadas
Activos:					
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5.957.130	79.594	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	11.044.643	704.033	-	-	-
Títulos de dívida pública	6.425.709	-	-	-	-
Activos financeiros disponiveis para venda	7.181.221	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	97.180	270.286
Outros activos	1.062.723	19.197	26.234	501	5.774
Imparidade	(48.044)	(1.978)	-	(10.841)	(11.119)
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	(13)	(1.013)	-	(441.155)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(399.108)	-	-	(60)	(101.277)
Outros passivos	(67.015)	-	-	(3.745)	(15.562)
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	1.446.747	31.048	-	150.000	-
Garantias prestadas	-	-	-	-	(90.825)
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares	355.874	2.743	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	208.351	-	-	-	-
Gastos:					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	(13.118)
Encargos com serviços e comissões	-	(4.550)	-	-	(15.696)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(41.638)	(115.092)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	(935)

	2013				
		Grupo Caixa Geral de Depósitos			
	Estado de Cabo Verde	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	Associadas
Activos:					
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	1.509.685	48.795	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	10.424.891	1.145.195	-	-	-
Títulos de dívida pública	4.526.583	-	-	-	-
Activos financeiros disponiveis para venda	7.191.415	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	97.136	308.101
Outros activos	1.023.459	19.318	12.732	536	3.933
Imparidade	(48.044)	(19.267)	-	(10.841)	(11.459)
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	(21.735)	-	(135.207)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(339.514)	-	-	(35.064)	(61.743)
Outros passivos	(114.840)	-	-	-	(11.989)
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	1.763.130	-	-	150.000	-
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares	36.681	6.513	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	186.600	-	-	-	-
Gastos:					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	(2.205)
Encargos com serviços e comissões	-	(3.011)	-	-	(19.374)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(41.815)	(111.856)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	961	-	-	1.308

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2014, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração do Banco ascenderam a mCve. 24.501 (mCve. 24.960 no exercício de 2013).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 80.391 emCve. 88.419, respectivamente.

35. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A Direcção Financeira e Internacional faz um acompanhamento diário das posições do Banco em moeda estrangeira, tendo sempre como objectivo a eliminação de prejuízos.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à actividade do Banco.

Risco de mercado, liquidez e taxa de juro

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

Risco de mercado

O sector financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o mercado *overthecounter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e acções.

O Banco tem uma carteira de activos financeiros que possui alguma representatividade do activo, mas que não foi constituída com o objectivo de negociação, mas sim de investimento.

Risco de liquidez e taxa de juro

O controlo de liquidez é assegurado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DFI é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de activos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No sector bancário caboverdiano, o coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa é de 18%, pelo que em caso de dificuldades os bancos têm uma maior capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso nº 8/2007, de 19 de Novembro, do Banco de Cabo Verde, a DFI calcula os rácios de liquidez para cobertura de responsabilidades exigíveis no prazo de sete, trinta, noventa dias e um ano.

A Direcção de Gestão de Risco produz ainda pontualmente análises sobre a taxa de juro e sobre a estrutura de activos e passivos, nomeadamente a carteira de crédito concedido a clientes com taxa de juro indexada.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2014								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.957.130	-	-	-	-	-	-	-	5.957.130
Disponibilidades em outras instituições de crédito	859.313	-	-	-	-	-	-	-	859.313
Aplicações em instituições de crédito	11.960.058	-	-	-	-	-	-	-	11.960.058
Títulos de dívida pública	350.385	-	203.207	172.726	1.593.878	817.150	3.288.214	-	6.425.560
Crédito a clientes (valores brutos)	8.235.289	2.054.555	844.186	900.386	3.958.466	4.077.308	6.718.069	15.193.567	41.981.826
	27.362.175	2.054.555	1.047.393	1.073.112	5.552.344	4.894.458	10.006.283	15.193.567	67.183.887
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(116.685)	(32.954)	(216.262)	-	(102.982)	(506.740)	-	-	(975.623)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(25.051.820)	(5.112.989)	(6.583.735)	(17.876.513)	(8.241.293)	(101)	-	-	(62.866.451)
	(25.168.505)	(5.145.943)	(6.799.997)	(17.876.513)	(8.344.275)	(506.841)	-	-	(63.842.074)
Diferencial	2.193.670	(3.091.388)	(5.752.604)	(16.803.401)	(2.791.931)	4.387.617	10.006.283	15.193.567	3.341.813

	2013								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.704.800	-	-	-	-	-	-	-	2.704.800
Disponibilidades em outras instituições de crédito	503.495	-	-	-	-	-	-	-	503.495
Aplicações em instituições de crédito	11.809.656	-	-	-	-	-	-	-	11.809.656
Títulos de dívida pública	101.701	-	69.248	-	981.225	1.655.864	1.718.545	-	4.526.583
Crédito a clientes (valores brutos)	6.804.098	2.332.869	1.924.832	773.227	3.943.256	4.000.280	7.683.192	15.607.389	43.069.143
	21.923.750	2.332.869	1.994.080	773.227	4.924.481	5.656.144	9.401.737	15.607.389	62.613.677
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(446.414)	(29.061)	(35.073)	-	-	(219.823)	-	-	(730.371)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(24.427.739)	(6.041.926)	(7.059.313)	(15.822.288)	(5.616.331)	(102)	-	-	(58.967.699)
	(24.874.153)	(6.070.987)	(7.094.386)	(15.822.288)	(5.616.331)	(219.925)	-	-	(59.698.070)
Diferencial	(2.950.403)	(3.738.118)	(5.100.306)	(15.049.061)	(691.850)	5.436.219	9.401.737	15.607.389	2.915.607

Risco de crédito

O risco de crédito constitui um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco e está intimamente associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes, designadamente grandes empresas, pequenas e médias empresas, promotores de pequenos negócios, particulares e instituições financeiras.

A Direcção de Gestão de Risco (DGR) analisa o risco de crédito a empresas e particulares cujas responsabilidades acumuladas sejam superiores a mCve. 20.000.

É da competência da DGR emitir pareceres de risco sobre propostas elaboradas pela área comercial, os quais são enviados para apreciação da Comissão Executiva. Adicionalmente, a DGR efectua análises de evolução semestral da carteira de crédito do Banco, das classes de risco, do crédito à habitação, da evolução dos depósitos de clientes, de modo a compreender o seu comportamento.

Risco de crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2014	2013
Títulos de dívida pública	6.425.560	4.256.583
Aplicações em instituições de crédito	11.960.058	11.809.656
Activos financeiros disponíveis para venda	7.257.876	7.254.566
Crédito a clientes	37.805.109	39.167.549
	57.023.043	58.231.771
Garantias e avales	4.552.044	3.976.560
Créditos documentários abertos	82.766	600.899
	4.634.810	4.577.459
Exposição máxima	68.083.413	67.065.813

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2014				
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Outros saldos	Total
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	7.366.731	2.500.361	2.102.652	95.682	12.065.426
Vencido	5.407	10.390	3.552.308	196	3.568.301
	7.372.138	2.510.751	5.654.960	95.878	15.633.727
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	4.572.255	28.537	2.870	-	4.603.662
	4.572.255	28.537	2.870	-	4.603.662
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	13.452.442	616.328	1.291.455	-	15.360.225
Vencido	4.044	6.555	273.583	-	284.182
	13.456.486	622.883	1.565.038	-	15.644.407
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.236.824	15.624	43.442	-	1.295.890
Vencido	426	759	37.175	-	38.360
	1.237.250	16.383	80.617	-	1.334.250
Pequenos negócios					
Vincendo	570.688	24.451	168.295	-	763.434
Vencido	476	659	140.261	-	141.396
	571.164	25.110	308.556	-	904.830
Outros créditos					
Vincendo	1.644.380	197.675	389.591	-	2.231.646
Vencido	20.731	6.182	180.568	-	207.481
	1.665.111	203.857	570.159	-	2.439.127
Garantias prestadas					
Vincendo	31.148	-	-	-	31.148
Sector Público					
Vincendo	2.127.213	92	-	-	2.127.305
Vencido	186	-	18	-	204
	2.127.399	92	18	-	2.127.509
Total crédito vincendo	31.001.681	3.383.068	3.998.305	95.682	38.478.736
Total crédito vencido	31.270	24.545	4.183.913	196	4.239.924
Total de crédito	31.032.951	3.407.613	8.182.218	95.878	42.718.660

2013					
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Outros saldos	Total
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	8.867.162	2.372.339	2.393.734	97.521	13.730.756
Vencido	5.116	8.572	2.835.169	-	2.848.857
	8.872.278	2.380.911	5.228.903	97.521	16.579.613
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	4.362.835	182.161	1.092		4.546.088
	4.362.835	182.161	1.092	-	4.546.088
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	14.100.843	241.747	1.314.751		15.657.341
Vencido	5.894	7.546	222.988		236.428
	14.106.737	249.293	1.537.739	-	15.893.769
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.138.918	8.284	45.169		1.192.371
Vencido	618	920	34.947		36.485
	1.139.536	9.204	80.116	-	1.228.856
Pequenos negócios					
Vincendo	870.643	45.130	200.074		1.115.847
Vencido	490	3.661	129.104		133.255
	871.133	48.791	329.178	-	1.249.102
Outros créditos					
Vincendo	1.586.497	210.624	328.551		2.125.672
Vencido	20.234	6.100	148.984		175.318
	1.606.731	216.724	477.535	-	2.300.990
Garantias prestadas					
Vincendo	31.371	-	-	-	31.371
Sector Público					
Vincendo	2.007.850	291	-		2.008.141
Vencido	-	-	20		20
	2.007.850	291	20	-	2.008.161
Total crédito vincendo	32.966.119	3.060.576	4.283.371	97.521	40.407.587
Total crédito vencido	32.352	26.799	3.371.212	-	3.430.363
Total de crédito	32.998.471	3.087.375	7.654.583	97.521	43.837.950

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, créditos reestruturados que estivessem classificados na posição "Créditos em default" na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 14.920.364, ascendendo a imparidade a mCve. 2.904.772. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.
Na coluna "Outros Saldos" foi considerado o valor de balanço bruto de créditos concedidos a entidades do grupo que não foram incluídos na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido pelo Banco.

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	2014				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.957.130	-	-	-	5.957.130
Disponibilidades em outras instituições de crédito	859.313	-	-	-	859.313
Activos financeiros disponíveis para venda	7.191.790	-	-	55.245	7.247.035
Aplicações em instituições de crédito	11.960.058	-	-	-	11.960.058
Títulos de dívida pública	6.425.709	6.442.185	16.476	-	6.425.709
Crédito a clientes	39.167.549	37.991.654	(1.175.895)	-	39.167.549
	71.561.549	44.433.839	(1.159.419)	55.245	71.616.794
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	975.623	982.025	6.402	-	975.623
Recursos de clientes e outros empréstimos	62.866.451	63.690.923	824.472	-	62.866.451
Outros passivos subordinados	297.294	212.272	(85.022)	(318)	296.976
	64.139.368	64.885.220	745.852	(318)	64.139.050

	2013				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.704.800	-	-	-	2.704.800
Disponibilidades em outras instituições de crédito	503.495	-	-	-	503.495
Activos financeiros disponíveis para venda	7.199.321	-	-	55.245	7.254.566
Aplicações em instituições de crédito	11.809.656	-	-	-	11.809.656
Títulos de dívida pública	4.526.583	4.467.829	(58.754)	-	4.526.583
Crédito a clientes	39.167.549	38.042.124	(1.125.425)	-	39.167.549
	65.911.404	42.509.953	(1.184.179)	55.245	65.966.649
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	730.371	726.642	(3.729)	-	730.371
Recursos de clientes e outros empréstimos	58.967.699	58.981.787	14.088	-	58.967.699
Outros passivos subordinados	399.577	368.163	(31.414)	(537)	399.040
	60.097.647	60.076.592	(21.055)	(537)	60.097.110

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - O justo valor dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira foi determinado pelo Banco com base no valor do capital próprio divulgado no relatório anual do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" ajustado pelo diferencial face ao valor de mercado das obrigações detidas pelo Fundo;
  - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa;
  - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.456 emCve. 5.387, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

    As participações no Fundo G.A.R.I. e na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basispoints"(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2014					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.395.731	664.308	324.316	(309.633)	(605.502)	(1.159.268)
Total activo sensível	1.395.731	664.308	324.316	(309.633)	(605.502)	(1.159.268)
	2013					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.453.534	691.751	337.702	(322.401)	(630.464)	(1.207.066)
Total activo sensível	1.453.534	691.751	337.702	(322.401)	(630.464)	(1.207.066)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2014 e 2013, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2014	(328.571)	(164.286)	(82.143)	82.143	164.286	328.571
Exercício de 2013	(343.953)	(171.977)	(85.988)	85.988	171.977	343.953

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2014 e 2013, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2014				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.387.051	442.010	96.426	31.643	5.957.130
Disponibilidades em outras instituições de crédito	272.526	409.675	160.015	17.097	859.313
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	7.247.035	-	-	-	7.247.035
Aplicações em instituições de crédito	11.044.643	496.410	419.005	-	11.960.058
Títulos de dívida pública	6.425.560	-	-	-	6.425.560
Crédito a clientes (valores brutos)	40.140.889	1.840.937	-	-	41.981.826
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	281.545	-	-	-	281.545
Outros activos	1.195.513	91	118.520	-	1.314.124
Imparidade acumulada	(4.339.440)	-	-	-	(4.339.440)
	67.655.322	3.189.123	793.966	48.740	71.687.151
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	(463.057)	(506.411)	(6.155)	-	(975.623)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(61.202.774)	(993.758)	(665.772)	(4.147)	(62.866.451)
Outros passivos subordinados	(296.976)	-	-	-	(296.976)
Outros passivos	(173.676)	(224.064)	(21.267)	(7.776)	(426.783)
	(62.136.483)	(1.724.233)	(693.194)	(11.923)	(64.565.833)
Exposição líquida	5.518.839	1.464.890	100.772	36.817	7.121.318

	2013				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.080.438	506.686	70.692	46.984	2.704.800
Disponibilidades em outras instituições de crédito	85.605	238.224	167.033	12.633	503.495
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	7.254.566	-	-	-	7.254.566
Aplicações em instituições de crédito	10.424.892	253.610	1.131.154	-	11.809.656
Títulos de dívida pública	4.526.583	-	-	-	4.526.583
Crédito a clientes (valores brutos)	41.202.274	1.866.869	-	-	43.069.143
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	268.320	-	-	-	268.320
Outros activos	1.122.612	6	52.248	-	1.174.866
Imparidade acumulada	(4.082.907)	-	-	-	(4.082.907)
	62.882.383	2.865.395	1.421.127	59.617	67.228.522
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	(509.590)	(218.988)	(1.793)	-	(730.371)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(56.416.464)	(1.177.058)	(1.365.777)	(8.400)	(58.967.699)
Outros passivos subordinados	(399.040)	-	-	-	(399.040)
Outros passivos	(197.604)	(254.935)	(24.197)	(8.897)	(485.633)
	(57.522.698)	(1.650.981)	(1.391.767)	(17.297)	(60.582.743)
Exposição líquida	5.359.685	1.214.414	29.360	42.320	6.645.779

36. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão do capital, no BCA, baseia-se nos seguintes princípios gerais:

- Cumprir as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, órgão supervisor da actividade bancária no País;
- Gerar uma rentabilidade adequada, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento da actividade, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento do Banco;
- Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade.

A adequação do capital ao perfil de risco do Banco é acompanhada e controlada pela aplicação das leis que regulam o Sistema Financeiro em Cabo Verde, com destaque especial para o Aviso nº4/2007 do Banco de Cabo Verde, que estabelece as bases de cálculo do Rácio de Solvabilidade, tendo incorporado o Risco de Mercado e o Risco Operacional no cálculo desse rácio, para além de ter reformulado os procedimentos para a determinação da contribuição do Risco de Crédito.
De acordo com o Aviso nº4/2007, o Rácio de Solvabilidade é obtido da aplicação da seguinte fórmula:

[FP/(VAPRC+VAPRTC+VEAPRO)]x100

Em que:
FP – Valor dos Fundos Próprios, determinado conforme Aviso nº3/2007.
VAPRC – Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Crédito.
VAPRTC – Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.
VEAPRO – Valor Equivalente em Activos Ponderados pelo Risco Operacional.

O Rácio de Solvabilidade é calculado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI), mais concretamente pela Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão (DPG), com o contributo da Divisão Internacional e Liquidez (DIL) no que concerne à determinação do Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

Os procedimentos para a determinação das variáveis que compõem esse Rácio estão definidos no Aviso nº3/2007 (Fundos Próprios) e nos Anexos 1, 2 e 3 do Aviso nº4/2007 (Activos Ponderados pelo Risco de Crédito, Activos Ponderados pelo Risco de Mercado e Activos Ponderados pelo Risco Operacional).

O Aviso nº3/2007 define as componentes negativas e positivas para o cálculo dos Fundos Próprios, obtidos da soma dos Fundos Próprios de Base com os Fundos Próprios Complementares e respectivos ajustamentos, através de deduções definidas pelo Banco de Cabo Verde.

No quadro seguinte pode-se verificar a composição do Capital Regulamentar do Banco em 31 de Dezembro de 2014:

Capital realizado			1.318.648	
Prémios de emissão de acções e outros títulos				
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos			3.701.098	
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores				
Resultados positivos do último exercício				
Resultados positivos provisórios do exercício em curso			222.986	
Desvios actuariais positivos (método do corredor) - não reconhecidos em resultados ou reservas			357.011	
Interesses minoritários [1]				
SOMA				5.599.743
Activos intangíveis			19.370	
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores			1.174.877	
Resultados negativos do último exercício				
Resultados negativos provisórios do exercício em curso				
Insuficiência de provisões			124.143	
Reservas de reavaliação negativas				
Desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas				
Acções próprias				
Diferenças positivas de primeira consolidação [1]				
Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial [1]				
SOMA				1.318.389
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO				4.281.353
Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer				
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS				4.281.353
Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis				
Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro				
Empréstimos subordinados e acções preferenciais remíveis	296.749		296.749	
Outras reservas de reavaliação			3.448	
Outros elementos				
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES				300.197
FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES				4.581.550
Participações a deduzir:				
Superiores a 10 % do capital			55.029	
Inferiores ou iguais a 10 % do capital	68.930		0	55.029
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	10.523			10.523
Fundos próprios destinados a coberturas especificas (alínea 12 do n.º 11º do Aviso nº 9/99)				
Insuficiência de liquidez (ponto 2 n.º 15º do Aviso nº 8/2007)				
FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO				4.515.998
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso nº 3/2007)				
FUNDOS PRÓPRIOS				**4.515.998**

[1] Apenas para a determinação de fundos próprios em base consolidada e base consolidada ajustada

No quadro acima se pode constatar que o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório dos dois grandes agregados referidos, nomeadamente os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares, excluindo algumas deduções previstas pelo Banco de Cabo Verde.

Os Fundos Próprios de Base correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco, tendo por principais

componentes o capital social, as reservas, os resultados transitados, o resultado líquido do exercício e os impactos de transição correspondentes aos encargos com os benefícios dos trabalhadores, resultantes da adopção das Normas Internacionais de Relatos Financeiro (NIRF), mais propriamente do NIC 19 - *Benefícios aos empregados*.

Aliás, a assimilação das referidas normas implicou a adopção de um regime transitório de apuramento dos Fundos Próprios de Base, buscando-se uma mudança harmoniosa das regras contabilísticas anteriores para as recentes, sem grande interferência nas regras prudenciais.

Os Fundos Próprios Complementares são constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas ou negativas de alguns Activos, e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia do Banco de Cabo Verde.

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14 de Março, é de 300 milhões de Escudos de cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo.

Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do activo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respectivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 10%.

Conforme podemos verificar no quadro acima, o total dos Fundos Próprios do Banco, em 31 de Dezembro de 2014, ascende a 4.515.998 milhões de Escudos de Cabo Verde, valor superior ao capital social mínimo legalmente exigido e suficiente para manter uma relação adequada com os elementos do Activo e Extrapatrimoniais ponderados em função do risco, traduzindo um rácio de solvabilidade de 14,94%.

Os regulamentos do Banco de Cabo Verde, relativamente à adequação do capital, têm por base o Acordo de Basileia I, pelo que não são ainda exigidas algumas práticas introduzidas por Basileia II, como por exemplo a implementação de um sistema de auto-avaliação e determinação de um nível de capital interno adequado ao perfil de risco, ou mesmo a utilização de *ratings* externos para aferição dos ponderadores de risco de crédito.

No entanto, levando em consideração que a Autoridade de Supervisão tem pautado a sua actuação pela adopção das melhores práticas internacionais, é de se esperar, num futuro próximo, a assimilação das principais recomendações de Basileia II, aplicáveis à realidade do País.